



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 19 DE NOVEMBRO 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 36ª audiência pública do ano de 2015, lembrando que esta é a 9ª temática que realizaremos sobre o Projeto de Lei 538/2015, que dispõe o Orçamento Municipal.

Informo que esta reunião é transmitida ao vivo pelo portal da Câmara, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal também, no *link* [atividadeslegislativas/audienciapublica/transcricao/registrosescritos](#).

Presente o Relator do Orçamento para o exercício de 2016, Vereador Milton Leite.

Lembro a todos que os temas a serem tratados no dia de hoje terão as seguintes participações: a Pasta da Secretaria de Segurança Urbana, com a confirmação do Secretário Benedito Domingos Mariano; Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras e Presidente da SPObras, Roberto Garibe; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e SPUrbanismo, que será representada por Mario Reali, Diretor de Gestão e Finanças; Felipe e Caio - não tem informação sobre esses dois assessores, que acompanharão Miguel Reale, Secretário Municipal de Habitação, que, embora tenha sido demitido pelo Sr. Prefeito pelos jornais ontem, ainda não publicada, no Diário Oficial, a sua demissão. Temos, portanto, de anunciar o Secretário José Floriano de Azevedo Marques Neto, Secretário de Habitação, que também confirmou presença; João Abukater Neto, Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação Cohab, que também confirmou presença. O último presente hoje será a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretário Adjunto Romildo Campello, que confirmou presença,

São esses convidados que nos acompanharão hoje. Seis autoridades públicas municipais executivas estarão aqui para, junto conosco, realizar esta audiência pública.

Agora são 9h04min e iremos suspender os trabalhos para aguardar as autoridades executivas, que ainda não chegaram nesta Casa. Quero agradecer muito ao Vereador Milton Leite, que já estava presente às 8h50, pontualmente, arrumando os trabalhos para que pudéssemos bem receber os funcionários do Executivo, na realidade, funcionários do povo

de São Paulo.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero anunciar a todos, em especial os que nos acompanham pela internet, que já temos entre nós a presença do Secretário Benedito Domingos Mariano, que foi o primeiro Secretário de Segurança Urbana da cidade de São Paulo e também o primeiro Ouvidor da Polícia Militar, ainda na época do Governador Mario Covas. Pegou a época da Prefeita Marta Suplicy, no esforço de organizar uma secretaria municipal. Também atua no Governo do Estado, no primeiro momento em que se democratiza a Polícia Militar.

Agradeço muito a presença do Benedito Mariano, que é Secretário recente, mas como eu estava dizendo quando ele chegou, não tem dificuldade em falar sobre uma Pasta que ajudou a criar.

Quero também anunciar a presença do Roberto Garibe, nosso Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras e também Presidente da SPObras. Agradeço o Roberto Garibe, que será o 2º Secretário a ter oportunidade de dialogar com a Câmara, no que diz respeito ao Orçamento para o exercício de 2016.

O Secretário Benedito Mariano terá dez minutos para fazer a apresentação dos grandes números da Secretaria e dos grandes programas que existem lá. O foco objetivo é o Orçamento do ano que vem, o tamanho da execução já realizada até este momento e as projeções para a execução orçamentária de 2016, em especial porque é ano de encerramento de mandato e alguns constrangimentos do ponto de vista da lei de responsabilidades fiscais estão impostos ao último ano de gestão dos nossos gestores municipais.

Passo, então, imediatamente, a palavra ao Secretário Dr. Benedito Domingos

Mariano para que faça a exposição inicial.

O SER. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Obrigado, Vereador José Police Neto, presidindo os trabalhos desta comissão. Quero saudar o Vereador Milton Leite e os presentes.

Em primeiro lugar, peço desculpas pelos 20 minutos de atraso. Moro há 50 e poucos anos em Osasco e, apesar de ser muito próximo à Capital, 18, 19 quilômetros, às vezes, pela manhã, o trânsito está um pouco carregado.

Estou Secretário de Segurança Urbana há três semanas, de modo que a nossa prioridade nessas semanas foi garantir que pudéssemos dar encaminhamentos e empenho para as várias emendas de vereadores, emendas essas que deram uma contribuição muito importante para o trabalho da Guarda Civil Municipal. Vários vereadores desta Casa encaminharam emenda à Pasta e conseguimos, com muito esforço, dar conta de encaminhamento e empenho de basicamente todas as emendas.

A nossa execução fechou seu Orçamento dia 16. Há autorização do Sr. Prefeito para que aqueles empenhos relacionados a emendas ainda possam continuar depois, com a autorização para que o empenho seja feito, de modo a conseguir nessa transição dar conta da execução do Orçamento de 2015.

Para o ano que vem, fiz um balanço com o Sr. Prefeito e propus algumas perspectivas para 2016. Além de manter alguns serviços, continuá-los como: a atividade delegada da Polícia Militar e a atividade delegada da Guarda Municipal. Manter o trabalho da central de monitoramento, procurar minimamente modernizar e estabelecer algumas reformas nas nossas inspetorias.

Possivelmente, no ano que vem, em algumas regiões da Cidade, em especial nas mais periféricas, retomaremos a construção de algumas guardas, algumas bases comunitárias fixas 24 horas para estabelecer uma maior aproximação da Guarda Civil Metropolitana com a população.

Quando, de 200 a 2004, tive o privilégio de ser secretário dessa Pasta, ajudei a construir a Pasta de Segurança Urbana na Cidade. Construimos dezenas de bases comunitárias funcionando 24 horas no decorrer das outras gestões. Basicamente temos duas bases funcionando hoje 24 horas.

O ano que vem iremos também procurar reforçar a segurança escolar que no nosso entendimento é uma prioridade estratégica, fundamental da ação e atribuição da Guarda Civil Metropolitana. E, gradativamente, a expectativa nossa é ir substituindo nas escolas a segurança privada pela presença da Guarda Municipal.

O nosso efetivo não mudou muito nos últimos 12 anos. A Guarda tem, em média, seis mil no seu efetivo, de modo que o debate para concretizarmos a entrada de novos guardas municipais e eles substituírem principalmente na rede municipal de educação a presença da Guarda nas unidades escolares pode fortalecer o seu papel fundamental de garantir tranquilidade e segurança para os alunos, para o corpo docente e para o entorno das escolas.

Temos feito um trabalho importante que manteremos com as subprefeituras, que é a organização do espaço urbano. Nós reconhecemos o direito das pessoas que estão em situação de rua ficarem na rua, mas durante o dia, vamos continuar, não permitindo que haja moradia, barracas colocadas nos espaços públicos. Essa é uma orientação que recebemos, vamos manter e fortalecer porque não se trata de desrespeito a população, que é muito grande em situação de rua em São Paulo. Mas garantir que os espaços públicos estejam desocupados, livres e esse trabalho, principalmente, aqui na região do Centro, na região da Mooca, Subprefeitura da Sé e Subprefeitura da Mooca tem sido constante de permanente. A Guarda Civil Municipal tem uma função complementar das ações da Polícia Civil e Militar. Conseguimos, depois de muito empenho, envolvimento de centenas de instituições espalhadas por todo o Brasil, aprovar uma Lei Federal que regulamenta as Guardas Cíveis do País todo, a Lei 13.022, sancionada no final de 2014. É importante reforçar que quando saiu a Lei Federal, a Guarda Civil Metropolitana, estava praticamente apta e sem nenhuma preocupação com as

novas regras previstas na Lei Federal, porque já tinha garantido isso ao longo dos últimos anos. Temos hoje um plano de cargos e carreira que é previsto nessa lei. Temos um centro de formação que tem condições de formar 1500 guardas por ano, temos uma Corregedoria autônoma e independente. Todos esses pontos fazem parte da Lei Federal que muitas instituições terão que se adaptar nos próximos dois anos. É uma realidade há muito tempo na Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

De modo que, para iniciar, vamos, em 2016 reforçar esse papel preventivo, comunitário da Guarda Civil Metropolitana e dentro de sua atribuição legal, contribuir, complementarmente, com as polícias civil e militar no que tange espaços municipais fortalecendo a segurança escolar, segurança nos parques públicos e dando contribuição na organização do espaço público no centro da Cidade de São Paulo.

Por hora é isso. Novamente, agradeço ao Sr. Presidente. O nosso Orçamento geral é de 495 milhões. Ele garante os projetos continuados e gradativamente a aumento do efetivo d Guarda Civil Metropolitana. São essas minhas primeiras colocações.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Sr. Secretário Benedito Mariano, e passar a palavra o Relator Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia a todos. Sr. Secretário, nós da Comissão de Finanças observamos muito a desenvoltura da execução orçamentária, o que o senhor pleiteia e o que executou, e o que pretende executar e como está gastando o dinheiro.

Na rubrica 2171, Manutenção do Sistema, tem sido um problema para todos nós aqui na Casa, qual seja, a rubrica que o senhor contrata a Prodam. Foi V.Exa. que elaborou esse contrato com a Prodam? Ao que parece não, não é Sr. Secretário, foi o anterior?

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Não, estou há três semanas na função de Secretário, o Orçamento foi elaborado pelo meu antecessor. A Peça já estava pronta quando cheguei.

O SR. MILTON LEITE – Ela foi elaborada em até 30 de julho, para em 30 de

setembro chegar aqui. Quando V.Exa. chegou, ela já estava pronta.

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Cheguei à Secretaria no dia 20 de outubro.

P – De qualquer maneira, V.Exa. teria de executar 379% a maior do Orçamento. Imagino que V.Exa. tenha dado uma olhada nesses números antes de vir aqui debater conosco a Peça Orçamentária.

A pergunta é: V.Exa. examinou essa proposta e a forma de contrato com a Prodam? Já executou comparativos com o mercado aberto? Por que digo isso, Sr. Secretário? Porque claramente a Prodam tem se mostrado ineficiente. Por mim, fecharia o Órgão e o reabriria de outra forma, porque ele pouco serve e custa muito caro. É um Órgão que custa caro, é uma verdadeira vaca profana, que é dona de divinos cabides de emprego, Sr. Secretário.

E aqui V.Exa. está pleiteando 379% a mais. V.Exa. está com um Orçamento proposto para 2016 de 2,3 milhões contra um orçado de 2015 de 484 mil. Imagino que V.Exa. tenha observado isso. A que se deve isso, Sr. Secretário?

R – Há uma perspectiva de ampliar alguns sistemas contratados pela Prodam. Se V.Exa. me permitir...

P – Claro, Sr. Secretário.

R – O Dr. Leandro é o Chefe de Gabinete da Secretaria e esteve como Assessor Jurídico na gestão do meu antecessor. Por isso queria permissão do Presidente e de V.Exa. para ele contribuir com esse debate.

P – Sem problema, Sr. Secretário. Faça uso da sua equipe em tudo o que se fizer necessário. Qual o nome dele? Sempre que falar ao microfone, mencione o nome para efeito das Notas Taquigráficas.

O SR. LEANDRO BRASIL CHAVES – Bom dia, Exas. Sou Procurador do Município. Ingressei em 2003 na Prefeitura de São Paulo, antes fui Promotor de Justiça e, na

gestão anterior, estive como Chefe da Assessoria do Verde e do Meio Ambiente. Vim para a Secretaria de Segurança Urbana na gestão do Secretário Porto, continuei durante a gestão do Secretário Ítalo e fui convidado pelo Secretário Benedito Mariano para atuar na Chefia de Gabinete da Secretaria na insígnia de desafio.

Como Chefe da Assessoria Jurídica, temos uma visão global dos processos, mas obviamente quem determina sempre a política é o Gabinete. Em relação aos contratos especificamente questionados aqui da Prodam, o que pude notar durante até a execução foi uma tentativa de enxugamento, mesmo a Assessoria Jurídica propondo, no que se refere a valores. A Prodam recentemente, até nos contratos de *link*, teve uma reformulação da sua terceirizada. Havia um contrato bastante oneroso para a Prefeitura que foi reduzido significativamente. O contrato tinha uma previsão...

O SR. MILTON LEITE – A pergunta é para ser respondida bem objetivamente. Quero ser bem cartesiano com V.Sa.

O senhor fez comparativo dos preços unitários contratados com o mercado aberto para saber se a Prodam custa caro ou não ao Erário? O senhor sendo Procurador não significa que ela tenha de ser obrigatoriamente contratada pelo preço que contrata, em razão do decreto do Sr. Prefeito. Se ela for cara ou não, apresente ao Sr. Prefeito e diga: “Eu contrato isso em qualquer outra empresa do mercado pela metade do preço, que é o que se tem mais barato”, para fazer o melhor uso do dinheiro público, pois a Prodam não é exemplo do melhor uso do dinheiro público.

O serviço que o senhor contrata lá, a pergunta foi, veja, o senhor tem lá ‘n’ serviços, ‘n’ itens, contratado nessa rubrica, a pergunta é: o senhor comparou com o mercado aberto? É só isso. O senhor está lá já há um tempo, por isso a pergunta.

O SR. LEANDRO BRASIL CHAVES - Sim, o contrato quando ele é encaminhado, ele é encaminhado com a pesquisa de mercado.

A pesquisa de mercado que é realizado pelo órgão competente dentro da

Secretaria. Houve um comparativo, no qual se demonstrou, pelo menos, ser mais vantajosa essa contratação. Agora eu não tenho conhecimento técnico, específico, para chegar a essa conclusão. Atuando agora no gabinete, temos uma autonomia maior para poder verificar se realmente o contrato está de acordo ou não.

O que pontuamos, em determinado momento, enquanto assessor jurídico – e aí nós opinamos, mas não decidimos -, foi com relação a uma reestruturação que a Prodam teve no que se refere à contratação de links, que diminui o valor deles e que nós obrigamos a Prodam a diminuir o valor dos nossos contratos.

O SR. MILTON LEITE – Veja bem, Leandro, você está lá há um tempo, perguntei ao Mariano, e ele tem toda a razão de explicar.

R – Sim

P – O que nós temos aqui é uma oscilação. Se olharmos, veja, o senhor está lá há um tempo. Em 2014, o senhor tinha 3,5 milhões; em 2015, o senhor trabalhou com 484, agora o senhor volta para 2,3 milhões. É o caso de entender se é manutenção do sistema, ou em 2014 foi uma má execução orçamentária, um mau contrato – porque não diminuiu os serviços – e, se é manutenção do sistema, eu teria manutenção permanente, eu não oscilaria, em 2015, para 484 mil de orçamento. Então, ou houve erro no orçamento de 2014 – que o senhor pediu 4 milhões, liquidou 3,5 milhões -, em 2015, orçou 484 mil e, depois, atualizou para 2,3 milhões. Agora, o senhor pede os mesmos 2,3 milhões. Ou seja, está variando em relação a 2014 e eu quero entender o que está acontecendo lá, se foi erro orçamentário, é só isso.

O que me chama à atenção é isso: ou é uma má execução orçamentária, ou tem um problema na Secretaria.

Se é manutenção de sistema, repito, o senhor saltou de 3,5 milhões – e vou considerar o liquidado, não o orçado -, então, temos um problema de orçamento. O que não podemos é, dentro do dinheiro público, ficar oscilando com números tão grandes. O que significa perguntar: o que está certo? O que os senhores fizeram em 2014 – o senhor está lá

desde 2014, ou 2015, o atual orçamento? Pois, neste, os senhores, pediram 484 mil, mas, depois, saltou para 2,3 milhões, e o liquidado até o momento é 1,4 milhão. Mas o senhor volta a pedir 2,3 milhões para 2016.

Portanto, queria entender essa curva: se é manutenção do sistema, o que está ocorrendo efetivamente com o dinheiro?

R – Certo. Bom, eu levantei os contratos que existem com a Prodam e a estimativa de gasto anual desses contratos, que já estão assinados – inclusive, pelos responsáveis da Pasta, eu não era ordenador de despesa à época, sou ordenador desde o dia...

P – O senhor não era ordenador da despesa? Não tem conhecimento do contrato?

R – Não era.

P – Então o senhor não vai contribuir para nós.

R – Sou ordenador de despesa a partir do dia 22 de outubro, agora, convidado pelo Secretário. Eu era Chefe da Assessoria Jurídica.

P – Então tá bom, vamos...

R – O que eu posso informar acerca da Prodam é que, hoje, os contratos existentes com a Pasta oneram em 2,820 milhões o orçamento anual, com dois contratos: um de sustentação TIC e um de link. Esses são os dois contratos existentes e que, agora, nós temos condições de rever enquanto ordenador de despesa. Antes não.

Houve uma diminuição, de 2014 para 2015, essa diminuição apontada decorreu, efetivamente, de uma modificação do contrato que a Prodam subcontrata uma empresa – mudou da Vivo, não sei, para a Embratel, não me recordo qual – e isso representou uma diminuição significativa no valor que a Prodam repassava a essas terceirizada e isso impactou no contrato, diminuindo o valor do contrato. Agora, se essa diminuição representou, efetivamente, aquilo que deveria diminuir, isso foi uma análise que foi feita, então, pelos ordenadores à época.

P – Na verdade, o senhor repassou para seu antecessor. Nós vamos pedir, na

verdade, os contratos todos aqui, na comissão, Sr. Presidente, porque não está de acordo entre o que a Prodam contratou os preços que o senhor disse que tem, o senhor disse que comparou com o mercado aberto, nós vamos solicitá-los então, o preço que o senhor efetivamente tem, da Prodam, e o que está ocorrendo, verificada essa oscilação. De qualquer maneira, não vou ficar nesse item, vou solicitar as informações.

Recomendo, aqui na comissão, que os contratos da Prodam devem ser melhor observados. O que significa dizer: a Prodam é um serviço mal feito, custa caro, muito caro. Muito caro, Sr. Secretário. Não significa dizer que o contrato, quando a Prefeitura tem um decreto, que o senhor tenha que pagá-lo. Tem dizer para a Prodam: “Olha, no mercado custa isso, veja, consigo, com as empresas do mercado aberto, metade, ou 40% a menos”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vereador, concede-me um brevíssimo aparte?

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Acho que posso dar uma contribuição. Fui ordenador de despesa durante dois anos na Câmara. Eu pedi autorização ao Conselho Municipal que define a política de informatização da Cidade, porque a existência da Prodam nos obriga a acioná-la.

O problema é quando o acionamento da Prodam gera um resultado negativo para a performance da nossa atividade pública, seja na qualidade do serviço que é fornecido, seja no preço que ele vem. A Prodam estruturou-se num período em que, de fato, se processava dados. Hoje não realizamos mais a tarefa típica de processamento de dados e o conjunto concorrencial que a sociedade nos oferece – no campo da tecnologia da informação – é muito maior do que a capacidade de se ter um gestor desse conhecimento, que é o que tenta se traduzir a Prodam.

Então o que estamos tentando apontar para os Secretários é o esforço de identificar se não é melhor levar esse processo à livre concorrência e, portanto, a Prodam

participa e não se pesquisa a Prodam. A Prodam concorre com todos os outros e, se ela tiver capacidade e performance para oferecer melhor produtos e serviços, ela será a ofertadora nossa. Se ela não tiver, não será.

E, ao não ser, depois de um certo período, se denotará a não necessidade de a Prodam existir, porque o mercado já oferece mais do que termos uma empresa pública de processamento de dados. Aqui é: em um período em que não se investia na área de tecnologia de informação, talvez fosse necessário um parque próprio, nosso, desenhando isso. Hoje, com o advento das smart series, você tem mais pessoas estudando tecnologias aplicadas às cidades, do que no próprio público.

Então é chegado o momento de cortar esse cordão umbilical que ficou alimentando em um período obrigatório, porque só se pensava em tecnologia aplicada à performance econômica, e não performance social. Estamos nos aproximando de um momento em que vamos ter de cortar. Falo isso, porque, aqui na Casa, fomos ao conselho, pedimos autorização ao conselho para não contratar a Prodam e, a partir daí, passamos a licitar os serviços da Casa.

Acho que, talvez, estamos chegando muito próximos do momento de mostrar para toda a Administração que a Prodam não é mais necessária: pelos custos excessivos; por você ter ainda um modelo de contratualização de equipe para dentro dela, que é em comissão; é muito difícil ter, na área de tecnologia da informação, cem, 200 ou 300 assessores técnicos para essa área que perdurarão o tempo que aquele gestor o contratou, assimilando os conhecimentos técnicos de uma cidade como São Paulo.

Então está ficando claro para nós que o modelo da Prodam está muito próximo do esgotamento. Nem o data center é mais justificado tê-lo, próprio.

É um pouco disso que estamos discutindo e é lógico que isso não acontece da noite para o dia. Mas se todas as Secretarias começarem a realizar estudos, poderão ver que algumas Secretaria comprometem 40, 50 ou 60 milhões do seu orçamento com isso e passa a

ser um valor significativo. Então é só para nós compreendermos porquê nós sempre abordamos a questão da Prodam, é muito mais para uma leitura que passou o tempo em que o setor público precisava ter um organizador de TI. O mercado oferece muito mais, e a livre concorrência do mercado, pode nos dar melhores serviços e produtos – se nós contratarmos produtos – num preço mais adequado. Então essa é a linha que estamos tentando adotar.

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Lógico.

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Todas as informações, Vereador Milton Leite, relacionadas aos projetos, processos, relacionados à Prodam – e queria a compreensão de V.Exa. -, pois eu não completei ainda o mês, mas isso não impede de levantá-las e encaminhá-las detalhadamente para tirar dúvidas dos senhores no que tange aos contratos da Prodam.

O que o Sr. Presidente dessa sessão está propondo, pelo que entendi, é um debate mais amplo. Quer dizer: até que ponto, hoje, é necessário ter uma empresa pública de tecnologia da informação, sendo que o cliente fundamental da Prodam é a Prefeitura, evidentemente é a Prefeitura.

E também se não é possível abrir um debate com as inovações tecnológicas que ocorreram no mundo todo, e há iniciativas novas no setor privado; portanto, se é importante manter, estrategicamente, uma empresa pública de tecnologia da informação na Prefeitura de São Paulo. Esse é um debate mais amplo que acho pertinente fazê-lo, bem como ter-se essas reflexões, mas não acredito que será no nosso campo, aqui, que teremos a resposta mais macro que o Sr. Presidente propôs.

A Prodam é uma empresa muito antiga na Prefeitura e acho que essa Casa trazer, para a reflexão, a continuidade ou não de uma empresa pública de tecnologia que pode estar, ou não, no mesmo nível das inovações tecnológicas, é uma discussão extremamente importante.

O SR. MILTON LEITE – São duas discussões, só para encerrar esse assunto, Sr. Secretário. Eu difiro um pouco daquilo que, talvez, o principal seja mesmo discutir a permanência dela ou não, mas talvez devamos ter no Município uma empresa de capital misto, de cujo capital o Município é controlador, até para termos dados armazenados em segurança. Isso é uma história. A outra é a prática deles, quanto a preço acima do mercado.

São duas coisas diferentes. Nada impede que ela participação, mas ela tem de ser competente o suficiente, ainda que público seja, e deva praticar os mesmos preços utilizados pelo mercado.

Não há razões para que uma empresa pública pratique preços acima do mercado. Significa dizer que há algo de errado. Se ela estiver praticando preços acima do mercado, o senhor imagina contratar um preço – que o senhor está contratando pela Prodam, Sr. Secretário -, mas, no mesmo contrato, o senhor pega uma empresa privada. O senhor não contrataria. E, se fosse mercado aberto, o senhor diria – e eu tenho a liberdade de falar - : “Olha, isso é um escândalo”, para a Prefeitura contratar os mesmos serviços que ela contrataria no mercado aberto. Ela licitar, mas em que o vencedor ganha com os preços da Prodam, isso não vai acontecer, Secretário, haverá desconto de 30% no mínimo, acima, se o senhor saísse com preço da Prodam como referência – o preço base de referência da Prodam – o mercado tem oferta de 30 a 40% de desconto. Significa dizer que há algo errado lá.

A política de discussão e reflexão maior é a forma, ou uma alteração profunda, que deva se fazer na Secretaria. Quando nós clamamos que o senhor deva ter o preço de mercado é para mostrar: “Olha, Prodam, não vou pagar isso não, eu consigo isso por preço melhor, vou ao Sr. Prefeito, não vou dar, eu tenho de cuidar do meu, o senhor está errado e eu contrato melhor no mercado, veja o que o senhor vai fazer, não dá para ser assim”. É isso.

Vamos prosseguir, Sr. Secretário.

Na 2100, Secretário, o senhor tem lá Administração da Unidade. O senhor tem ali 386 milhões contra 340. O senhor está aumentando 13%.

Outrossim, Sr. Secretário, o senhor executou, até o presente momento, em números redondos, 250 milhões, até outubro, o que significa dizer que o senhor tem, praticamente, cem milhões para executar em três meses. O que houve na execução orçamentária, Secretário? Na rubrica 2100?

Sei que é difícil, pois assumiu agora, é complicado. Houve duas mudanças, mas o nosso Procurador aqui presente pode explicar como está a execução orçamentária disso, e porque o senhor está aumentando 13% nessa rubrica, o senhor que está nos acompanhando, por favor, nos esclareço. Por que a execução orçamentária está, em outubro, em 250, ou melhor 249.9, ou ponto 8, ou seja, 250 milhões, e o senhor tem orçado 340?

O senhor está com 90 para executar em dois, três meses, então pergunto: será executado? O que está acontecendo? Não está gastando dinheiro, Procurador?

O SR. LEANDRO BRASIL CHAVES – Exa., só para esclarecer também que, na posição de Chefe de Assessoria Jurídica, os processos e as demandas em que trabalhamos são aquelas que o Gabinete submete. Então, nós não, sequer a proposta orçamentária encaminhada, houve consulta à assessoria jurídica acerca disso. Realmente, nós...

O SR. MILTON LEITE – Muito obrigado, Sr. Presidente, não tenho mais perguntas, diante disso, para fazer sobre a Peça Orçamentária, visto que fica prejudicado.

Vamos fazer o seguinte, Sr. Secretário, nós acreditamos e há confiabilidade em V.Exa.

V.Exa., tem credibilidade para, durante o exercício do ano que vem, discutir essa Peça Orçamentária.

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – Obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, é que se eu for discutir a Peça Orçamentária, item por item, abrir a 2100, e eu iria fazê-lo, mas o seu Procurador, neste momento, não conseguiremos discutir a Peça Orçamentária.

Vou falar, então, da Operação Delegada, só para encerrar. Na Operação Delegada,

o senhor está com uma redução em Ações Integradas da Operação Delegada. E aí é outro problema também, daí o senhor pode falar da política da Operação Delegada.

O senhor está pleiteando 67,8 milhões, dez por cento a menos, mas, mesmo assim, o senhor executou 45 milhões só na Operação Delegada. Sei que vai ficar difícil, mas se for só uma explicação rápida, agradeço, para encerrar minha participação nessa audiência, Sr. Presidente. É só esse esclarecimento, pois não há possibilidade de nós discutirmos mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só um aparte, Vereador.

O SR. MILTON LEITE - Eu esclareço, Sr. Secretário, que o senhor tem toda credibilidade e meus respeitos para conduzir uma boa revisão e execução da Pasta, mas, hoje, o debate se vê prejudicado pela não informação e pelo pouco tempo que o senhor está lá. Ficam meus respeitos pessoais, Secretário, ao senhor e à sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Permitam-me ser muito breve nessa questão colocada pelo Relator no que tange à Operação Delegada.

Recentemente, a Câmara aprovou uma nova gratificação para a Operação, portanto, aumentando a remuneração por policial militar que aceitar ser nosso parceiro. A cidade de São Paulo, que inaugurou o modelo de Operação Delegada, passou a ter forte concorrência. E eu falo forte concorrência porque outros municípios também aprovaram e, portanto, você pode fazer a opção de realizar sua Operação Delegada São Paulo em outros municípios, financiada pelo Estado, inclusive, o que reduziu a capacidade de você capturar, positivamente, agentes da Polícia Militar para serem nossos parceiros e, assim, ampliar o policiamento ostensivo.

Num primeiro momento, havia uma relação muito íntima do poder público local, ou seja, Subprefeitos, e corpo civil que a Administração tinha localmente e que passava a dialogar, de maneira muito equilibrada, com o corpo militar e que dava segurança àquele território, em especial porque foi a primeira vez que o Município passou a ter gestão, também, sobre a Segurança, quando contratualizava a Operação Delegada, portanto, tinha uma tarefa a

ser realizada por delegação.

Então como nós aumentamos a remuneração e reduzimos o Orçamento, estamos projetando para o ano que vem, um número menor de homens do que o que temos agora. Chegamos a ter mais de 200 milhões nessa rubrica, período em que nós tivemos os menores índices de furto e roubo na Cidade.

A pergunta é: será que nesse momento em que se busca tanto dar um certo equilíbrio do ponto de vista da segurança na Cidade, e em que não conseguimos equilibrar os indicadores, em especial na periferia e estamos dizendo que o entrerios tem muito da segurança privada, mas, para fora dele não.

Digo isso porque na semana anterior à passada, tivemos uma ocorrência – no distrito Anhanguera – que foi um arrastão dentro de um ônibus na rodovia Anhanguera. Então, não bastasse termos arrastão nos condomínios aqui da região mais central, estão começando os arrastões dentro de ônibus. Mas, por quê? Porque todo mundo tem um smartphone no bolso. E se você entra num ônibus com 50 pessoas, você sai de lá com 40 aparelhos como esse.

Estou falando isso pela preocupação que tenho de termos, no ano que vem, um recurso menor do que está projetado para esse ano, mas uma remuneração maior e, portanto, uma capacidade de ampliar o efetivo, na rua, da Operação Delegada, muito menor, ou seja, muito menos efetiva a intervenção que iremos realizar.

Então esse é um dos temas que acho importante o senhor abordar nessa convicção que a Operação Delegada, sim, traduziu-se numa política pública muito objetiva na integração do corpo efetivo da Polícia Militar junto à administração local, em especial a administração local.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO – De novo, o pedido aqui *vênia* em razão a detalhes mais objetivos do Orçamento, Vereador Milton Leite, e agradecendo a

compreensão de V.Exa., e do Sr. Presidente, mas eu tenho algumas referências para reflexão da atividade delegada desse ano e do próximo, 2016.

Na verdade, algumas situações que levaram à diminuição do número de policiais militares na atividade delegada. A primeira é que essa Casa também aprovou uma espécie de atividade delegada para a Guarda Civil Metropolitana. Hoje nós temos cerca de 900 guardas municipais realizando a Deac, que é uma espécie de atividade delegada para a própria guarda que é fundamental e que, gradativamente, vem diminuindo o trabalho extra chamado 'bico' de guardas, em alguns casos, até em situações de maior perigo porque quando ele está no trabalho extra, fazendo esse chamado 'bico' ele não tem o apoio da própria instituição, ele está sozinho na sua atividade extra. Então esse é um dos motivos que pode justificar a diminuição do número da presença de policiais militares.

Quando houve a aprovação nessa Casa do aumento para a base da Polícia Militar – soldado, cabo, sargento, se não me engano até subtenente – passou a ter um aumento maior do que era antes, o Governo Municipal, e a própria Câmara quando aprovou a proposta, igualou a atividade delegada feita na Capital com o que o Estado já paga para os policiais militares. Então ficou basicamente igualando atividade feita a partir de uma lei de 2014 do Estado.

Uma outra situação é que houve um momento em que a atividade delegada era fundamentalmente centralizada na Capital, principalmente na região de grande comércio, como a 25 de março. E também nos grandes espaços de comércio no centro da Cidade.

Com a perspectiva de ampliar a atividade delegada para a cidade toda - hoje, está praticamente em todas as Subprefeituras -, o interesse pela atividade delegada diminui e o que V.Exa. coloca de que alguns municípios pagam mais, um valor maior, também pode ser um elemento para a diminuição da presença de policiais militares na atividade delegada.

O fato é que no contrato atual que prevê cerca de 1,4 mil policiais, não completamos ainda os 1,4 mil. Esse valor fixado para 2016, no meu entendimento, não o fiz,

mas acredito que vai nessa perspectiva de que a atividade delegada não vai chegar mais àqueles 3 ou 4 mil policiais militares realizando. Primeiro, porque o próprio Estado já criou uma possibilidade do serviço extra para o policial militar dentro do próprio Estado; e, segundo, com a atividade delegada da própria Guarda Civil Metropolitana; de modo que, nessa questão, acredito que o Orçamento contempla um pouco o que aconteceu de mudanças, quais foram as mudanças ocorridas com relação a essa atividade. E, aliás, que teve importância ela ser realizada em São Paulo porque o próprio Governo do Estado acabou adotando isso para o conjunto dos policiais.

A expectativa, eu acredito, Sr. Presidente, é de que, com essa ampliação para toda a cidade – todas as Subprefeituras – a atividade delegada fique em torno de mil, talvez, no máximo, 1,5 mil policiais militares. E, gradativamente, tenhamos a maior presença de guardas municipais realizando essa atividade parecida no seu dia de folga, de modo que, acredito, vamos continuar tendo uma presença bastante forte nas regiões de comércio, não só aqui no Centro, mas também nos comércios de bairro à medida em que temos Subprefeituras espalhadas em todas as regiões da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. É assim que encerramos a primeira participação, chamando para fazer o uso da palavra, nesse momento, os dois inscritos, o Sr. Fábio Siqueira e a D. Maria do Socorro que terão oportunidade de usar o microfone, em até três minutos, para fazerem o questionamento ao nosso Secretário de Segurança Urbana.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Começando os trabalhos da nossa última audiência temática do Orçamento, saúdo o Sr. Presidente José Police Neto, o Relator Milton Leite, o Secretário Benedito Mariano, Chefe de Gabinete Dr. Leandro, e o Secretário de Siurb, Garibe, da próxima Pasta.

Cumprimento o Vereador Paulo Fiorilo, que acaba de chegar.

Sr. Secretário Mariano, o senhor que é um velho conhecido da Pasta, lembra que, em 06 de maio de 2004, o senhor participou de uma reunião, segundo o *Diário Oficial* de 12 de maio, com o Conselho do Orçamento Participativo, quando foi aprovada a construção de 20 bases comunitárias da GCM, sendo que essa proposta tinha começado em 2003. Parece que em 2004, por razão financeira, o senhor não conseguiu entregar parte dessas bases. Em 2005, o Governo Marta Suplicy acabou e o governo posterior arquivou a ideia.

Acho que essa decisão foi muito ruim, porque a população de Ponte Rasa, Cidade Líder – D. Socorro está aqui -, Jabaquara, Perus, Vila Sonia, jardim Umarizal, Jardim Popular, Pari, Jaçanã, Cursino, Saúde, Jardim Piracuma, Vila Formosa, Parque São Rafael, Vila Três Marias, Ermelino Matarazzo, Aricanduva, Tatuapé e Jardim Novo Oriente ficaram prejudicadas, porque esses 20 bairros têm problemas de segurança urbana. E com a não entrega dessas bases ficaram ainda mais prejudicados.

Então acho que é um dever moral do senhor retomar, para o ano que vem, a construção dessas bases, porque foi aprovada pela população, deliberativamente. Mas até agora a população aguarda essas 20 bases serem entregues. Quero uma opinião do senhor, porque o senhor voltou agora, uns anos depois à Secretaria que o senhor ajudou a criar, portanto, quero sua opinião a respeito.

Muito embora, lamentavelmente, a gestão Haddad e alguns Vereadores posicionaram-se contra, e de maneira bastante incoerente, à construção dessas bases, não móveis, e sim fixas. Parece-me que a população ainda quer a base fixa. Há uma demanda da população nos bairros ainda.

Também pergunto a respeito da restauração das casas de mediação das inspetores regionais da GCM. O senhor não executou nada nesse ano de 2015, queria saber em relação a essas casas que serão reestruturadas para o ano que vem.

Como também pergunto acerca da implantação da central de videomonitoramento integrado. Igualmente nada foi executado e a verba federal, em 2013, sumiu dessa dotação.

Queria saber porque esse desrespeito à modernização do serviço da própria guarda.

E queria, aqui, também, - e aproveito para lembrar que, ano que vem, a Guarda completa 30 anos – saudar e registrar o bonito trabalho da Guarda Civil Metropolitana que é prestado nesses 30 anos e inaugurado pelo ex-Prefeito Jânio Quadros.

Para encerrar, quero perguntar ainda das seis emendas parlamentares: por que nada foi executado até agora? Também pergunto acerca de... Por que V.Exas. executaram, como o Vereador Milton Leite perguntou, 300% da dotação, informação e comunicação? É um absurdo isso, porque, enquanto a Guarda Civil precisa de mais recursos para melhorar o seu bonito trabalho que ela já presta, V.Exas. executam, gastam 300% nessa dotação de computador. É um verdadeiro absurdo isso, absurdo, porque a Guarda precisa de verba para melhorar mais ainda o seu trabalho, para fazer seu trabalho em escolas públicas municipais, trabalho de segurança urbana e, em monumentos públicos, que estão abandonados e furtados em parques municipais. Trabalho não falta. Não precisam gastar em 300% em computador.

Por fim, queria dizer da criação da superintendência ambiental. S.Exa. não executou nada nesses dez meses. Queria também perguntar sobre as metas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Fábio...

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É que o Sr. Secretário está lá há três semanas.

R – Não, mas eu estou perguntando... O Sr. (ininteligível) foi um péssimo secretário. Ele tinha que estar aqui também respondendo porque a verba sumiu. Falo da verba federal. Não foi executado nada. A fonte 02 desapareceu no ano passado e neste ano também; e termino aqui perguntando das duas metas: Ampliar o efetivo da Guarda em dois mil novos integrantes. Quanto foi contratado em 2013 para cá? E quanto à capacitação de 6.300 agentes da Guarda Civil e (ininteligível) mediação de conflitos? Quanto foi feito isso, de 2013, 2014, 2015 e quanto será para o ano que vem? São essas as questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos. Ainda bem que deu tempo de eu chegar. Vim da associação de atendimento à população e estou aqui. Eu estou muito feliz em estar aqui. Por quê? Porque necessitamos da Polícia Metropolitana sim, porque, no conjunto habitacional Águia de Haia, na cidade AE Carvalho, fio é roubado. Há crianças nas escolas estaduais e municipais, e roubam todos os equipamentos. O que há é uma cracolândia. Antes a Polícia Militar ou a Civil, não a Metropolitana, passava em alta velocidade, quase atropelando a população. Faço uma pergunta. Se houvesse policiamento, há respeito e há consideração”. Temos condições de salvar as nossas crianças, certo? Qual é o papel de V.Exas.? Que eu saiba, nenhum. O que V.Exas. fazendo para essas crianças e para essas famílias? Eu desafio qualquer um ir lá ao conjunto habitacional Águia de Haia para ver o que é que nós temos: Nada. Eu elogio sim a Polícia Metropolitana. Eu admiro. Eu não sou puxa-saco de ninguém. Mais ou menos, quando a gente os vê no posto, há respeito pelo uniforme que eles usam. Há uma eterna criança alcoolizada na porta da escola municipal. Existe outra escola na Águia de Haia também. Há uma cracolândia em frente à escola. As crianças agredem-se e se matam. A turma vê a propaganda: As criança se agredindo. E por que V.Exas. não procuram melhorar esse equipamento? Por quê? Porque é cômodo para V.Exas. pôr Polícia em gabinete, segurando o Sr. Prefeito, segurando os Vereadores e ajudando os ricos; e a população que se dane. As escolas estão abandonadas.

Pela terceira vez, neste ano, roubaram os fios, e não houve atendimento. Onde estão V.Exas.? Foi comunicado sim. Nós procuramos saber onde é o Conseg. Existe a 64. Não há comunicado nenhum para a comunidade saber o que está acontecendo. Certo? Eu não tenho medo de bandido. Eu tenho medo mais de gente engravatado. Eu admiro e respeito. Era bom: A gente tinha esperança quando havia o policiamento e o reitor na porta da escola. Aí se salvava, porque eu trabalhei 19 anos na FEBEM e havia ordem e regra. Agora é uma

verdadeira banana, balela. Faz de conta... Então, era bom V.Exas. pensarem um pouco mais, certo e dar esperança para essas crianças que estão surgindo, porque para os idosos V.Exas. não fazem nada. V.Exas. querem mais que se exploda, porque o idoso é a periferia. O rico nunca fica velho, porque tem dinheiro para fazer plástica e tem dinheiro para ir aos melhores hospitais.

É bom, Sr. Secretário, olhar, com carinho, e respeitar essa (ininteligível) que tanto ajuda a periferia. Há os corruptos, os lixos também, mas, em todo lugar, há gente boa e má. É essa a minha fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para que possa fazer as respostas e as considerações finais, para que a gente possa fazer a conclusão dessa primeira audiência pública do dia de hoje, que tratou do tema segurança urbana.

O SR. BENEDITO MARIANO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria dizer à Sra. Maria do Socorro que, na minha gestão, nós vamos priorizar e ampliar a presença da Guarda Civil Metropolitana nas escolas municipais. Eu tenho convicção de que essa deve ser uma das principais atividades da Guarda. O que marca a identidade da Guarda é a segurança escolar. Então, a senhora pode ter certeza que gradativamente as escolas, sobretudo aquelas nas periferias da Cidade, vão ter mais a presença da Guarda Civil.

O Sr. Fábio Siqueira lembrou aqui da época em que eu estava nessa mesma pasta em outro governo. Digo ao senhor que, nesse período em que eu fui secretário, nós construímos 36 bases comunitárias, todas elas funcionando 24h, com vidro blindado, para dar segurança para quem vai segurança. Infelizmente as duas gestões anteriores, se não fecharam as bases comunitárias, doaram para outra instituição. Eu estive com o Sr. Prefeito, nesta semana. Levei para S.Exa., como perspectiva para 2016, nós retomarmos gradativamente a construção de bases comunitárias 24h, principalmente nas regiões mais periféricas da Cidade. Eu sempre defendi bases comunitárias 24h na periferia. Não sei se serão essas 20 que o

senhor citou. Vamos analisar. Gostaria que o senhor encaminhasse para a secretaria essas vinte indicações. É uma perspectiva minha retomar a questão das bases comunitárias.

Quanto às casas de mediação, devo confessar ao senhor que vou iniciar um processo de conhecê-las. Como eu disse aqui, peço vênica ao senhor, eu estou há três semanas como secretário, mas evidentemente esse é um projeto importante. Eu vou avaliar como ele está se dando e onde está funcionando efetivamente, em que região, e acredito que, num próximo encontro, eu possa dar um depoimento mais claro sobre as perspectivas das casas de mediação.

Quanto às emendas de Vereadores, nós estamos fazendo, nesse período, um esforço muito grande de empenhá-las todas. Como em parte delas nós tivemos que refazer o processo, o empenho sairia após o fechamento do orçamento deste ano. Já há uma autorização do Sr. Prefeito, de que quanto àqueles pregões que foram realizados e definidos após o fechamento do orçamento, os empenhos serão devidamente encaminhados. Conversei com o Sr. Secretário de Finanças sobre todos os processos relativos a emendas. Dentro do que foi possível, eu acredito que nós conseguimos, em três semanas, salvar 90% dos recursos de emendas encaminhadas por esta Casa, para apoio ao trabalho da Guarda Civil Metropolitana.

Com relação à central (ininteligível) monitoramento integrado, eu sou a favor do sistema integrado. Não posso dizer por que não foi realizado, porque estou aqui há três semanas, mas acho isso fundamental. Eu tive o privilégio de ser Secretário de Segurança Urbana por seis anos e meio em São Bernardo do Campo, e lá nós criamos uma central integrada, que reúne SAMU, Defesa Civil, Trânsito e Guarda Civil, num único espaço e com um *software* comum para as quatro agências. Isso propiciou, no primeiro ano, a diminuição de acidentes de trânsito e propiciou uma chegada mais rápida do SAMU, porque parte de alguns acidentes ou ocorrências, na própria central, o médico orienta o colega na rua. Foi um investimento importante para a Cidade. Eu tenho a perspectiva de, no ano que vem, discutir a

ampliação da central que nós temos e torná-la integrada com os órgãos que, direta ou indiretamente, dialogam com a segurança urbana, como Defesa Civil, Trânsito e o serviço de emergência do SAMU.

Houve um refluxo, Sr. Fábio, muito grande de verbas do Governo Federal, muito, e do Ministério da Justiça para os municípios. Nos últimos dois anos, a média do recurso da União para os municípios para projetos de prevenção não passou de 50 milhões para o Brasil inteiro. Só o monitoramento que nós realizamos, em São Bernardo do Campo, custou 22 milhões, com 100% do dinheiro do Tesouro, com dinheiro da Prefeitura. Eu não tenho muitas perspectivas de, em curto prazo, termos recursos do Ministro da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública para a realização dessa central integrada. De todo modo, nós vamos fazer uma avaliação, agora que somos ordenadores da despesa da secretaria, do que é possível a gente, com o orçamento dado, iniciar o processo de monitoramento integrado. Isso contribuiu muito não só para a sensação de segurança, mas otimiza e qualifica a ação da Guarda Civil Metropolitana, do SAMU, do Trânsito e da Defesa Civil. Essa é uma perspectiva que nós vamos trabalhar.

Por último, queria, de novo, agradecer ao Sr. Presidente, Vereador José Police Neto pelo nosso encontro. Peço novamente a S.Exa. e às pessoas que estão nesta audiência pública pelos meus vinte minutos de atraso.

Sr. Presidente e nobre Vereador Milton Leite, quero voltar a esta Casa a partir do ano que vem, quando nós tivermos mais dados sobre a secretaria, definindo mais claro o nosso plano de ação, discutindo com os Vereadores e com a população. Infelizmente não fiz algumas questões mais pontuais e específicas do orçamento. Ele fechou em final de setembro e outubro; e eu entrei no final de outubro, já com o orçamento pronto. Então, espero que a população também compreenda essa transição e não me furto de voltar aqui e fazer um debate mais claro e objetivo sobre as nossas perspectivas para 2016, na área de Segurança Urbana.

Quero terminar dizendo que tenho conhecimento de quanto esta Casa prioriza o

nosso setor, a Segurança Urbana. Em 2015, nós tivemos mais de sete emendas da Câmara para a Secretaria de Segurança Urbana. Eu trabalho com a perspectiva de que esta participação da Câmara na área de Segurança continue. Ela foi fundamental e nós vamos executar 100% de toda a contribuição que vier desta Casa para melhorar a prevenção na Cidade, melhorar o trabalho da Guarda Civil Metropolitana e, em consequência, melhorar a sensação de segurança e a segurança daquilo que compete à atribuição de nossa instituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o nosso Secretário e toda equipe que o acompanha. Deixo uma brevíssima sugestão. Durante o ano, muito foi debatido sobre a instalação de sedes regionais da Guarda Civil. Isso gerou certo frenesi entre os parlamentares, porque, como é regional, não vai haver em todas as subprefeituras. Então, ficou como um leilão: “A subprefeitura que reformar o melhor imóvel para oferecer para a GCM levava a hipotética sede regional”. Então, há um esforço para que não só haja esforço dos parlamentares, para ter a sede regional no seu território, mas também um esforço para que o aprofundamento técnico e científico da melhor localização haja para ela, para que não seja mais uma decisão política, que pode enfrentar a decisão técnica adequada, que dá qualidade ao serviço que o setor público deve prestar.

Encerro assim a nossa audiência, agradecendo muito o Sr. Benedito Mariano e toda a equipe que esteve com a gente, na garantia que V.Exas. terão aqui, na Casa, Vereadores zelosos e responsáveis pela tarefa que cumprem, querendo muito ajudar a cidade de São Paulo a ter mais segurança não só na sensação, mas também na segurança real na Cidade.

Muito obrigado.

Passemos ao segundo tema da manhã do dia de hoje, com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. O Sr. Secretário Garibe já está com a gente desde a abertura dos nossos trabalhos, às 9h.

Agradeço muito.

O SR. MILTON LEITE – É um exemplo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Isso. Agradeço muito o Sr. Roberto Garibe. Na primeira etapa, gastamos próximo de uma hora e meia.

Já se encontra com a gente o Vereador Paulo Fiorilo, que também é membro desta Casa, a quem agradecemos.

Tem a palavra o Sr. Roberto Garibe, para fazer a apresentação inicial, que vai conduzir os nossos trabalhos.

O SR. ROBERTO GARIBE – Obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto. Obrigado pelo espaço, pelo convite e pela possibilidade de esclarecer aqui as questões da nossa execução orçamentária. Queria cumprimentar o Vereador Milton Leite, relator da comissão; e o Vereador Paulo Fiorilo. Peço permissão para que a Sra. Ana Camila, nossa assessora de planejamento, faça a exposição rápida dos grandes números da secretaria.

Em seguida, farei uma explanação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos em frente.

A SRA. ANA CAMILA MIGUEL – Bom dia a todos. Eu vou fazer uma breve explanação dos números que constituíram a nossa proposta orçamentária para o ano que vem. Levamos, em consideração, os princípios norteadores, para fazer a proposta. Em relação às receitas, nós estimamos 1,7 bilhão aproximadamente para execução do ano que vem. As nossas receitas basicamente são advindas, na questão administrativa, de receitas de Convias, de TPU e a concessão do mobiliário urbano, que é a receita que vai para a SPObras; e os termos de convênio, com o Governo Federal, que é o programa de aceleração do crescimento.

A constituição da despesa fica dividida entre despesas correntes, pessoal e outras despesas. Houve uma leve diminuição das despesas correntes, advindas da revisão dos nossos contratos administrativos; e quanto aos investimentos, houve uma pequena projeção de aumento em relação a esse exercício.

É importante falar, no caso da Siurb, que a nossa previsão orçamentária não é só constituída pela unidade 22-10, que é a unidade da Siurb. A gente também tem, no nosso orçamento, o fundo de saneamento, o fundo de trânsito, Fundurb e as operações urbanas. Aqui dá para a gente ver como estão constituídos os nossos investimentos, 1,8 bilhão no órgão Siurb, 256 milhões no fundo de saneamento, 21 milhões no fundo trânsito, 148 milhões no Fundurb e meio bilhão nas operações urbanas, dando quase três milhões, 2,7 milhões.

Aqui já está mais discriminado em todas as obras, como a gente tem esse orçamento dividido, em mobilidade, em drenagem e viário. As operações urbanas não estão presentes no nosso orçamento, mas no SMDU.

Aqui há o resumo por área. Aqui estão todas áreas discriminadas nos devidos órgãos, somando os 2,7 bilhões. Aqui já é o orçamento da SPObras da empresa. A gente estimou 71 milhões para o próximo exercício. Basicamente é a receita do mobiliário e os repasses da Prefeitura, para gerenciamento de obras. Aqui também há a despesa, somando os 71 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer uma abordagem.

O SR. ROBERTO GARIBE – Eu só queria complementar que a peça orçamentária apresentada pela Camila não registra a totalidade talvez das responsabilidades que a secretaria comporta. Aqui, por exemplo, não estão registrados os orçamentos da Educação e da Saúde. Nós somos os executores dos próprios municipais e da maior parte dos equipamentos também, da Cultura e da Assistência Social. Isso está no nosso escopo dos investimentos.

Eu queria só fazer um registro das responsabilidades que nós temos agora, para este ano, em relação à finalização de algumas obras. Nós temos talvez o maior plano de drenagem em execução na Cidade. Há um conjunto de obras em execução e um conjunto ainda maior de obras já contratadas. Isso se repete em relação aos corredores. Eu acho que,

vencidos agora os desafios que nós temos para superar alguns entraves, para colocar algumas licitações na rua, nós teremos os 150 quilômetros de corredores já contratados no próximo ano. Isso nós vamos conseguir com os corredores Bandeirantes, que já está na rua, do Itaim e do Radial 3, que complementaríamos o nosso pacote de investimentos.

Além disso, nós pretendemos, neste ano de 2016, acelerar as obras das operações urbanas, complementar e finalizar todos os equipamentos sociais. Apenas para título de registro, queria destacar os dois hospitais que entraram em obra agora, Brasilândia e Parelheiros, além do hospital Jabaquara, que nós estamos entregando ainda neste ano.

É isso que teria a falar de forma resumida.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia, Sr. Secretário, Sra. Camila, Vereador Paulo Fiorilo, senhoras e senhores presentes e nosso Presidente, Vereador José Police Neto. Sr. Secretário, V.Exa. é um dos poucos que, na rubrica da Prodam reduziu-se 35%. Obviamente, o senhor deve ter cumprido os preceitos, que já abordei, sobre outras Secretarias que só ampliaram.

Assim sendo, Sr. Secretário, superarei essa etapa e passarei para a administração da unidade. V.Exa. está com 48 milhões de administração da unidade e está pleiteando um aumento de 8%. Então, pergunto: V.Exa. executou 28 até agora. É possível a conclusão? A Camila pode responder, porque ela trabalha com o dia a dia. Se puder nos explicar o porquê só 8%, se é possível concluir a execução orçamentária.

A SRA. ANA CAMILA MIGUEL – Bom dia. Nobre Vereador, no caso da dotação administrativa, como disse, fizemos uma revisão dos contratos administrativos, o que gerou uma economia, principalmente no uso dos veículos oficiais. Fizemos uma grande economia nesse contrato. Então, é possível que tenha alguma sobra...

O SR. MILTON LEITE – Foi uma renegociação do contrato. É isso?

A SRA. ANA CAMILA MIGUEL – Foi uma economia no sentido de diminuir as horas extras.

P – Cortou?

R – Cortou.

P – Foi corte de custo.

R – Corte de custo, exatamente.

P – Então, isso permite que, no ano que vem, tenhamos um menor gasto.

R – Um menor gasto para o ano que vem, por isso da redução, e também a dotação acaba tendo um pequeno aumento por conta de alguns gastos que, antes, eram centralizados na Secretaria de Gestão e que agora foram repassados para as secretarias, como é o caso dos estagiários. Então, tivemos um aumento dessa dotação por conta disso, para o próximo exercício.

P – Na GCE, na 4901, você está com menos 21%. A que se deve?

R - Nesse caso, o parâmetro passado, pela Secretaria de Finanças, foi menor. A nossa necessidade é um pouco maior nesse contrato por conta de nosso plano de drenagem.

P – Você entende que demandaria mais recursos?

R – Provavelmente, ao longo do exercício, precisaremos fazer uma adequação entre as dotações para garantirmos esse contrato.

P – Você gastou 11, até agora. É essa a razão? Está gastando mais do que está pedindo. É essa a razão?

R – É isso.

P – Dificilmente vão cumprir as obrigações.

R – É isso. Exatamente.

P – Estamos falando da pasta Secretaria. Intervenção Sistema Viário: 6 milhões, menos 21. O que houve aqui? Da 5 e 100: Intervensões do Sistema Viário. Dá para cumprir o programa do Viário ou não?

R – Nesse exercício?

P – Em relação aos dois. Um já está pedindo seis redondo. Na verdade, menos 21% do que a senhora gastou em 2015. Em 2015, atualizado, a senhora tem mesmo seis e quinhentos e o orçado é maior. Imagino que a senhora tenha mais para executar. Que a senhora deva executar por volta de 10 aqui e está pedindo a redução mesmo aí.

R – É. Em nosso sistema viário não temos muitos compromissos, contratos em vigência. Nesse exercício, tivemos algumas emergências executadas nessa dotação. No próximo exercício, então, estamos fazendo essa previsão em relação às emergências.

O SR. ROBERTO GARIBE – Só para fazer um adendo...

O SR. MILTON LEITE – Secretário, os contribuintes aqui não de fazer perguntas no tempo adequado e aqui não vou permitir algazarra ou chacota, qualquer que seja o Secretário. Haverá o tempo adequado para respostas ao contribuinte. Este é um debate sério. Então, Sr. Secretário, haverá o tempo do debate com o contribuinte, de forma técnica.

O SR. ROBERTO GARIBE – De qualquer forma, Vereador, pode ter ficado alguma dúvida na cabeça de outras pessoas. O sistema viário não é responsabilidade de Siurb tocar. Obviamente, há um conjunto de toda a parte de manutenção, mas isso está na Secretaria de Subprefeituras. Nós, em Siurb, tratamos do sistema viário principalmente em relação a obras de emergência, afundamentos de galeria e esses tipos de acidentes. Então, essa é uma previsão que temos e essa é a nossa responsabilidade. Não significa dizer que o sistema viário esteja adequado e que, portanto, não solicitamos esses recursos por conta disso. A responsabilidade não é de Siurb.

O SR. MILTON LEITE – Até porque, Sr. Secretário, não compõem a única rubrica o sistema viário, que será a minha próxima pergunta. Quero saber se o sistema viário é composto por programas de canalização, porque aí correm obras complementares. Citarei o exemplo que estamos executando na zona Sul. Estamos executando a Ponte Baixa. Não é canalização. É a canalização, os viários e os viadutos e não está escrito nessa rubrica. Quando

se fala em canalização do Córrego Ponte Baixa não é só o canal, mas compõe todo o viário que está sendo executado. Então, é preciso que tomemos cuidado na análise da peça como um todo para não sermos injustos com aquilo que se faz. Se vai executar, aí já é outra história, mas não é a única rubrica.

A próxima é a 507, a execução do Plano Viário Sul. O senhor tem aqui, inscritos na fonte 00, 2,5 milhões. Acho que é pouco. Mas, na fonte 02, 11%, 150 milhões. O senhor bem expôs que a Secretaria Siurb conta com investimentos de 1,8 bilhão de reais – é o orçamento de sua pasta. Porém, 1,7 é de 02, que significa dizer que 02 é o dinheiro do Governo Federal. Nós, a cidade de São Paulo, poderemos contar com esse recurso? Como está esse convênio? Por exemplo, para o Córrego Ponte Baixa está garantido o recurso? O Córrego dos Freitas, na zona Sul, está garantido o recurso? Como está o Córrego do Cordeiro? Estão garantidas as execuções de todos esses córregos? Porque só sobraram 100 milhões para a fonte 00. Então, Sr. Secretário, quero que o senhor fale a respeito do Viário Sul.

Outra pergunta. O senhor acabou de citar a Carlos Caldeira, que compõe fonte 02. Está garantido esse recurso? Vamos ficar só na licitação? Temos possibilidade de execução? Não que ache que tenha pago pouco, mas uma empresa ganhar 28% abaixo do preço licitado é estranho. Então, queria que o senhor falasse um pouco disso, porque pretendo, para o início do ano, chamar as empresas que ganharam a licitação e perguntar se vão ganhar para tentar fazer ou vão fazer mesmo com 28% a menor? Salta-nos aos olhos porque essas mesmas empresas vêm praticando um preço no mercado. Aí, elas vêm e ofertam um preço 28% a menor. Uma delas está errada. Vamos discutir isso. Quero saber o que mudou. O Governo Federal não está pagando as contas: está parando o Minha Casa, Minha Vida, está parando as outras obras e temos preocupações. Temos obras para execução: temos o Cordeiro, o Ponte Baixa, o Aricanduva. Para as obras em si que compõem o elenco de Siurb, o senhor terá dinheiro para fazer frente a essas obras?

O SR. ROBERTO GARIBE – Em relação ao Viário Sul, uma parte dos recursos

disponíveis é dedicada à finalização dos projetos e a reserva, de 150 milhões, diz respeito à licitação da continuação da Avenida M'Boi Mirim. Estamos na última rodada de discussão do orçamento. Então, temos toda a parte do projeto, que estamos finalizando, e da licitação do M'Boi.

O SR. MILTON LEITE – Já tem projeto básico com o Executivo?

O SR. ROBERTO GARIBE – Estamos terminando o básico.

Em relação às outras obras e à nossa estratégia em relação à fonte 02. Realmente, não é segredo que passamos por uma crise fiscal e obviamente a Prefeitura de São Paulo está se adaptando a essa situação. Temos, ano a ano, conseguido superar os nossos indicadores de investimento. Conseguimos, de fato, colocar o investimento na ordem do dia e a maneira que utilizamos para fazer isso foi com uma racionalização das despesas e uma canalização disso para os investimentos. Estou falando da fonte municipal. Em relação à fonte 02, obviamente se o ritmo de repasse for mantido, isso prejudicará a cidade de São Paulo e os seus investimentos. Disso não tenho dúvida. Agora, temos uma estratégia para isso, qual seja: para o ano que vem, temos notado que a Prefeitura de São Paulo conseguiu renegociar a sua dívida. Isso abre uma possibilidade fantástica para a cidade de São Paulo: de tomar financiamento. Como funciona o PAC em todas as outras cidades do Brasil? Ele é composto pela fonte local, pela fonte federal e pela fonte de financiamento. Essa fonte de financiamento, geralmente, é uma fonte muito mais tranquila para se conseguir, que são os empréstimos dos bancos oficiais.

P – Sr. Secretário, entendi. Mas temos orçado 1,7 bilhão. Temos recursos de diversas naturezas, que preocupam a Cidade. O senhor tem, aqui, terminais de ônibus, combate a enchentes. Estamos falando de operações de controle de cheias e bacias e córregos: 640 milhões na fonte 02. O senhor tem, na 564, também na fonte 02, obra de combate a enchente e alagamento: 64 milhões. O senhor tem reforma de Interlagos: 64 milhões, que eu duvido que o Governo Federal vá passar dinheiro para isso, e terminais de

ônibus: 154 milhões. Parte desses recursos, obviamente, temos a continuação da lista.

A pergunta é: haverá sincronia entre a capacidade de endividamento. Por quê? Porque, no último ano da gestão, esse recurso teria de estar de imediato, no início do ano, para o senhor executar e o senhor não terá isso de imediato para combate a enchente.

R – Não.

P – O senhor disse que a estratégia é com a capacidade de endividamento. Até contrairmos, aprovarmos, fazermos a análise financeira, a aprovação, como se trata de empréstimo futuro tem de haver a aprovação desta Casa. A Lei Orgânica obriga que passe por esta Casa a votação do aumento do endividamento da Cidade. Por exemplo, combate a enchentes: 64 milhões. Se o Governo Federal não passar durante janeiro, fevereiro, março, depois só para o ano que vem. Temo que o atual dinheiro que o senhor possa buscar como empréstimo, a fim de suprir essa deficiência, não chegue a tempo. Aí, a nossa preocupação. Então, há um plano C para combate a enchentes? Porque, não sei se para esse caso específico para enchentes, não tenhamos de abrir a possibilidade de o senhor ter a suplementação ou colocar nos recursos de outras fontes para que possamos utilizar nesse período. O senhor precisa do dinheiro até março. Depois de março, acabou a gestão e não usará mais o dinheiro. Então, a nossa preocupação é essa. Entendi que o senhor colocou obras como projetos novos, implementação de projetos novos. O senhor tem a possibilidade de contratá-los e fazer isso com mais tempo – contrair empréstimos -, porque o Município, agora, tem capacidade de endividamento. Mas, especialmente, o Autódromo de Interlagos, o senhor tem tempo lá na frente. A Câmara vai examinar se vem para cá ou não. Mas, especialmente, para obras de combate às enchentes e alagamentos é para agora que precisamos do dinheiro. Então, qual o plano específico para isso.

R – Vereador, obviamente que em relação ao financiamento, o senhor tem razão. Há um rito longo, mas essa não é a nossa única estratégia. Temos outras questões, que podem até ser explicadas, com maiores detalhes, pela Secretaria de Finanças. Mas, outros

municípios, que têm capacidade de financiamento, encontraram menor dificuldade na execução justamente porque conseguem fazer rodar o dinheiro do financiamento. Qual o desafio para a cidade de São Paulo? É poder ter essa conta corrente, para conseguir rodar esse dinheiro, em um volume maior do que utilizamos no ano passado. É essa a estratégia que estamos brigando para ter. Se tivermos sucesso nisso, conseguiremos conduzir as obras sem problema algum.

P – Mas, Secretário, por que estou insistindo na fonte 02? O Secretário Barbosa, do Planejamento, veio a público e baixou uma regulação interna dispondo o seguinte: “Nós iremos cumprir 70% das obras executadas”. Obras do Governo Federal, e o senhor conhece porque é Governo Federal, que constem, e a referência é medição paga, quem está com 70% de mediação paga é obra pronta, porque 20% ficam perdidos pelo caminho, entre Caixa, execução, medição e tramitação. Isso não gera um conflito com a fala do Secretário de Planejamento. Essas nossas obras, salvo a da Ponte Baixa, estão dentro desse critério? Estamos preocupados em dar condições para o senhor trabalhar. Sabemos que essas obras não estão em 70%, sequer estão em licitação. Portanto, estamos preocupados principalmente com as obras voltadas ao combate das enchentes.

E, para finalizar, há o compromisso da 109, da reforma do Governo Federal, em realmente passar para o Autódromo de Interlagos 94 milhões na fonte 02?

R – O senhor colocou várias questões. Primeiro, não há adiantamento de recursos federais. Eles não depositam antes das medições. Por isso que essa estratégia do financiamento é fundamental e a estratégia que adotamos para fazer uma conta corrente para girar as obras é importante. Nessa conta, é bom que se diga, que temos um bilhão de recursos 00...

P – Só para o contribuinte entender. O que o senhor está dizendo é o seguinte: o senhor executa a obra e manda a conta para o Governo Federal?

R – Exato.

P – O que o Governo está dizendo é o seguinte: “Vamos executar e mandar à medição”. Mas, o senhor tem caixa para fazer, no caso de combate à enchente?

R – É isso que estou tentando dizer. Nós temos um bilhão de recursos 00, e foi assim que operamos neste ano. Por exemplo, hoje, estou virando o ano com quase 250 milhões em medição, dentro do Governo Federal, e tenho recebido, agora no final do ano, aportes. Queremos ter o máximo possível. Não temos essa governabilidade de ter a certeza de quando se dá esse desembolso. Por isso que é vital essa estratégia de conseguirmos outros meios para compormos essa conta corrente, para conseguirmos rodar essas obras. Como estava dizendo, outros municípios têm muita facilidade, porque têm a sua margem de endividamento, e é algo que abre, agora, para a Prefeitura de São Paulo, e é um horizonte fantástico de investimentos para os próximos anos.

Obviamente, mesmo que saia um financiamento nos meses de junho e julho, do ano que vem, consigo repor aos cofres municipais o adiantamento que ele me fez para as obras. É dessa maneira que estamos administrando e é dessa maneira que conseguimos manter as obras em execução. Vocês podem me perguntar: “Ah, foi no ritmo que gostaríamos?” Óbvio que não. Gostaríamos de atacar diversas frentes ao mesmo tempo.

P – Acho que o senhor não entendeu as nossas preocupações. O senhor diz que vai adiantar a medição. Aí, eu disse antes para o senhor: “Secretário, mas o Sr. Barbosa falou que não vai pagar aquilo que não tiver. Novos não têm”. Aí o senhor gasta um bilhão e se o senhor não receber de 102, esse dinheiro fará falta em outra fonte. A minha preocupação é a seguinte: o senhor está usando um cheque especial. Mas eu estou tirando de A e colocando em B, que é a fonte 02. No ano de 2016, dada a crise, qual a capacidade de garantia que o senhor tem para a execução? Porque é o último ano de gestão. O senhor tem o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor não pode ir além daquilo autorizado. Daí a pergunta. O senhor tem limitações da execução. O senhor não pode, sem a garantia de que virá o recurso ou de que serão pagos esses contratos, usar o cheque especial. No penúltimo ano, em

2015, até entendo que isso valha, porque o senhor tem a possibilidade de repor com o orçamento próprio do Município. Mas 2016 será o último ano da execução orçamentária e nos últimos quatro meses o senhor não poderá gastar nada a mais daquilo que estiver. O senhor tem o limite do cheque especial. Quanto é que tem garantido para voltar dessa rubrica de 1,7? E quais as rubricas específicas que o senhor pode gastar, porque o senhor não pode gastar no macro. O senhor pode gastar por medição nas unidades pertencentes ao senhor, as rubricas autorizadas. A conta não é comum. Quando aprovado um projeto, a Caixa exige o básico, o executivo, a licitação. O senhor só pode autorizar proporcional àquilo.

Sem não houver esse recurso, a pergunta é: na chegada do final do Governo, do meio do ano para a frente, como vamos descalçar um bilhão que o senhor tem? O senhor está usando de outro lugar, o senhor está usando cheque especial. Então essa é a preocupação desta Casa, orçamentária, nossa preocupação orçamentária é: o Executivo – nós vamos indagar do Secretário de Finanças – vai dar essa pedalada do senhor usar o cheque especial no último ano? Porque não tem volta esse, senão pagar fia o buraco e aí há uma transgressão fiscal grave. É essa a preocupação, Secretário. Por que essa preocupação fiscal? Porque o senhor pode não ter dinheiro para cumprir isso aqui, o que o senhor está mencionando aqui, se o Governo atrasar cinco, seis, quatro medições, isso é passível, dado ao buraco fiscal federal, nós vamos ter um problema grave no município. Então, Secretário, essa é a preocupação nossa, como combater isso.

R – Em primeiro, Vereador, com relação ao que o Ministro do Planejamento colocou, nós temos várias obras que se enquadram nesse limite que ele colocou. Por exemplo, o próprio Ponte Baixa, nós temos a totalidade de recursos em conta, todos os corredores em andamento nós temos recursos em contas hoje, inclusive que serão bloqueados no decorrer. Esses recursos que entram não volta necessariamente para a obra, volta para o caixa comum. Quando eu fiz a sinalização aqui é que nós podemos usar isso em outras obras. A gestão financeira disso, eu não tenho controle sobre isso, acho que seria interessante indagar do

Secretário de Finanças, porque obviamente há um planejamento de todas essas etapas, tomada de financiamento e tudo o mais para o ano. A minha execução vai ser de acordo com as limites da responsabilidade fiscal colocada por ele. Se ele me disser: “Olha, conseguimos o financiamento. Você pode rodar as obras”, eu vou fazer isso de acordo com esse ritmo do destravamento dessas questões burocráticas. Nós não vamos, obviamente, deixar um rombo futuro por conta disso, não se trata disso. Mesmo agora, se o senhor pegar 2015...

P – Não é nem rombo, é a preocupação da demanda necessária das obras.

R – Claro.

P – A preocupação do rombo, o ordenador da despesa responde. Eu quero que o senhor entenda.

R – A peça que é orçamentária ela é uma peça do nosso desejo, nós queremos buscar esse planejamento aqui, nós vamos brigar por ele. Então todos os esforços estão sendo feitos para que a gente consiga rodar isso. Vamos ter sucesso nessa estratégia? Nós vamos conseguir avaliar isso no final de 2016, não vamos conseguir avaliar isso nesse momento. O plano é esse, o plano é contar com essas aberturas que nós temos hoje por conta de termos reorganizado as contas municipais para conseguir fazer frente à falta dos repasses federais. É essa a nossa estratégia para esse conjunto de obras.

P – Eu queria que o senhor falasse agora dos investimentos do fundo, as obras do fundo, as principais obras, Secretário, rapidamente, porque eu não posso deixar de perguntar por que estou vendo aqui na 21.71, fundo da secretária. Secretário, Córrego dos Freitas, Córrego do Cordeiro, como anda, bem particular, o Córrego dos Freitas, Secretário, que é um caso na zona Sul de São Paulo e tenho uma preocupação enorme. Outro, Secretário, da fonte 08, Ponte Raimundo Pereira de Magalhães, como está o projeto, como está a licitação, com estão os recursos para a Ponte Raimundo Pereira de Magalhães, na parte Noroeste da Cidade. Essa é uma preocupação que nós temos, que é uma promessa do Prefeito, há um compromisso com a extensão do projeto dessa obra, se inicia nessa gestão, não inicia, o

Governo pretende mudar os CEPACs para aquela região, porque ficou bem claro para o mercado que o dinheiro que virá para aquela obra, o primeiro leilão não houve, por isso nós queremos o Secretário para debater essa matéria conosco, não há dinheiro, o CEPAC está superfaturado em relação àquilo que o mercado pratica. Foi a Câmara que errou ao fixar preço. O CEPAC foi superfaturado na lei por nós, erroneamente.

O SR. PAULO FIORILO – Superestimado.

O SR. MILTON LEITE – Faturaram demais com outras empresas construtoras que não querem pagar. A Câmara cometeu um equívoco aqui, está caro demais. Exagerou na dosagem e tirou a possibilidade de recursos. O mercado não pagou, foi superfaturado e refugou. O mercado de obras privadas esteve aqui na Subcomissão e disse o seguinte: “nós não vamos pagar esse dinheiro, 1.400 nós não vamos pagar; pagamos por volta de 800; vocês estão louco aí” e aceitamos isso, erramos mesmo. Então, Secretário queria falar dessas obras que são importantes para a Cidade, todas essas mencionadas. Teria aqui, Secretário, o dia para debater rubrica por rubrica, mas eu não disponho. Se houver necessidade eu ligo para a Camila, tenho acesso e tiro a dúvida, ela esclarece quando temos dúvida. Por favor, só essas obras, Secretário.

R – Com relação ao Freitas, a licitação está na rua, já terminamos o projeto, colocamos a licitação na rua, o Tribunal de Contas pediu alguns esclarecimentos, nós suspendemos o certame para esclarecer. Ele vai a plenário do Tribunal agora na próxima quarta-feira. Todos os esclarecimentos já foram feitos, as adequações solicitadas. Acho que ao vamos ter mais problemas. Se liberada na próxima quarta-feira, nós temos mais 15 dias de prazo para abrir a proposta comercial. É possível contratar essa obra ainda neste ano se o Tribunal conseguir liberá-la na próxima semana, como está previsto. Em relação ao Cordeiro, a obra está muito bem, nós já iniciamos o fechamento de um dos reservatórios agora no final do ano e temos os recursos previstos para finalizar a obra no próximo ano, dos dois reservatórios, do dois e três, e é bom que se diga que já colocamos a continuidade da obra, que é a fase 2 do

Cordeiro, já está na rua também a licitação. Em relação à ponte, terminamos a fase de audiência, publicamos o edital na ponte, ele está na rua já, e demos um prazo de 30 dias para abertura da proposta comercial. A previsão é que na segunda quinzena de dezembro a gente abra a proposta comercial e é possível a gente contratar ainda neste ano a obra da Ponte Raimundo.

P – Presidente, estou devolvendo porque teria aqui centenas de perguntas, mais 25 mil, mas não posso monopolizar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como tem muitas perguntas, a gente vai socializar as perguntas dos outros Vereadores. Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo. Já temos cinco inscritos.

O SR. PAULO FIORILO – Eu gostaria, primeiramente, agradecer a presença do Secretário Garibe; saudar o Vereador Milton Leite; os presentes, o Vereador Jair Tatto, que compõe a Mesa e membro desta Comissão.

Secretário, eu tenho três questões básicas, que não sei se será para o senhor ou para a Camila. Espero que seja para o senhor, até porque o Vereador Milton Leite já monopolizou muito e continua monopolizando. Secretário, a primeira questão que eu gostaria que o senhor pudesse trazer à Comissão, é qual a situação da execução do orçamento 2015 para os próximos um mês e dez, doze dias, o que a Secretaria ainda tem como expectativa de investimento ou de ações do orçamento de 2015 diante de toda discussão já apresentada aqui pelo Vereador Milton Leite, a expectativa dos repasses federais, se é possível o senhor apresentar aqui para a Comissão um diagnóstico desses últimos dias do ano, o que tema ainda por vir.

A segunda questão, queria tratar de dois casos específicos que dizem respeito à zona Leste. Uma obra é o Córrego do Aricanduva, que tem já todo um processo de anos, perpassa administrações, vem de governos anteriores, então queria que o senhor pudesse atualizar e dizer qual é a expectativa. Ainda de obras, a questão da passagem subterrânea

aqui no Parque Dom Pedro, qual é a expectativa da Secretaria em relação àquela obra.

Por fim, Secretário, se o senhor pudesse fazer um relato da situação das emendas que estão ligadas agora, nessa última fase, à liberação da Secretaria de Infraestrutura Urbana com relação à ata.

São essas quatro questões e que o senhor fique à vontade para respondê-las.

O SR. ROBERTO GARIBE – Primeiro com relação ao encerramento do ano. A nossa expectativa para o encerramento é bastante boa. Digo isso porque nós vamos conseguir cumprir todos os nossos compromissos que estavam acordados com as principais obras, e aí eu digo o seguinte, em relação aos corredores, toda previsão de término dos corredores que estão previstas para dezembro, janeiro e fevereiro nós vamos conseguir cumprir, ou seja, nós vamos conseguir porque conseguimos os recursos orçamentários suficientes para fazer frente aos compromissos desses corredores. Então não vamos ter nenhum problema, nenhum solução de continuidade nessas obras...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nós temos a informação de quais são, mas quem nos acompanha não. Então o senhor poderia falar quais são os corredores, nominar os corredores.

R – Olhando os rostos vejo que tem muita gente que sabe mais do que eu, mas vou dizer. Em relação aos corredores, quais estavam previstos para terminar nessas datas que eu coloquei: Corredor Inajar de Souza, que tem previsão de término na segunda quinzena de janeiro; Corredor Berrini, que tem previsão de término no final do ano; Corredor M'Boi Mirim, que tem previsão de término no início de fevereiro; Binário Santo Amaro, que também tem previsão de término na primeira semana de fevereiro. Esses quatro corredores somam 36 quilômetros, que nós já vamos estar entregando na cidade até o primeiro bimestre do ano que vem. Além disso, nós estamos retomando as obras do Corredor Leste Itaquera, agora, vamos retomar uma parte do Terminal Itaquera, principalmente conseguimos um acordo com o metrô para resolver um problema de acesso à passarela do metrô, isso foi resolvido junto ao metrô e

estamos retomando agora parte dessa obra, e desenvolvendo os projetos, finalizando os projetos Aricanduva, Capão. Além disso, nos temos a previsão no orçamento para finalizar as licitações tanto do Corredor Bandeirantes, Itaim e Radial 3.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Mas esses não daremos ordem de serviço...

R – Não daremos ordem de serviço esse ano. Para o ano que vem...

P – Mas tem previsão para o ano que vem de dar ordem de serviço?

R – Olha, Itaim e Radial 3, o Bandeirantes nós conseguimos contratar ainda esse ano. Itaim e Radial 3 depende ainda de uma liberação no Tribunal de Contas da União. Estamos fechando as tratativas com o Tribunal. Devemos liberar para colocar a licitação na rua. Não contrataremos nesse ano, é praticamente impossível, mas para o primeiro trimestre do ano que vem é possível. Além disso, o Corredor Santo Amaro a licitação está na rua, a continuidade do corredor, e agora a boa notícia é que nós entramos no Corredor da Chucru Zaidan, conseguimos vencer toda fase de desapropriação, estamos entrando em obra, que é financiada pela Operação Urbana que aí resolve a questão da preocupação que o Vereador Milton Leite estava colocando sobre a questão de financiamento. Lá nós temos recursos garantidos.

Com relação à drenagem, nós temos recursos, conseguimos um adiantamento de recursos para acelerar a obra do Ponte Baixa, conseguimos recursos para acelerar a obra do Cordeiro e também para finalizar a questão do túnel por baixo da CPTM na Água Preta. Então esse ano vamos ter já uma funcionalidade parcial da obra de canalização do Água Preta. Eu falo parcial por quê? Porque nós terminamos uma primeira fase do túnel que passa embaixo da CPTM, isso já vai minorar a questão das enchentes naquela região.

O SR. MILTON LEITE – As duas pontes, a ponte no Burle Marx e a ponte João Dias, que também são financiamento, inauguramos elas no ano que vem? Como estão? Fale um pouco delas.

R – As duas pontes, a Ponte Laguna nós vamos inaugurar em março, eu acho que todos que todos que passam ali na marginal já viram que ela está conseguindo chegar do outro lado da marginal. E a Ponte Laguna nós devemos inaugurar no meio do ano, em julho nós estaremos inaugurando. Então em março e julho as duas pontes estarão inauguradas. E somada à obra que estamos fazendo na Chucri Zaidan, isso vai ser um importante corredor para desafogar toda aquela região e é um corredor importante da zona Sul, que a gente vai conseguir desafogar.

Ainda em relação à drenagem. Nós já temos contratado, Vereador Fiorilo, as obras do Tremembé, do Aricanduva, do Zavuvus, do Ipiranga, do Paraguai Éguas, do Carlos Caldeira e do Paciência, todos já contatados, parte delas com licenciamento ambiental. O senhor me perguntou exclusivamente sobre o Aricanduva. O Aricanduva é uma dessas obras que tem a totalidade do licenciamento, com exceção da Vila Nova Artigas que dependia de um o.k. da Transpetro, que já conseguimos esse o.k. informal, já batemos o projeto com eles, porque quem é da região sabe que passa uma adutora ali, um duto da Petrobrás, que era limitante à obra já está vencida essa discussão e nós poderemos começar a obra no Aricanduva o mais rápido possível.

A passagem subterrânea do Radial 1, o Tribunal de Contas da União pediu para que cessasse os efeitos do contrato até que se esclarecesse algumas questões. Nós estamos finalizando essa discussão com o Tribunal de Contas. Aí é algo que está fora da nossa governabilidade. Eles têm feito um conjunto de questionamento em todas as nossas obras e o processo de discussão com o Tribunal de Contas da União é bastante longo, diferente do Tribunal de Contas do Município que cuida somente do município, Tribunal de Contas da União tem um conjunto de obras que ele fiscaliza no País inteiro e nós aguardamos assim a fila das discussões que estão sendo feitas lá. Portanto, é assim, o Radial estava num bom caminho, porém agora nós tivemos que parar para fazer esses esclarecimentos ao Tribunal de Contas, porque ele tem impacto no andamento da obra, dependendo de qual solução o Tribunal

apresente ele tem impacto na continuidade, por isso que ele pediu para cessar os efeitos do contrato por enquanto.

O SR PAULO FIORILO – Secretário, ainda sobre isso, queria fazer uma sugestão. Como houve o início de obras, foi construído o canteiro e a remoção de algumas árvores, remoção e corte, eu percebo que ali árvores já voltaram a crescer e houve uma manifestação dos moradores do entorno quando da retirada. Eu sei que é uma questão sempre muito sensível, até porque é retirada de árvores, mas é preciso que a Prefeitura tivesse uma política para aquela situação, se já tem árvores grandes e outras que vão ficar grandes de novo. Eu não sei qual é a política que a Secretaria vai adota, mas vai ter um outro problema posterior quando retomar a obra nessa questão. É só uma sugestão e uma observação sobre isso. O senhor ia falar das emendas.

R – Quanto às emendas, nós tivemos um afunilamento de processos dentro da Secretaria, isso é comum em todos os anos. Para o senhor ter uma ideia, a média de aprovação que fazemos para a utilização da nossa ata de registro de preços é uma média de 20 processos mês; em outubro tivemos 60 processos, já triplicou essa média, e agora em novembro, até o dia 18, foram 171 processos já publicados, inclusive os de Sapopemba, que foram todos já liberados pela Secretaria. Devemos continuar no ritmo, as pessoas estão trabalhando inclusive nos finais de semana lá para tentar fazer frente a esse aumento de ritmo de pedidos de liberação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Viu, Vereador Paulo Fiorilo, está provado que a gente precisa ter um ritmo de liberação por cota de emendas e não todas emendas serem liberadas só em novembro.

O SR. PAULO FIORILO – Eu acho que mais do que isso, eu acho que é preciso ter um ritmo ou um tratamento com o Executivo, independente do Executivo, para que ele também possa entender a necessidade da execução das emendas e, portanto,...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Entender. Não é cumprir a lei, é

entender.

O SR. PAULO FIORILO – Não, não. Se o senhor quiser utilizar o cumprir a lei não tem nenhum problema. Eu prefiro sempre o diálogo do que a imposição.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A lei não impõe, a lei sugere agora.

O SR. PAULO FIORILO – Mas como o senhor já disse que é um presidente imperial não tem problema, vamos dialogar. Acho que aqui, no caso das emendas, tivemos oportunidade de ouvir os subprefeitos, e eles colocaram a dificuldade, que é um pouco onde está indicado aqui pelo Secretário, a quantidade enorme de processos para um número pequeno de funcionários. Então, sugiro que na discussão orçamentária deste ano, o Relator, Vereador Milton Leite, possa indicar um caminho adequado para que a gente não sofra, no ano que vem, desse mal que tem atingido todos os Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então, de maneira imperial, o Vereador Milton Leite vai seguir a indicação imperial do Vereador Paulo Fiorilo. E a gente passa a palavra ao não imperial, até porque os orientais superaram essa fase imperial.

Passo a palavra ao nobre Vereador Aurélio Nomura, para que ele possa fazer os seus questionamentos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, gostaria de me desculpar pelo meu atraso e de cumprimentar os Srs. Vereadores, o Sr. Secretário, o público presente, e pergunto o seguinte: Para a execução do Plano Viário Sul, o Orçamento atualizado de 2015 é de R\$ 134 milhões, mas foram liquidados ínfimos R\$ 33 mil, o que significa 0,033%. O Orçamento para 2016 é de R\$ 152 milhões. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se o senhor acredita que receberá R\$ 150 milhões previstos na Fonte 2, recursos federais, mesmo porque nesses três anos anteriores mostram que não foram realizados. E gostaria de saber se o Sr. Prefeito tem interesse, efetivamente, de tirar esse projeto do papel, como foi comprometido.

O SR. ROBERTO GARIBE – Vereador Nomura, desculpe por não tê-lo saudado antes, pois não o tinha visto antes, mas obrigado pela pergunta. Em relação ao Viário Sul, é

bom explicarmos um pouco o que é. Nós herdamos o Viário Sul, assim que eu cheguei a Secretaria, já me deparei com esse projeto. Esse projeto é praticamente impossível de ser licenciado, pois está todo planejado numa área bastante delicada do ponto de vista ambiental, onde há o reservatório dos nossos mananciais, e obviamente ele tem restrições muito fortes.

Da maneira que ele estava planejado, inclusive o nome que eu acho errôneo, sobre Viário Sul, que deveria ser Corredores Sul, e já estamos alterando isso, nós tivemos que proceder com a revisão de todos os projetos que lá estavam.

O que foi essa revisão? Da maneira que as caixas estavam planejadas, de praticamente quase 40 metros, 35 metros, dependendo dos trechos desse Viário Sul, nós teríamos que fazer obras de arte e paredes de contenção gigantescas ao longo de toda a represa, o que tornaria quase impossível pela legislação ambiental vigente. Então, o que fizemos? Mudamos a concepção do projeto, de viário para corredores, e revisamos a função de cada uma das avenidas, de forma a conseguir fazer com que ele possa ser licenciado num futuro próximo.

Estamos terminando essa revisão, e estamos em discussão permanente com a Caixa Econômica Federal, que observa cada passo que nós damos em relação a esses projetos, e temos a intenção de levá-lo à frente, pois é um projeto importantíssimo, inclusive para congelamento de algumas áreas ambientais e áreas de APP, por meio de criar a barreira com esse próprio Viário.

Acho que, somado esse projeto com o projeto dos mananciais, podemos dar um bom trato em toda a região Sul, da maneira que a lei manda.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pelo que V.Exa. acabou de mencionar, eu acho que dificilmente nós temos condições de executar, mas sim de fazer o planejamento, ou o projeto propriamente, e talvez conseguir o licenciamento. É isso?

O SR. ROBERTO GARIBE – Exatamente. Eu acho que nós conseguimos licitar a obra no ano que vem, mas conseguir a execução é difícil.

P – É improvável. Ok. Para as obras de combate a enchentes e alagamentos, o Orçamento para 2015 é de R\$ 41,9 milhões, mas só foram liquidados R\$ 5,4 milhões, ou seja, apenas 12,6%. Para a proposta de 2016, o Orçamento é de R\$ 63,9 milhões, ou seja, 223% a mais, se compararmos com o Orçamento deste ano. Por que esse aumento tão elevado e por que dessa baixa realização até agora? Temos verificado que, todos os anos, infelizmente, a população sofre com as enchentes e alagamentos. E, no período de chuvas, haverá novamente alagamentos e enchentes.

R – Vereador, infelizmente essa rubrica não dá a verdadeira noção de todos os desafios que temos vencido em relação ao nosso programa de combate às enchentes. Essa rubrica comporta duas emergências que nós fizemos na região Sul da cidade de São Paulo. Mas eu gostaria de registrar que nós já terminamos 48 obras do nosso programa de redução de alagamentos, e não estou nem falando das grandes obras, porque o nosso programa de combate a enchente é composto por essas grandes obras de bacias, que citei anteriormente, e temos um programa de redução de alagamentos, que são obras menores que fazemos em toda a Cidade, tentando resolver problema de pontos históricos que acabam causando grandes transtornos, pois não são só as grandes obras que colaboram no combate às enchentes.

Essas obras do PRA que citei estão situadas na rubrica do fundo de saneamento. E agora, no final do ano, estamos dando ordem de início a outras obras do PRA. Para o ano que já temos contratos assinados para outro lote do PRA, e queremos a aprovação da Caixa Econômica para os lotes 03 e 04. Então, já estamos executando o lote 01, temos licitado o lote 02 e queremos a aprovação dos lotes 03 e 04 do PRA, para finalizarmos todo esse programa de redução de aproximadamente 96 pontos de alagamento em toda a Cidade.

P – Desses R\$ 63,9 milhões, quanto virá de recursos federais?

R – Eu precisaria checar. É a totalidade desse valor, foi com recursos do fundo de saneamento.

P – A outra questão é que, também com a rubrica de intervenções e controle de

cheias em bacias e córregos, me parece que acontece a mesma coisa: O Orçamento atualizado de 2015 é de R\$ 486 milhões, mas foram liquidados R\$ 37,7 milhões, ou seja, apenas 8%. Gostaria de entender essa baixa realização, já que essas obras são tão necessárias.

R – Vereador Nomura, a diferença se deve, novamente, a fonte 02, que foi alvo do debate proposto pelo Vereador Milton Leite. Na maior parte das obras, tivemos que substituir a fonte 02 pela fonte 00. Nós não recebemos a totalidade dos recursos que esperávamos receber e, das grandes obras que executamos do Ponte Baixa, esses recursos da fonte 02 vieram ainda em 2014, boa parte deles. O Cordeiro, estamos executando praticamente com a fonte 00; e o Água Preta estamos executando com os recursos da Operação Urbana Água Branca.

Essa rubrica que o senhor está apontando é justamente esse rol de obras que disse que estão contratadas e aguardando os recursos federais para a execução.

P – V.Exa. falou que utilizou recursos da fonte 00, mas estou vendo aqui, pelo menos no documento que nos encaminharam pela Assessoria, que para esse código de intervenção, controle de cheias e bacias e córregos foram investidos apenas R\$ 631 mil, liquidados até outubro de 2015.

R – Na verdade é o fundo de saneamento, desculpe, é 08.

P – Estou falando do 50.13: Intervenções de controle de cheias e bacias e córregos. Estou vendo aqui: Liquidado até outubro de 2015, pela fonte 00, R\$ 631 mil.

R – Vereador, eu acho que levei o senhor a um erro, pois na verdade não é fonte 00, é fonte 03, que é do fundo de saneamento; e fonte 08, do Fundurb. É ali que estão alocados os recursos para essas obras que citei.

P – Ah, agora entendi. Nós recebemos aqui o Secretário de Finanças e eles estavam falando que aquela famigerada obra do piscinão na av. Prof. Abraão de Moraes, acho que é a obra mais antiga que temos com relação a construção de piscinão, que já se gastou

mais de 200, 300 milhões de reais. Desse montante, eu gostaria de saber se ele conta do Fundo Municipal ou consta através dessa rubrica de intervenções e controles?

R – O senhor deve estar se referindo à canalização do córrego do Ipiranga, a finalização do projeto. Há três reservatórios previstos nesse projeto: no Aliomar Baleeiro, são dois reservatórios; e na Lagoa Alipert. Essa obra é do PAC, com previsão de ser financiada com recursos 02, de fonte federal.

P – Só fonte 02?

R – Só. Deve haver alguma contrapartida nossa, porque todas essas obras, não é que há contrapartida, é bom que se esclareça que o Governo Federal não exige contrapartida, mas alguma parte dos recursos são não incidentes, que acabamos pagando com a nossa fonte.

P – Me parece que é um adiantamento. Nós pagamos e, depois, recebemos?

R – Não. Essa é a maneira que encontramos de tentar acelerar a obra sem esperar os recursos federais, mas uma parte dela não será devolvida, com recursos municipais mesmo. Não sei exatamente o valor, é um milhão que está no Fundo de Saneamento. É muito pouco em relação ao total.

P – É. Isso que eu estava perguntando. Um milhão, de 97, previsto para o ano que vem?

R – Exatamente.

P – Qual o tempo de duração dessa obra das lagoas do Riacho do Ipiranga. Me parece que, então, teremos três anos, quatro anos, de obra.

R – A Lagoa Alipert é a obra mais tranquila que...

P – São três etapas, na realidade: A lagoa...

R – São três reservatórios. A Lagoa, e há dois reservatórios nas duas alças do Aliomar Baleeiro.

P – Um de cada lado?

R – Um de cada lado. Quanto à obra da Lagoa, inclusive em discussões que tivemos com o Tribunal de Contas, eles criaram um indicador que é a metragem cúbica de reserva por real gasto. E lá é uma das obras mais baratas, pois vamos conseguir um armazenamento de quase 100 mil m³ na Lagoa com uma obra bastante simples de movimentação de terra. Na verdade, nós só não executamos essa obra porque a Lagoa é uma propriedade particular e estamos fechando um acordo, o proprietário quer nos doar a Lagoa, e isso está no trâmite burocrático, mas é uma obra bastante tranquila e barata.

P – Não há problemas de contaminação na Lagoa? Porque ali ficava a Siderúrgica Aliperti. Recentemente, nós tivemos essa questão de barragem. Segundo informações, é uma área muito contaminada, não sei se já foi feita a prospecção com relação a isso.

R – Já temos a licença ambiental para iniciar as obras. Não sei o quanto isso foi levado em consideração, como se trata de uma reserva, se foi necessário fazer isso. Eu vou checar.

P – Me parece que é por causa do resfriamento das caldeiras da usina.

R – Sim. Mas verifico no nosso licenciamento se isso está expresso e te comunico, pois não tenho essa informação de pronto.

P – Ok, obrigado. No Código 37.50, para implantação e requalificação dos terminais de ônibus para 2015 é de R\$ 229 milhões. Atualizado, chega a R\$ 169 milhões em outubro. Mas foi liquidado apenas R\$ 24,1 milhões. Para onde foram transferidos esses recursos? E se a Prefeitura desistiu dessa obra que tanto lutamos pela sua aprovação na Câmara Municipal.

R – Qual obra?

P – Da implantação e requalificação dos terminais de ônibus.

R – Entendi. Só não entendi se é a alguma obra específica que o senhor se refere.

P – Não, de maneira geral, porque estamos verificando que, primeiro, reduziu em pouco menos de R\$ 100 milhões o que estava orçado; foram liquidados apenas R\$ 24 milhões. A minha dúvida é com relação a essa questão.

R – No caso dessa rubrica, ela comporta o nosso projeto do Terminal Itaquera, que é importantíssimo. Essa obra estava dividida em duas fases e terminamos a primeira fase ainda há tempo para a Copa do Mundo, que ocorreu no meio do ano passado. A segunda fase da obra já se iniciou, que é a maior parte da obra, mas se iniciou depois de uma longa tratativa com o Metrô. Não sei se o senhor consegue se localizar, ela está sendo executada exatamente no final da Linha 02 – Vermelha do Metrô, depois da Estação Itaquera, onde os trens partem para o pátio. Nesse perímetro, está sendo construído o terminal. E por questões de segurança, tivemos uma longa tentativa, porque isso não poderia afetar os pilares do Metrô, obviamente, causando prejuízos gigantescos aos paulistanos, por isso só começamos essa obra no meio do ano e a execução dela não está conforme o ritmo previsto.

P – Entendi. E para onde foram transferidos os recursos, Sr. Secretário?

R – Não sei dizer, porque a gestão da transferência é feita pela Secretaria de Finanças. A única coisa que eles nos pedem é a previsão para ano revista. Como houve essa tratativa, informamos o Secretário de Finanças que não executaríamos a totalidade dos recursos, e eles utilizam no planejamento orçamentário deles, então não sei dizer exatamente para onde foi.

P – Ok. Para implantação e requalificação dos corredores, a proposta orçamentária de 2016 é de R\$ 655 milhões. O senhor poderia detalhar quais os corredores que serão concluídos nos próximos 13 meses? Outra dúvida que volto a firmar é que, nesses três últimos anos, os recursos federais quase não vieram, e 99,9% desses recursos dependem de recursos federais. O senhor acredita que virão esses recursos, mesmo numa crise, porque estamos num déficit que era de 30, foi para 60, e agora estamos batendo 130 bilhões. Não sei como será feita essa conta.

R – Perfeito. Em relação aos corredores, temos a previsão de terminar 36 km de corredores até o primeiro bimestre do próximo ano. Entregaremos quatro corredores à Cidade: O Corredor Inajar; Corredor Berrini; Corredor M'Boi e o Binário Santo Amaro.

Além desses corredores, devemos terminar para o próximo ano o Leste Itaquera, o trecho 1 e 2, não na sua totalidade, com a Av. Itaquera, mas a Av. Líder e um pedaço da Av. Itaquera fazendo toda aquela ligação, mas não conseguiremos terminar os viadutos que estão previstos nas duas pontas.

Pretendemos, se tivermos sucesso na negociação com o Tribunal de Contas da União, retomar as obras do Radial 1. Iniciar o Aricanduva, que estamos com um projeto e totalmente licitado, iniciar o primeiro trecho do Capão Redondo, primeiro trecho de 4 quilômetros, porque é um corredor bastante difícil, ele têm muitas desapropriações a serem feitas e estamos terminando a licitação do corredor Bandeirantes. Queremos contratar até o início do próximo ano e queremos agora estar em negociação, que o Tribunal de Contas da União, liberar a licitação do terminal e do corredor Itaim, e do Radial 3.

Esses três últimos corredores que falei, eles perfazem quase 35 quilômetros de corredores, somente essas três licitações. Estão na rua, agora o corredor Santo Amaro, é um corredor que podemos iniciar no próximo ano, são mais 3 quilômetros e entramos agora, em obras porque acabamos o processo de desapropriação na Chucri Zaidan, que irá fazer a continuação do corredor Berrini, fazendo todo um corredor paralelo ali a Marginal que vai se conectar ao Corredor Bandeirantes, que estamos licitando.

Quanto à segunda parte de sua pergunta, que é a mais difícil, é algo que não temos governabilidade. A maneira de ser gerido isso pelo Governo Federal, o que podemos dizer é em relação a nossa perspectiva. O senhor deve ter acompanhado, conseguimos agora um investimento *grade* por parte da agência FITE, isso é inédito, impensável, se pensarmos em alguns anos atrás para à Cidade de São Paulo. Isso se deveu ao esforço que empreendemos para renegociar esse endividamento. Segundo nossas projeções de 2022, o Município estaria totalmente falido, para usar um termo que todos podem compreender com o crescimento exponencial da dívida. Conseguimos reverter isso e conseguimos um investimento *grade*.

O que isso nos permite? Permite, agora, conseguir financiamento junto aos bancos

oficiais, para essas mesmas linhas. Todos os bancos oficiais eles têm linhas ligadas ao PAC, linhas para drenagem e para mobilidade urbana, que é possível conseguirmos com juros bastante razoáveis.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Secretário, essa seria o plano “B”.

O SR. ROBERTO GARIBE – O plano “B” caso, se mantenha essa situação do ajuste. Isso afete nossas obras, o financiamento seria o melhor caminho, o senhor deve ter ouvido o Sr. Prefeito, inclusive em algumas entrevistas citar isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A Siurb teve um orçamento em 2015, de 1 e meio bilhões, mas liquidou apenas 228, 9 milhões. Apenas 15% do orçado desse ano. Porque se propõe um valor tão elevado, mas durante o ano, nós temos anulação para direcionar exatamente nas despesas das fontes zero, zero. Ou seja, tira-se de onde não tem, e passa para onde também não tem, resultando na ineficiência da caixa da fonte zero, zero, como tem ocorrido nos dois últimos anos. Gostaria de entender essa dança de recursos. Tira daqui, põe ali, e no final não se gasta. Vemos que não vem gastando. Na elaboração da Peça Orçamentária a previsão era de 1 e meio bilhão para esse ano, mas liquidou apenas 15% é muito pouco, faz-se ao que estava orçado e à necessidade da demanda que temos dessas obras.

O SR. ROBERTO GARIBE – Esse orçamento não contempla a totalidade dos recursos disponíveis para a execução de Siurb. Não estão computados os fundos e as operações urbanas que têm parte significativas dos nossos investimentos. Essa rubrica que o senhor está citando, o orçamento Siurb, boa parte desses recursos, deve se a questão que foi alvo aqui de toda nossa discussão que são a fonte 02.

Obviamente o Orçamento, ele coloca o nosso desejo de executar todo o planejamento dessas obras. Temos de contar com o repasse dos recursos federais para conseguir levar a termo todo esse planejamento. A frustração de receitas que o senhor está dizendo é exatamente essa, o não repasse de recursos federais. Nas outras fontes o senhor

pode ver que a nossa execução não é tão ruim. Todos os fundos, acredito que executamos a totalidade inclusive, recentemente conseguimos aprovar ai, alguns recursos extras no Fundurb e espero conseguir ainda mais do nosso fundo de saneamento, para conseguir finalizar todo nosso planejamento de 2015.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Outra pergunta, diz respeito às emendas parlamentares que são encaminhadas pela Siurb, gostaria de citar, apenas duas emendas de minha autoria, a primeira é a readequação da grade da grade aqui da Nove de Julho, infelizmente até hoje o pessoal aqui não consegue dormir e das melhorias do parque da Vila Prudente, inclusive as mesmas reclamações, houve por parte dos subprefeitos aqui em Audiência Pública. Gostaria de entender o porque que essas emendas não são efetivadas. Se todos os trâmites de reinserção cumpridos, inclusive com a liberação por parte do Governo com relação às emendas.

O SR. ROBERTO GARIBE – Lembro que chegamos a discutir essa questão da Nove de Julho, da grade, só tenho dúvida do encaminhamento porque eu, se bem me lembro, a recuperação de parte do gradil que foi feita na Nove de Julho, foi feita pela Secretaria das Subprefeituras. Não sei se isso não está locado na Secretaria das Subprefeituras. Não?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não! Ficou, depois, a complementação pela Siurb, foi feita uma parte, uma adequação parcial, mas o projeto efetivamente, era Siurb, mas não foi feita. Colocamos, se não me engano, naquela época, 300 mil reais, alguma coisa do gênero, mas até hoje não tivemos resultados. Estava em vias de ser licitada, e reaproveitar aquela questão das grades do Vale Anhangabaú que já poderia estender.

O SR. ROBERTO GARIBE – Aí não foi possível?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não foi realizado. Não que não foi possível. Consegui a liberação de recursos mas não foi realizado.

O SR. ROBERTO GARIBE – Eu não sabia que isso tinha ido para minha Secretaria. Vou checar de como anda o processo e vou dar um retorno para o senhor.

Realmente me lembro da reunião que fizemos e nos sensibilizamos com aquele problema. É um problema simples de resolver, acredito que resolva o desconforto das pessoas que moram nas imediações da Nove de Julho.

Em relação ao parque também vou checar porque recebemos, tantas emendas diretas como também temos de liberar o uso da Ata para as emendas, problema que estamos vivendo nesse momento. Vou checar isso e lhe dou uma resposta para os dois temas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Secretário serei objetivo para podermos chamar os inscritos. Tem algumas preocupações em um território da Cidade de São Paulo e vou tentar desenvolver apenas em cima deles.

A Secretaria de Infraestrutura recebeu um projeto, praticamente elaborado de uma subprefeitura. Talvez o único projeto que teve desenvolvimento efetivo no território com participação ativa da sociedade, foi o projeto do Parque linear de Ribeirão/Perus. Em que a sociedade participou ativamente, desde a aprovação em 2004, no plano regional, aquele modelo de bacia de retenção sem obra de piscinão, portanto inovando algo que no passado era muito presente, fazer os lagos de retenção e não piscinas e conseguiu recursos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para realizar as desapropriações. Em Perus temos uma situação muito positiva, o que é difícil e caro, a administração, que é desapropriar grandes áreas para realizar as intervenções de drenagem, em Perus uma equação foi montada e portanto, foi entregue a Secretaria de Infraestrutura, um parque linear com as áreas desapropriadas, precisando, tão somente, licitar e colocar em obras. Quando observamos o ritmo que nos últimos três anos, isso aconteceu, praticamente isso mobilizou o processo de Perus, se comparado com os outros processos. Em especial quando você observa as fontes de financiamento que poderiam aderir a essa obra e, portanto, essa obra sair do papel, e essa obra não saiu do papel. Podemos dar ainda, alguma esperança para à população de Perus que teremos as bacias de retenção em forma de lago, conforme aquela população participou, decidiu? Essa é a primeira pergunta. Temos projetado para aquele mesmo território dois

terminais: um terminal que já foi inclusive licitado. Terminal esse que não precisa de nenhuma desapropriação e que, portanto, precisaria exclusivamente receber o recurso. Vamos observando muitas obras que tem o seu início de serviço, e que tenha sua licitação posterior aquela que foi realizada em Perus. E porque é importante aquela obra de Perus? Porque aquele terminal, para conseguir o licenciamento dele, a administração foi obrigado a oferecer o alargamento da via com capacidade de faixa adicional muito parecida com aquilo que é chamado hoje corredor da M'Boi. Na realidade não é um corredor estruturado, mas um corredor que permite um alívio interessante para o sistema de transporte público coletivo e essa obra já está licitada, já teria condições, já um bom tempo, de produzir efeito de maneira positiva para ligação da Raimundo Pereira de Magalhães, que logo, logo vai receber o Rodoanel, ao eixo Anhanguera Bandeirantes. Para aquela região, é algo, absolutamente fundamental. A mesma coisa o terminal Anhanguera. Sabemos, quem pega a Rodovia Anhanguera, pode olhar no km. 24,5 temos um terminal que fica colado a pista, que não é um terminal, não tem banheiro, é o famoso puxadinho. E a população do Distrito Anhanguera, famoso Morro Doce, espera há quase 15 anos o terminal estruturado. Vala lembrar que aquele território, aquele distrito, é o que mais cresce populacionalmente. Ele continua crescendo com as taxas de 4 ou 5% ao ano, diferente da cidade. Lá é uma área ainda em expansão, com mais de 200 mil habitantes. É um processo de desenvolvimento interessante, porque lá ainda residem algumas das poucas zonas predominantemente vias industriais, é uma região, que por conta dessa relação com o eixo Campinas, interior do Estado, ainda terá um processo de desenvolvimento e também pouca informação tem se a Secretaria de fato, vai assumir esse terminal. Vejo que tem um volume para terminais, mas como eles não estão anunciados, você não saber quais dos terminais estarão nesses que estão aqui.

Duas outras obras importantes que eu quero um breve posicionamento, o corredor da Engenheiro Caetano, me parece que para a zona Norte produz também, um efeito interessante, e o córrego do Imirim que tem uma demanda histórica. Esse é o conjunto de

intervenções que vem sendo debatido, que a comunidade, em alguns momentos foi chamada pela autoridade publica a realizar a gestão democrática verdadeira, e, portanto, participar dos processos de elaboração e que nós continuemos a não assistir na composição das peças orçamentárias. Falo isso, porque esse é o último orçamento dessa primeira gestão do Prefeito Haddad, ele pode tentar uma segunda oportunidade, mas me parece que processos que tiveram estruturação com participação popular como esses de Perus, é um desencanto muito grande a gente interromper esse processo em que a sociedade começa a participar de maneira muito ativa, não levando a esses territórios a nenhuma execução dessas obras, mesmo que se tenha que se frasear as obras, muitos desses projetos foram estruturados de maneira fraseado, então quando você pega o Parque Linear de Ribeirão/Perus, ele é produzido em três fases, quando você pega o terminal de Perus, e a obra de alargamento com algo muito parecido que foi utilizado no M'Boi, é também. O esforço que faço é para tentar entender se essas obras podem ter inicio de serviço ano que vem, podem ter a finalização das suas licitações ano que vem, para entender se podemos dar algum anuncio para aquele território Noroeste da Cidade de São Paulo.

O SR. ROBERTO GARIBE – Nobre Vereador, vou começar aqui pela primeira questão. O Parque Linear, Ribeirão Perus, ele não está nem um pouco parado, ele é parte de nossas prioridades e a licitação acabou de ser republicada ontem. Então estamos na eminência da contratação. Em 15 dias vamos receber as propostas comerciais e é possível contratar ainda esse ano. O senhor pode até dizer: olha, porque conseguiu as outras e essa não? Esse projeto passou por ampla discussão, com a classe econômica, é bom esclarecer isso, acredito que o Município de São Paulo, ele não tinha uma tradição e nem o conhecimento, por parte da burocracia, de conveniar com o Governo Federal. Essa obra tem recursos do Governo Federal e do PAC, e ela passou por um conjunto de questionamentos, inclusive tivemos de fazer alterações pontuais no projeto, refazer algumas plantas, refazer a parte orçamentária. Foi uma longa discussão com a Caixa Econômica. Conseguimos a

liberação, já colocamos a licitação na rua. Portanto ela está muito próxima agora da sua contratação. Já era, inclusive para gente ter terminado a fase comercial. O Tribunal de Contas fez alguns questionamentos, acabamos retirando a publicação, fizemos os ajustes, e republicamos agora essa semana.

Em relação ao terminal Perus. De fato ele está contratado. É um contrato antigo. Agora, não conseguimos fonte de financiamento para ele. Julgamos importantíssimo para a questão da mobilidade da região noroeste, o Terminal Perus, mas o Governo Federal, nas nossas discussões, ele vetou, tínhamos quase dois milhões em terminais, incluindo aí o Terminal Anhanguera, foi apresentado isso para o Governo Federal, e não conseguimos linha de financiamento para os terminais, por isso que não temos isso nas nossas previsões orçamentárias infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Um aparte. O Terminal Perus, é licitado como terminal, mas ele é uma obra viária. Ele produz um corredor. Acredito que teve uma certa inteligência naquela obra, que parte do licenciamento ambiental produziu o corredor. A obra que foi feita no M^oBoi é idêntica a que seria feita em Perus se você for fazer o alargamento, se observar o tamanho do viário que é oferecido comparativamente, é o mesmo corredor que nasceria na Fiorella (?)

O SR. ROBERTO GARIBE – Nobre Vereador, o senhor nem precisa gastar seus argumentos comigo, porque foi exatamente essa a defesa que fizemos junto ao Governo Federal. Lembro-me que nas discussões eles se atentaram, porque você não tem uma única via. É um conjunto de vias que melhoram acessibilidade do terminal. Eles não caracterizaram isso como corredor estruturante, e por isso deixaram fora. Obviamente que contestamos esse critério adotado, porque deixavam de fora um conjunto de investimentos importantíssimos para a mobilidade em São Paulo. o senhor bem conhece, o nosso sistema, tem uma estruturação da alta, com a média, pequena capacidade, em toda cidade, e o terminal é um importante fator de distribuição dos passageiros. Outro terminal que é um fundamental que é o Terminal Jardim

Ângela, não conseguimos os recursos federais. Conseguimos recursos para acesso o terminal, mas não para o terminal. Estamos com um conjunto de investimento de quase 4 bilhões em corredores, na região Sul e o terminal Ângela é a peça central de toda articulação e nós não conseguimos esses recursos federais. Tentamos argumentar muito, mas não conseguimos esses recursos. É por isso que ele está fora. A ponte Raimundo, a gente, erroneamente, somo muito mal de propaganda, a gente chama de ponte, mas, na verdade, nós estamos fazendo um corredor de ônibus lá. A ponte vai ligar todo transporte coletivo da região Noroeste com o Terminal da Lapa. A ponte já tem um corredor de ônibus previsto, passa pela Raimundo, nós vamos alargar toda passagem sobre a CPTM e vamos fazer um corredor exclusivo até o Terminal da Lapa.

Nós fizemos alguns estudos, concluímos que isso diminui em 35 minutos o trajeto que se vai poupar, ao invés de pegar a Ponte Júlio de Mesquita, ali na frente, para chegar ao Terminal. As intervenções semaforizadas e tudo mais serão poupadas.

Obviamente não resolve o problema do miolo, que o projeto do Perus resolveria, mas eu acho que ele dá muita fluidez a todo tráfego que vem da região Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A lógica do subúrbio é de se fazer deslocamento com alta capacidade sobre trilhos.

O SR. ROBERTO GARIBE – Perfeito.

P - O Terminal de Perus prevê em não onerar com transporte a Ponte da Raimundo, porque as pessoas virão de Perus de trem. Então estou trabalhando com outro conceito que é reunir EMTU e SPTrans na integração com o...

R - Terminal?

P - ...trem que tem ali. Quando a gente não realiza o nosso terminal não se faz a integração, portanto vai continuar onerando...

R - A ponte.

P - ...esse sistema da Raimundo.

R - Sem dúvida.

P - Portanto, a gente perde duas vezes, porque continua a onerar aquele que ainda não tem a obra em execução, já que o recurso dela se frustrou no primeiro leilão da Água Branca e não se leva para o sistema de transporte sobre trilhos, que ainda tem condições de ser abastecido.

Esta talvez seja uma das questões mais importantes, ou seja, entender que a operação que se faz da obra tem que estar muito conectada com a capacidade de...

R - Perfeito.

P - ...suporte dos nossos modais em circulação. Nós temos um modal ali que ainda é apto a receber passageiros, só que a gente não está levando passageiro para ele. Portanto, ele vai continuar onerando a Raimundo...

R - Sim.

P - ...como vai continuar onerando a Anhanguera. O que a gente tem hoje: uma Anhanguera entupida, do quilômetro 11-12 até entrar na cidade de São Paulo pelas marginais, e a Raimundo que aí nem se fale. Quem sai de Perus e pega a Raimundo inteirinha para chegar à região Central, vai gastar duas horas tranquilo. Enquanto isso, de trem se faz em 37 minutos. Há uma diferença fundamental.

O que acontece quando se faz uma opção de não realizar o terminal, não é só o recurso Federal, a mesma forma que o senhor falou de, muitas vezes, nós optarmos por onerar recursos próprios para isso, quando reconhecemos que essa obra tem uma importância, uma relevância.

Falo isso porque quando a gente pega os recursos do Funsai e do Fundurb eles têm tido uma lógica de priorização que não consegue chegar a essa lógica da distribuição do sistema de transporte público coletivo, em especial no processo de interligação, de intermodalidade.

Então a gente realiza um esforço e um investimento muito grande para abrir

corredores, mas o processo com um investimento menor, de realizar a integração e, portanto, onerar o sistema de transporte oferecido pela CPTM, a gente não faz.

Mas se continua empurrando a nossa população, aqueles mais distantes - estou falando dos subúrbios mais distantes do Centro, 35-40 quilômetros -, para quem o trem passa a ser uma obrigação, um investimento menor, que seria dar qualidade para ele chegar ao trem, a gente não faz.

A questão de como se torna a necessidade do investimento no transporte - que está clara pelo Prefeito Haddad, a gente tem que elogiar isso - numa prioridade na escala do território. Lá em Perus adianta fazer investimento que não seja aquele que leve a população para o trem? Não. Qualquer outra coisa que fizermos, estaremos errando, porque temos que deslocar aquelas pessoas de lá de trem. Qualquer outro modal que oferecermos, estaremos errando, porque a distância é muito longa, assim como o travamento para chegar à região central também o é.

Por isso, faço um esforço de não ser possível tirar essa obra de Perus, que não é das obras mais caras, desse *ranking* de ela estar sempre esperando um recurso federal e a gente não poder trazê-la para um recurso de Fundurb, para outra fonte de financiamento, já que a região central, onde muitas vezes acabamos colocando recursos do Tesouro, ela está amplamente financiada pelas operações urbanas.

Parece-me que a lógica é, de quando olhamos para a região central, que ela está sempre abastecida por recursos poderosos da operação urbana. Então a gente olha lá: no eixo da Chucri Zaidan, há investimentos poderosos, operação urbana; a Santo Amaro, investimentos poderosos. Nós precisaríamos usar as outras fontes, e aí sim o Fundurb, o Fundo Municipal de Transportes, esses a gente tem que trabalhar, no máximo, para essas intervenções que não estão nesse eixo que a valorização da terra financia as intervenções.

Senão a gente acaba fazendo a intervenção onde o valor da terra já está agregado. Gastar 300-400 milhões de reais numa obra importante da Santo Amaro é, para população

periférica, um atentado. Porque se fala que se vai melhorar o que já é bom e já é rico, mas não se consegue fazer onde está pobre, não se consegue chegar nem na estação.

Então tem uma questão da decisão política que se toma que eu ainda não consigo entender o sincronismo do discurso do Sr. Prefeito à prática que está sendo dada na nossa secretaria.

R - Vereador, a sua lógica é perfeita, mas eu acho que o problema é anterior, o que o senhor está colocando é alvo das nossas discussões permanentes. Eu acho que o não sentido desse planejamento se deve ao fato de que eu, Prefeitura, estar planejando o transporte nos limites do meu território, enquanto que o Estado planeja o investimento nos limites da região metropolitana, incluindo o meu território e eles não conversam.

A lógica disso causa tal ineficiência... Vou citar um exemplo aqui: para fazer o meu Corredor da Radial Leste tenho que discutir com o Metrô se as minhas passarelas vão poder acessar lá dentro do Terminal. Ele diz: “não, você vai jogar mais passageiro lá.”. Aí eu digo que não, eu vou tirar passageiro de lá e jogar dentro do meu corredor, porque o Metrô já está saturado. Eu vou ajudar.

O problema não é quem tem razão nessa discussão, o problema é por que eu tenho que sentar para fazer essa conversa? Deveria ser um órgão único metropolitano para planejar tudo isso. Da mesma forma, esses investimentos que o senhor está reivindicando em Perus, para mim eles já deveriam ter sido feitos, pela EMTU, na hora que pensa as suas paradas.

Essa lógica é totalmente perversa, mesmo e causa esse tipo de coisa que o senhor está citando. A grande saída para a questão do planejamento do transporte coletivo seria transformá-lo em metropolitano.

Para se dar uma ideia, o Metrô, que nunca saiu das fronteiras da Cidade, é gerido pelo Governo do Estado, está saindo agora com a sua linha de monotrilho para São Bernardo, é a primeira vez e agora para...

P - Guarulhos.

R - Guarulhos, que seria Metrô, mas não é, enfim, é uma discussão.

A perversidade do que o senhor está colocando, acho que tem um fator anterior a esse que nós precisamos resolver algum dia, para melhorar as condições de deslocamento da população como um todo.

Dentro da lógica que o senhor colocou, sobre as escolhas do Prefeito, qual foi a escolha ali? A Ponte Raimundo está planejada para dar conta desse fluxo, mesmo que no futuro, com o Terminal e a integração, ele diminua.

Obviamente a Ponte vai estar pronta, vai dar conta tanto do transporte individual como do coletivo, vai fazer um deslocamento em menos de 35 minutos nesse trajeto e vai resolver essa questão.

Realmente, nada impede que, na hora que nós fizemos lá, esses ônibus sejam retirados e vai melhorar as condições de trânsito da região. A sua lógica está correta.

Qual foi a decisão? A decisão foi a disponibilidade de recursos. Nós temos o financiamento das operações urbanas, a crueldade é que ela se faz onde tem valorização mobiliária.

P - Sim, mas é que no caso da Raimundo ela foi fora. No caso da Raimundo ela não está dentro do perímetro da operação. É uma obra de infraestrutura que acontece fora do perímetro da operação.

R - Mas ela vai ser financiada pelos recursos da operação.

P - Sim, mas se eu estou fazendo uma obra fora do perímetro, eu poderia fazer essa como eu poderia fazer as integrações ao sistema de transporte público coletivo de trilhos.

R - Não de Perus.

P - Por que não?

R - Porque a lógica desse sombreamento levou em consideração, não me lembro como o debate foi feito na Câmara, mas as imediações da Operação. Então Perus não se

conseguiria defender isso.

P - Mas vamos entender uma coisa.

R - Por mais que tenha a lógica que o senhor está colocando. Perímetro expandido, exato.

P - É que o perímetro expandido nasce para a gente investir em habitação de interesse social. Nunca o perímetro expandido nasceu para obras de infraestrutura de transporte, nem público nem individual. Senão a gente distorce a regra.

A Ponte da Raimundo em momento algum teve ambiente de diálogo com o conceito do perímetro expandido. O perímetro expandido é para intervenções exclusivamente de habitação de interesse social. O que se fez foi distorcer a regra.

O SR. MILTON LEITE - Pode me dar um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Lógico.

O SR. MILTON LEITE - Quanto às discussões da Operação da Água Branca, eu fui um dos autores que sugeri a construção da... a ampliação e a permissão em artigo próprio, a própria operação urbana que permitisse a construção da Ponte Raimundo Pereira Guimarães dado a demanda e a ausência de recurso que tivemos na oportunidade. Defendi que fosse inclusive com artigo próprio porque havia a ausência de recursos e a demanda...há uma demanda bem como a poligonal do perímetro expandido. Eu fui um daqueles que defendi e acabou levado a êxito, a termo na lei, a proposta que encaminhei, realmente, consta como objeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Saia do conceito do perímetro expandido com as intervenções.

O SR. MILTON LEITE - Por isso que tive de colocar, Sr. Presidente, porque a ponte se fazia necessária, a demanda por esses corredores se fazia necessária, a ausência de recursos nos obrigou a abrir essa possibilidade, não excluindo a fonte 00. Se houvesse outras fontes de financiamento. Nós colocamos a possibilidade de, mas hoje estou vendo que a

possibilidade de a fonte 08 da Água Branca ser evidentemente a única possibilidade de financiamento para essa obra. Assim como eu imagino que o Governo, após a audiência pública que tivemos aqui a respeito das Operações Urbanas, deva mandar um projeto urgente para cá para tratar de rever os CEPACs, se não terá dinheiro para fazer aquela obra, precisa mandar urgente para cá um projeto, revendo os valores da operação urbana, reabrindo a discussão para que permita estabelecer novas prioridades e novos valores porque quando abaixarmos os valores do CEPAC para aquela região, nós teremos menos obras a serem executadas. O que é uma realidade hoje, não adianta. Nós ouvimos falar que vão vender a 1400 e o sujeito não paga nem 800 reais a unidade, então, vamos perder mesmo. Agora, foi de minha autoria mesmo a discussão por ausência de recursos que permitissem o financiamento e não quiseram usar a ponte foi a transposição do Rio, até o termo foi difícil de ligar, mas foi feito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Essa é uma questão que acho que é fundamental a gente compreender e entendo que se há de ter uma integração entre as intervenções do Estado e Município, mas acho que, enquanto a gente ainda tem as oportunidades de intervenções que estão andando, temos de dar tempo a elas em investimentos. O Sr. Prefeito encaminhou para esta Casa um Projeto de Lei que hoje já é lei e que cria uma nova lógica para os terminais, com concessão de direito real de uso e, portanto, com a nova lógica do plano em que você tem um coeficiente de aproveitamento mais intenso nessas áreas e você pode até encontrar o agente privado como o realizador do terminal. Como algumas cidades no mundo já realizam, então, quando você pega um modelo de Tóquio, você vê que o setor público não faz mais estação porque estação você tem de desapropriar, você tem de pagar obra e depois você tem de manter por mais cem anos. Os japoneses vendem a possibilidade de você ter o terminal no seu terreno, então, define a linha, diz qual é a distância mínima que você tem de ter nas estações e aí o agente privado vai concorrer e ele ainda faz a estação e mantém em funcionamento. A gente paga todo o processo e toda a manutenção e eles ainda ganham para entender um pouco o quanto a gente está atrasado nesses modelos.

Mas, eu falo isso porque preciso fazer uma defesa dessa intervenção em Perus e à medida em que já começamos a observar que os recursos do Fundurb têm tido uma distribuição de valores que a gente sabe que não realizam uma obra inteira. Então, a Bacia do Paciência tem 10 milhões e a gente sabe que não realiza ela inteira, portanto, você está anunciando que você vai dar passos. O esforço que estou falando...

O SR. _____ - Mas é com recursos federais, acho que é uma parte que está lá.

P – Sim é a mesma sinalização que se tem da Bacia do Ribeirão Perus, que não tem recursos do Fundurb.

R – É que obra a obra a gente precisaria só fazer uma análise porque algumas precisam de recursos de fontes municipais, outras não.

P – E Perus não precisa porque já tínhamos entregue um projeto com as desapropriações que portanto você tinha já um volume já investido na obra que justificava a participação do Município.

R – Não há uma exigência de contrapartida Federal o que há é que alguns elementos do projeto dizem que não podem pagar, eles transformam isso em não incidente e isso varia de obra para obra.

P – No caso de Perus a alternativa que teve foi de não fazer o parque e fazer só o lago e depois vai liberar o parque, portanto, os 10 milhões que estão lá no Paciência poderiam ser os 10 ou 12 milhões de início do Parque, aquilo que não entrou com recurso Federal.

R – É que com o (ininteligível) da obra temos de inverter, o parque tem de ser feito depois. É por isso.

P – Isso é um pouco para apontar um desejo de a gente realizar investimentos naquele território, então, mesmo que não sejam os investimentos que dão conta da obra por inteiro, mas insistir numa oportunidade de a gente não realizar o terminal nesse momento, mas realizar as obras de viário, que permitirão que o ônibus receba o seu corredor da mesma

maneira que M'Boi Mirim recebeu o seu alargamento e, portanto, deu uma condição de corredor. De uma maneira simples, o projeto já está licitado e você só dá a ordem de serviço para uma parte dele e, portanto, você avança territorialmente.

Mas, vou insistir com os outros três pontos: a questão da Engenheiro Caetano, em que escala de tempo isso está para vocês e o Córrego de M'Boi Mirim.

R – Para essas duas obras eu desconheço os projetos. Eu sugeriria que a gente até como tenho feito com vários outros membros aqui da Câmara que têm me procurado para discutirmos projetos específicos, eu me coloco à disposição de V.Exa. para a gente fazer a discussão desses projetos porque inclusive algumas das obras abrimos duas licitações e estamos contratando, se não me engano 12 projetos de obras reivindicadas em determinadas regiões que não havia projetos dentro de Siurb. E nós abrimos agora uma licitação e estamos dando conta disso. Nós temos deixado um acervo de projetos justamente disputar recursos futuros para essas obras, então, eu queria me colocar à disposição para a gente fazer essa discussão e eu fazer esse levantamento que existe já para esses corredores, para esse córrego e a gente ver o estágio em que está.

Porque existe muita coisa no nosso acervo que está ultrapassado, foram projetos feitos às vezes há quinze anos e pela situação de ocupação eles mudaram até a urgência, as simulações que nós fazemos em relação às águas, isso muda também, a gente pode ver o estágio e tentar avaliar a possibilidade de contratação dos projetos.

P – Faço o último questionamento para depois passar para o Fábio Siqueira. Gostaria de falar das questões das atas de registros de preços de próprios municipais. A gente vem acompanhando por conta de uma Subcomissão de Fiscalização e Controle e o tema do primeiro semestre desse ano tem sido as atas, a forma como se faz a adesão às atas, numa avaliação preliminar, há uma utilização excessiva de atas em obras que precisaríamos ter projetos anteriores ao acionamento da ata. A nossa pergunta é como que está nesse momento a relação contratual das atas de registros de preços de próprios municipais?

R – A relação, se bem me lembro, nós estamos agora procedendo a prorrogação da ata, ela pode fazer sofrer uma prorrogação, estamos procedendo ela agora, eu tenho acompanhado um pouco a discussão que tem sido feita não somente aqui na Câmara, mas no próprio Ministério Público. Nós abrimos um canal de conversa com o Ministério Público que tem preocupação com o uso das atas e a própria Controladoria interna do Município também e estamos aperfeiçoando o regramento para o uso da ata em relação à limitação de valores, ao objeto para se ater somente à reforma e deixar de fora aquilo tudo que perfaz um novo investimento. Ou seja, temos educado o uso da ata. Como V.Exa. bem sabe é utilizada por toda a Prefeitura e inclusive nesse momento que temos um conjunto de processos que estão chegando para a autorização. Nós temos até por mudança da postura de aprovação a gente tem devolvido um conjunto de processos que têm gerado algum estresse nesse final de ano, já por conta de aceitar sugestões que têm sido feitas a nós por todos esses órgãos para que a gente melhore esse uso.

P – No primeiro semestre a gente teve uma preocupação longa, o Vereador Paulo Fiorilo e o Vereador Nomura acompanharam de perto, que foi a discussão da implantação da ciclovia da Faria Lima por conta do acionamento de uma ata para realização de uma obra nova, estruturante, inclusive, por fazer parte de uma operação urbana.

R – Acho que foi uma ata de viário que foi utilizada. Ela era da Secretaria de Subprefeituras. Mas em geral o uso das atas...

P – O debate é o mesmo, então, agradeço se na quinta-feira da semana que vem a gente deve receber os técnicos do Tribunal de Contas do Estado que já criaram um ordenamento bastante robusto acerca das atas por um problema que o Estado teve já há algum tempo do sistema de Recap, se voltarmos há uns três anos tivemos um problema crônico, uma série de denúncias de Recap e Pavimentação que obrigou o Tribunal a exigir do Estado uma nova leitura das atas de registro e me parece que vamos receber, se não me engano, dia 3 ou 4 de dezembro, os técnicos que construíram essa nova modelagem. Até para você não ter

vício nas atas e, portanto, é um instrumento poderoso porque é muito ágil e a gente não pode perder a agilidade e também não podemos transformar isso na única regra de contratualização porque daí a gente perde muito em qualidade de projeto. Agradeço ao Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos. A primeira pergunta é relacionada à meta 74: construir 150 quilômetros de corredores novos. Quantos quilômetros serão nem a metade dos 150 quilômetros previstos? Será mais uma meta não entregue? Mais uma enganação do Governo Haddad perante a população paulistana? Também quero citar de o porquê ter desaparecido a dotação 5063, construção de passarelas para pedestres, que existe até 2013. Será que todas as passarelas estão construídas em São Paulo? Será que os pedestres pararam de ser atropelados? Especialmente nas regiões que se inserem em rodovias federais e estaduais dentro do perímetro da Cidade de São Paulo? Por que as passarelas não estão sendo mais construídas? E Siurb é responsável sim até um tempo atrás por essa importantíssima dotação.

Também pergunto a respeito do córrego Ribeirão dos Machados, que impacta a Subprefeitura de Sapopemba e São Mateus. Porque nada foi falado sobre esse córrego? O projeto de geoprocave (?) será que foi arquivado também? Queria tecer comentários também sobre a página 134 do *Diário Oficial* de 25 de julho de 2015 que analisa até 2014 as verbas, os comportamentos orçamentários de Siurb, por exemplo, a dotação, o plano Viário Sul de 30 quilômetros nada foi executado até dezembro de 2014. A construção do Complexo da Nova Radial, 11 quilômetros, nada foi executado até 2014. Quero saber quantos quilômetros foram entregues do complexo da Nova Radial até 2016 e queria saber também sobre a alça de Aricanduva. Dos 200 metros quantos serão entregues? Gostaria de saber também por que as obras de infraestrutura para Copa, que foi no passado, especialmente na região de Itaquera, até agora não foram entregues em sua completude, sendo que a promessa era para entregar até o final da Copa em julho do ano passado. Realmente, foi um absurdo o que essa gestão fez

em relação a essa propaganda, que reputo como enganosa.

Verbas do Fundurb: só foi liquidado até 31 de outubro 40% do total. Da verba de 138 milhões, só 55 milhões, nada da execução do viário sul foi executado em Siurb e Fundurb. Foram 18% em terminais urbanos o executado. Quero perguntar também por que a execução do Orçamento de Siurb foi tão pífia, menor que do ano passado? Haja vista que em 2013 se executou 777 milhões, código 22; 2014, 1,1 bilhão; 2015, cai em 70%, 275 milhões com projeção até 300, 14% executado. Como pode uma Secretaria executar em dez meses só 14% do Orçamento. Última pergunta, por que a dotação de SPObras, que foi falado aqui muito pouco estranhamente, gestão de mobiliário urbano, 11 milhões, não é transparente e nem consta do Sistema Orçamentário. Queria saber o que está sendo feito nessa dotação. Acho que está faltando transparência nessa sua Secretaria, inclusive, no setor de obras. Para terminar quero falar do Arco do Futuro, uma mentira da gestão Haddad, nada foi executado do Arco do Futuro. O Governo Haddad mentiu para a população, sua principal propaganda de campanha foi desmascarada. As obras do Centro: Pátio do Pari, Brás, são importantes e vocês não falaram nada e também a população não quer uma obra faraônica do Anhangabaú, ela quer essa verba sim da periferia para os córregos para evitar enchente e que pessoas continuarem morrendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Silva Santos.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Gostaria de saber sobre os dois córregos da nossa região. Primeiro que o córrego do Cordeiro está resolvendo o nosso problema, ou seja, na parte da Cidade Ademar... o córrego do Cordeiro, os piscinões...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Eu já falei várias vezes para você que é o seguinte, você vem para cá, você vai a vários lugares e eu sempre pergunto para você e você diz que vai se controlar. Eu sempre pergunto para você de onde vem o dinheiro que

você anda pela cidade todinha? Eu sou aposentado? De onde vem o seu dinheiro?

Porque eu estou falando isso: em todas as reuniões que esse cidadão vai é sempre assim, ele desrespeita todo mundo, todo mundo vive reclamando dele e ninguém toma providências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Todas as reuniões exceto essa. Ele vai respeitar o senhor.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – É simples. Voltando as obras dos dois piscinões que estão começando a resolver realmente os problemas da região de Cidade Ademar. Para o local está resolvendo. Agora, o que precisamos: vi várias colunas, não entendo o que são aquelas letras, mas não importa, o que importa para mim é que na soma total lá tem 104 milhões e eu gostaria de saber se esse dinheiro é o que o engenheiro da obra lá fala que precisa para terminar os três piscinões? Gostaria de saber se esse dinheiro efetivamente virá para a nossa região para nós concretizarmos os três piscinões. Coisa importante também, Sr. Secretário, é que pedimos aquela audiência com V.Exa., conversei com o Ari e o que falei foi o seguinte que temos três itens lá que discutimos na comunidade e os engenheiros de chão de fábrica eles não estão seguindo. Primeiro precisamos resolver o problema de uma rua nas proximidades que tem enchente, que dá para resolver dentro do piscinão 3. As vigas do piscinão 3 para que possamos passar o esgoto da Sabesp naquele local. O engenheiro responsável não entendeu que era uma prioridade, mas para nós a colocação dessas vigas é prioridade sim. Então, gostaria, Sr. Secretário, estou pedindo a V.Exa. que seja revista a prioridade e que a prioridade nossa seja feita, primeiro sejam colocadas as vigas do piscinão 3 para que o esgoto da Sabesp possa passar no local.

V.Exa. me entendeu?

O SR. _____ - Perfeitamente.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Outra coisa. A verba para o piscinão dos Zavuvus, que vi que são 96 milhões, nós vamos conseguir agora em 2016 iniciar e

concretizar as obras do piscinão 2 e 3?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Pinto.

O Sr. Ricardo Pinto, que é munícipe, por três minutos.

O SR. RICARDO PINTO – Boa tarde, assembleia. Eu agradeço ao povo, só o povo.

Eu vou falar sobre o Córrego Zavuvus, Córrego da morte, porque já tem três anos dessa “bosta” dessa gestão do Haddad...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Eu queria que o senhor não utilize expressões jocosas, por favor. Aqui é um plenário da Câmara. O senhor tem três minutos, mas não para fazer o uso dessa forma.

O SR. MILTON LEITE – Quero esclarecer que sou o Relator. Essa audiência pública permite o quê? Que nós passemos a discutir a obra, o orçamento proposto pelo Executivo. Agora, senhor contribuinte, é a oportunidade dos senhores virem aqui, discutirem a peça orçamentária e encaminhar para esta Comissão a proposta ou pergunte ao Secretário se está suficiente ou não, após isso, encaminhe por escrito para que permita que nós possamos examinar, se vamos aumentar o diminuir o recurso. A audiência pública de orçamento é para tratar especificamente disso, não é para fazer desaforo. É uma discussão técnica, é para fazermos avaliação do uso do dinheiro público, se está pouco ou muito ou usado devida ou indevidamente. Aquém disso, não é discussão dessa matéria aqui. Eu não vou permitir que nenhum membro dessa Comissão faça discussão diferente disso. Vamos manter o nível com discussão especificamente. Eu estou aqui para ouvir e apreciar as propostas que o senhor vai encaminhar por escrito, os senhores outros. Por exemplo, eu quero mais dinheiro para o Zavuvus, tem pouco, tem muito. Tire as dúvidas com o Secretário, com a equipe que está à disposição para responder. É para isso que é a audiência pública, não se preocupe, o tempo do senhor será restabelecido.

O SR. RICARDO PINTO – Eu vou continuar. O orçamento de 2013, quanto foi

liquidado em 2013? Nada. Quanto foi liquidado em 2014? Nada. Quanto foi liquidado nesse ano de 2015? Nada. E a situação está nas fotos aqui e nada de liquidado. Em 2016 é outra, eu vi 90 milhões. Mas só no papel? No papel não resolve nada e vai morrer gente na área lá. O que vocês querem fazer é campanha política lá na área de Cidade Ademar e do Zavuvus. Mas campanha política não vai se feita lá. É um absurdo, você tem cem milhões. Quanto é liquidado? Um real, um centavo. E o resto? Eu não vou falar que o resto está liquidado.

Tem mais. Vou falar sobre Zavuvus de novo. Zavuvus vai morrer gente lá e tomara que morra, infelizmente. Tomara que morra, infelizmente, para o Ministério Público tomar mais uma ação, porque a gestão do Kassab deixou tudo mastigado para essa gestão do – nem vou falar o nome, porque não merece ser citado o nome dessa gestão – deixou tudo lícitado e nada. Deixou tudo mastigado, a gestão do Kassab, e nada. Cadê? Vai fazer o quê? Graças a Deus que só tem mais um ano de gestão e vai com Deus, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor concluiu?

O SR. RICARDO PINTO – Eu ainda estou no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor pode falar do orçamento.

O SR. RICARDO PINTO – E o orçamento para o CEU em Cidade Ademar, vai fazer quando? Em 2040? E tem orçamento para o CEU de Cidade Ademar? Eu acho que CEU é Secretaria de Estrutura Urbana, não faz parte? Quero saber do CEU Cidade Ademar, não é de Siurb?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, última inscrita, para que a gente possa passar a palavra primeiro ao Secretário e devolver a presidência ao Presidente efetivo da Comissão.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a Mesa, boa tarde a todos. A emoção é tão grande – para não dizer o contrário – que eu vou procurar saber. Eu sou de Itaquera, do Grande Conselho do Orçamento Participativo, me chamo Maria do Socorro, conhecida por

Dona Socorro, do Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade Carvalho. Vou fazer uma pergunta e necessito de resposta.

Só vou dizer os tópicos: drenagem, enchentes e bacia de córregos, tudo porque Águia de Haia, Cidade Carvalho, já foi comprovado que lá tem fonte, tem minas, e já houve várias enchentes. Não morreu gente porque foi socorrida.

Desculpe-me eu fiquei muito decepcionada.

Não quero que levem sempre a periferia como sem postura ou sem educação.

Os jovens – tudo bem – estão com euforia, mas são muito novos e têm muito o que aprender. Não é desse jeito que se resolve as coisas.

Há 58 anos sou atuante e não parei nenhum dia sequer. Trabalhei por 19 anos na Febem como auxiliar de enfermagem.

Temos muitas dificuldades.

A gente sabe que o cobertor é curto e a gente sabe que tem gente responsável, certo? Mas não temos o direito de ofender ninguém.

Cada um tem a sua atitude e o seu trabalho.

A gente pede – não a eles – por dignidade e por respeito, porque nós temos que mostrar que somos humildes com dignidade e sabemos o que queremos, porque lutamos pelos que não podem falar aqui.

Desculpem-me é minha opinião. Eu não gosto quando uma pessoa humilde, que trabalha e luta, chega aqui e mostra o que não é.

Sei, jovens, que vocês são capazes, mas nós temos que aprender a conviver com as diferenças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Dona Maria do Socorro.

Devolvo a palavra, agora, ao Presidente para coordenar os trabalhos.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Secretário, para que possa responder e fazer suas conclusões finais. Nós já temos a presença do Sr. Secretário Municipal de Habitação, José Floriano, agradeço a presença, assim como a de toda a equipe que o acompanha. Muito obrigado.

Tem a palavra, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado.

Quero, primeiro, saudar meu companheiro de trabalho, Secretário Floriano; o Vereador Alfredinho, enfim.

Vou começar saudando a fala da Maria do Socorro que usou sábias palavras. Nada como a experiência para preservar o bom debate que fazemos.

Fábio, não tem nada de enganação em nada que estamos fazendo aqui.

Estamos fazendo um trabalho bastante sério de planejamento na cidade e acho que isso é plenamente reconhecido por todos que utilizam o transporte público de São Paulo.

Cento e cinquenta quilômetros de corredor, apenas para que tenha uma noção: hoje, temos 120 quilômetros de corredor. De José de Anchieta até hoje, foram feitos 120 quilômetros.

O Prefeito se propôs a fazer 150 quilômetros. É mais do que dobrar a capacidade. É uma meta difícil de ser cumprida, Vamos persegui-la e vamos cumpri-la.

Nós temos os 150 quilômetros já licitados. Agora, vamos conseguir executar? Tem um conjunto de questões que estão fora da nossa governabilidade.

O senhor saberia dizer, quando fizemos esse planejamento, que viveríamos essa crise fiscal que estamos vivendo? Acho que ninguém conseguia afirmar isso e ninguém conseguiu rever planejamento em função disso.

E o Prefeito Haddad não veio a público dizer: “Já que tivemos esse problema,

vamos diminuir as metas”.

A máquina está extremamente tensionada a levar a frente tudo o que está planejado para ser feito, inclusive, os corredores.

Como eu disse no início, nós vamos entregar 36 quilômetros no primeiro bimestre, e os restantes dos corredores vamos perseguir as suas execuções.

Agora, essa perseguição vai se dar na proporção da liberação dos recursos. Acho que já disse isso e vou repetir: a peça orçamentária coloca os nossos desejos de buscar essa meta, mas nem tudo que está ali colocado depende da nossa governabilidade.

Tudo o que dependia, até o que ninguém acreditava, como a questão da renegociação da dívida – muitos citaram os antecessores e tudo o mais -, que nunca foi feita no passado, e achavam que era uma tarefa hercúlea, e o Prefeito conseguiu fazer isso.

Tenho a certeza de que, com a renegociação, todo e qualquer plano de investimento daqui para frente se faça poderá ser cumprido porque a governabilidade sobre esses recursos estará sob as rédeas, vamos assim dizer, do Prefeito que aqui assumir.

Então, o plano da Cidade de São Paulo foi feito baseado nas necessidades da Cidade. Nós fizemos o que precisava ser feito para a Cidade em todas as áreas e tivemos a coragem de colocar isso publicamente.

Toda a máquina administrativa, toda a máquina municipal, está voltada à consecução desses planos, e tenho a certeza de que boa parte das perguntas que os senhores estão fazendo aqui, não poderiam fazer no passado, porque nada era colocado em relação a essas áreas que nós estamos discutindo aqui.

Não é verdade o que o Ricardo falou, que tudo ficou licitado aqui. Não existia nada licitado aqui. Todos os projetos tiveram que ser revistos, refeitos, para que a gente pudesse colocar as coisas de acordo com o regramento federal e de acordo com o regramento dos órgãos de controle – é bom que se diga.

Bom, algumas perguntas: o Córrego dos Machados. Eu não entendi o que você não

ouviu aqui, porque foi, exatamente, a pergunta do Vereador Paulo Fiorilo, em relação ao Aricanduva. Ele está inserido no projeto do Córrego Aricanduva. A Vila Nova Artigas, que é a avenida que citei aqui, que foi a pergunta específica que ele me fez, margeia o Córrego dos Machados e é por ali que nós vamos iniciar essa obra.

O projeto está pronto e aprovado.

O senhor sabe muito bem, por ter feito a pergunta, obviamente, que esse projeto foi feito há muitos anos, a obra foi feita e deixaram exatamente o osso, a parte mais difícil, porque não venceram as dificuldades que estavam ali colocadas. Nós vencemos as dificuldades. Aprovamos os projetos e temos tudo para iniciar a obra que vai ser feita ali.

Em relação ao plano viário Sul, eu já havia explicado aqui no passado. É um dos exemplos de projeto que foi feito e que não conversava com a região, não conversava com a especificidade da região em relação às restrições ambientais. Eles foram inteiramente refeitos para que a gente pudesse licitar e licenciá-los.

Radial: não é verdade que não tem nada executado. Nós começamos a fazer a passagem inferior do Parque Dom Pedro e só não continuamos a obra por conta de uma intervenção do TCU que pediu que a gente suspendesse as obras até que se resolvessem os problemas que eles estão apontando.

Nós estamos em discussão com o Tribunal de Contas e estamos na iminência de resolvê-los. Resolvendo-os, nós vamos retomar. Nós não podemos fazer isso contrariando os comandos do órgão de controle.

Bom, a Alça do Aricanduva: de fato, nós não iniciamos porque o preço da terra, para que terminássemos a Alça do Aricanduva, é três vezes mais que o preço da obra.

O Prefeito, olhando isso, tomou a decisão de adiar o investimento e procurar uma outra alternativa, e é isso que estamos fazendo junto à CET e à SPTrans.

A obra de infraestrutura para a Copa: até onde sei, a maior parte das obras foram feitas por um convênio com o Governo do Estado e a maior parte deles foi entregue. Eu não

exatamente a que você se refere. Coloco-me à disposição para você citar em detalhes e eu poder te responder, mas até onde eu sei, faltaram alguns detalhes dessas obras, o restante foi tudo entregue, inclusive, possibilitou a criação de um polo de empregos na área de Itaquera, que já tem recebido os incentivos fiscais e que vai resolver o problema de transporte da zona Leste da Cidade, deslocando os empregos do centro para essa área que está sendo criada do estádio – que não vou citar o nome.

Fundurb: 40% da execução. Eu desconheço esse número. Nós vamos executar tudo do Fundurb. Acabamos de aprovar 20% a mais, 20 milhões a mais, justamente, porque se fez uma leitura de que estávamos executando a totalidade dos recursos. Pode ser um lapso momentâneo em relação ao dado que o senhor tem e aquilo que nós vamos cumprir, mas, obviamente, nós estamos acelerando isso agora no final do ano e vamos executar a totalidade dos recursos.

Bom, em relação à execução da Secretaria, tem uma parte que, talvez, o senhor não saiba, uma parte dos recursos da operação urbana, saíram de dentro da Secretaria e voltaram para dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Isso gerou um problema para fazer a comparação entre os anos.

A nossa execução em relação ao disponível está muito boa. Foi alvo de discussão com os Vereadores os cancelamentos que foram feitos, justamente, de parte que nós dissemos que não iríamos executar neste ano.

Então, em relação ao disponível, nós estamos realizando tudo o que está à nossa disposição. Poderíamos executar muito mais porque o planejamento que nós fizemos de reorganização da Secretaria e da empresa SPObras nos permitiria executar muito mais, conforme o planejado no plano de metas.

Em relação à falta de transparência, eu acho que não tem porque o senhor dizer isso. Nós fomos, inclusive, mencionados em eventos recentes, em relação à transparência, à maneira rápida com que temos respondido, criamos canais de comunicação virtuais que não

existiam no passado, inclusive, para acesso às informações de todas as nossas obras. Todos os contratos estão na internet. Isso é único no mundo. Não tem outro lugar no Planeta que faça isso. Nós colocamos vocês podem ver com quem contratamos, qual o valor, qual o prazo de execução, qual o objeto, se houve aditivo ou se não houve.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A Câmara já tem isso desde 2011, inclusive, quando for com Fundação, os contratos que a Fundação tem.

O SR. SECRETÁRIO – Perfeito. Nós copiamos a Câmara e fizemos a mesma coisa. Então, nós e a Câmara somos os únicos no mundo que fazemos isso. Então, acho que não dá para acusar.

E, na Operação Urbana Água Espriada, nós criamos um escritório para atendimento da população.

Aqui, o Paulo Roberto - que já vou passar para as suas questões – sabe de tudo isso, se passa uma viga, um esgoto, se a rua alaga porque nós fazemos lá – por favor, diga se estou mentindo aqui – reuniões permanentes com concessionária.

Eles vão na obra, entram, recebem, botam capacete, e ficam dando pitaco em tudo o que está sendo feito lá. Isso tem nos ajudado muito na obra. Agora, abrimos uma janela para não só vocês que estão organizados na região, mas para as pessoas, os transeuntes, poderem ver a obra melhor.

E, Paulo Roberto, vou levar suas solicitações em relação ao problema da rua e da viga para a passagem do esgoto. Eu vou questionar o engenheiro da obra para poder entender exatamente.

Você deve ter visto, também, que nós publicamos a licitação da fase dois do Cordeiro, que foi um dos problemas, das coisas que nós – não sei aonde foi parar o Ricardo, mas ele fala que está licitado – tivemos, uma das heranças da Secretaria,

Foi feito um projeto dizendo que custava 150 milhões, o que não fazia nem um terço desse projeto. Fizeram correndo, para propaganda eleitoral daqueles que ele defende e

deixaram o povo na mão.

Passamos um ano reorganizando esse contrato para poder desmembrá-lo, fazer as licitações e conseguir tocar a obra que o senhor já nos deu o testemunho que está resolvendo o problema da região.

Em relação aos reservatórios, não sei se a gente termina. Nós temos problema de terras em um deles e temos que resolver. Vocês sabem muito bem que quando se judicializa isso a gente perde um pouco a governabilidade sobre isso, mas eu o convido, como já tenho feito várias vezes, com a população organizada da região, para mostrar o faseamento das obras e mostrar o que a gente pretende fazer nos próximos anos e o que já está pronto. Está bem?

Em relação ao Ricardo, eu só tenho a lamentar aqui e dizer que ele torce por ter vítimas lá. Eu tenho andado esta Cidade e tenho visto. Eu acho que as obras de drenagem podem ser consideradas as principais obras sociais desta Cidade. As margens dos rios e as várzeas foram os lugares ocupados, justamente, por quem não tinha alternativa. As pessoas são vítimas das águas todos os anos. Isso é um problema estrutural da Cidade que perdura por muitos anos – para não dizer séculos, porque todos sofreram com enchentes na Cidade, na medida em que ela foi se urbanizando, desde quando éramos uma vila até hoje.

Isso se deve à falta de planejamento no passado; à falta de construção de moradias e de domar o capital imobiliário, que levou essas pessoas para a beira dos córregos.

Então, eu tenho a certeza de que ele deve ter falado isso da boca para fora. E nós vamos resolver os problemas das pessoas, os Zavuvus. Só que não posso fazer obra antes de proceder a licitações, aprovação de projetos e tudo o mais.

Nós estamos com tudo isso pronto pros Zavuvus e vamos atacar essa obra no próximo ano.

Bom, era isso que eu tinha a concluir com relação às perguntas.

Só tenho a agradecer o tratamento sempre cortês da Casa e as perguntas que

foram feitas que sempre ajudam no nosso trabalho cotidiano.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Quero agradecer muito ao Secretário; desejar sucesso para esse último orçamento do primeiro período do Prefeito Haddad, na certeza de que, quanto melhor ele performar, maior a sua possibilidade de realizar novas tarefas na Cidade e é assim que a gente se despede do Sr. Secretário e de sua equipe. Muito obrigado pela presença e pelas informações trazidas a este Parlamento.

Assim, encerramos a nossa parte da Secretaria de Infraestrutura e Obras e SPObras.

Vamos suspender os nossos trabalhos para recompormos a Mesa.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Reabrindo os trabalhos, quero agradecer a presença do Sr. Secretário José Floriano de Azevedo Marques Neto, que nos acompanha há mais de meia hora; não só a S.Exa., mas a toda a sua equipe da Secretaria de Habitação que vem acompanhando os debates na Casa desde cedo.

Faço questão de chamar tanto o Sr. Secretário quanto a equipe que S.Exa. julga necessária para apresentação do orçamento para o ano que vem. Que se sentem conosco à Mesa, ao lado do Relator Milton Leite.

Lembro que esta audiência pública é transmitida ao vivo pela internet, portanto, muitos estão assistindo remotamente, o que dá uma possibilidade ampla de participação.

Nós abordaremos o orçamento da Secretaria Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação.

A lógica que desenvolvemos para o debate do dia de hoje é uma apresentação, de até dez minutos a ser feita pelo Secretário, depois o relator e os vereadores poderão fazer

questionamentos.

Então, para não tomar muito tempo do nosso Secretário, para que ele faça a saudação inicial e a apresentação do Orçamento tanto da Secretaria como do Fundo, depois o Relator conduzirá o debate, tem a palavra o Secretário Floriano.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES - Boa tarde. Muito obrigado pelo convite para apresentar o Orçamento. Um abraço a todos da Mesa; na pessoa do Police Neto cumprimento todos. Agradeço também a presença da equipe da Secretaria da Habitação, dos técnicos, da Cohab também. Estamos com a equipe para dar suporte, para dar o apoio necessário à apresentação do Orçamento. Vou fazer uma explicação em nível de planejamento, depois o Tibiriçá entra em detalhes com relação aos números pactuados no Orçamento de 2016.

A programação principal da Secretaria da Habitação hoje é conseguir viabilizar as metas de construção de 55 mil unidades habitacionais e da regularização fundiária de 200 mil lotes. O importante para viabilizar esse programa que vem sendo estabelecido desde o início da nossa gestão é fundamentalmente a desapropriação de terrenos que dessem condições para que um grande número de habitações seja construído na Cidade.

A questão da desapropriação posso informar e garantir para vocês que foi viabilizada financeiramente dentro do Orçamento até 2016. Somando-se tudo que se gastou desde o início de 2013 e o previsto de se gastar até 2016 dá mais de 470 milhões em pagamento de terras para habitação social. Esses valores estão todos consolidados dentro do Orçamento;

Para que as construções sejam viabilizadas nós investimos bastante na aprovação dos projetos. Chamamos o setor privado para participar desse grande programa habitacional, e ele tem participado fortemente com a compra de áreas, com a viabilização de empreendimentos habitacionais. Também um programa de entidades que está cada dia mais crescendo dentro da Secretaria, tanto em número de lotes e terrenos sendo adquiridos pelas

entidades como também na aprovação de projetos. Hoje tem mais de 25 mil unidades em aprovação só para o segmento de entidades, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS. Na parte dos recursos do FAR, somando todos os empreendimentos em aprovação mais os chamamentos da Cohab, passam de 45 mil unidades em aprovação, fora esses 24 mil de entidades. Então nós estamos com um leque de 80 mil unidades em aprovação dentro da Secretaria de Licenciamentos.

É lógico que precisamos dos recursos do Ministério da Cidade para que isso seja concluído devidamente. Só para situar a posição hoje, nós estamos com mais de 8.500 unidades entregues dentro dessa gestão, e estamos com 23.400 unidades em andamento. O Orçamento 2016 vem contemplar a parte que cabe a essas situações e contemplando o programa de urbanização de favelas, que são todas as obras que nós estamos dando sequência, não paramos nenhuma obra. Tivemos problemas com algumas por questões de construtora, mas já foram resolvidos. Acabamos de assinar ontem a continuidade do empreendimento da Ponte dos Remédios com outra construtora, porque a primeira fechou, faliu, então nós fomos buscar alternativa, e quem foi contemplado foi a terceira colocada na licitação e que deve iniciar as obras a partir de segunda-feira.

No programa de mananciais a programação não é aquilo que se esperava, não é aquilo que nós pretendíamos, porque esse programa de mananciais requer recursos, 90% do PAC, do Governo Federal, e nós passamos este ano inteiro de 2015 sem recebermos um real do PAC Mananciais. Nós temos algumas emendas parlamentares que vão dar subsídio agora a uma pequena continuidade de obras em dois perímetros que foram aprovados, por isso que nós vamos ter condições de essas obras caminharem num certo ritmo um pouquinho melhor. Mas enquanto não sair autorização de início das obras nós vamos continuar reféns dos recursos do PAC, embora a maioria dos projetos do primeiro perímetro... 14 perímetros já foram aprovados pela Caixa Federal e estão esperando os recursos do PAC.

A questão da regularização fundiária, nós fizemos uma grande reorganização do

departamento de regularização fundiária dentro da secretaria, junto com a equipe da Cohab também que trabalho com regularização fundiária. Nós já estamos tendo o resultado dessas ações, dessa reorganização que nós estamos fazendo. Esse ano vamos fechar com uma meta de 50 mil lotes regularizados na cidade de São Paulo e nós temos todas as condições para atingir as 200 mil unidades do plano de metas do Prefeito Haddad.

Com relação às questões de aluguel social, as despesas de aluguel social, nós programamos um pouco a mais para o ano que vem do que aquilo que gastamos esse ano, por conta dessa previsão de novas obras em função dos PACs, dos recursos começarem a ser recebidos pela secretaria, onde vai ter bastante remoção de famílias e nós aumentamos um pouco os recursos para pagamento de aluguel social para essas famílias de (ininteligível) de remoção que vão ser muito importantes para a viabilidade dessas obras.

Enfim, o planejamento está feito, apesar do que o Garibe falou, que caiu muito a arrecadação municipal, nós tivemos uma queda na arrecadação tanto dos recursos do Fundurb como nos recursos do Fundo Municipal de Saneamento para concluir 2015, já temos uma previsão igual, igual talvez, ou pouco menor para o ano que vem, que são referentes a esses fundos que alimentam bastante forte o orçamento, a peça orçamentária de 2016,

Vou colocar o Tibiriçá para explicar os números e as fontes de recursos, para depois a gente entrar no debate.

O SR. TIBIRIÇÁ – Vou só fechar aqui um entendimento técnico. É importante as pessoas conhecerem que o orçamento da Secretaria hoje está diluído em várias secretarias. Então, do orçamento deste ano, que é em torno de 1,5 bilhão para a Sehab, nós temos 682 dentro da Sehab, 389 dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que são as operações urbanas, 169 milhões dentro da Cohab, 52 milhões dentro do Fundo Municipal da Habitação, 14 milhões do Fundurb e 54 milhões do Fundo Municipal de Saneamento – FMSAI. Quer dizer, aparentemente parece, olhando isoladamente a Sehab, que o orçamento não seria suficiente. Mas olhando como um todo, e essa distribuição de recursos em outras secretarias que são

para habitação, a gente tem praticamente, analisando até com... comparando com o ano de 2015, a gente tem algo muito similar, o que vai ser possível dar continuidade a todas as ações que a secretaria vem fazendo.

Basicamente a redução do orçamento do ano passado para esse se dá pela diminuição dos recursos do governo federal que estavam previstos para o PAC Mananciais, que foi reduzido significativamente, porque já foi sinalizado que os recursos serão muito poucos.

Era mais esse esclarecimento só, Vereador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A gente é que agradece. Passo imediatamente ao Relator Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, estamos aqui novamente agradecendo a presença do senhor, que veio gentilmente. Se fosse eu, não viria. Não teria que fazer isso, mas quero ser muito honesto com o senhor, agradecer, porque o senhor veio defender a peça orçamentária que o senhor propôs.

Eu queria entender uma coisa. O senhor que propôs essa peça orçamentária, não foi isso, Secretário?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Sim. A peça orçamentária é feita junto com a Secretaria de Finanças e junto com as secretarias. É feito um trabalho em equipe para poder definir quais são os valores destinados para cada secretaria. E nós recebemos uma meta, dentro dessa meta, aquilo que está previsto dentro desses fundos, dentro dos orçamentos da operação urbana e das receitas disponíveis do Tesouro para a composição final dos recursos da Sehab.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, na proposta de 2016, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, temos lá a 33.57, urbanização de favelas, 374 milhões; temos regularização fundiária, 15 milhões. Essas rubricas não seriam... a 33.56, não seria mais apropriado que tivesse nascido na “vossa” secretaria para o ano 2016? Não houve aí uma

divisão da Secretaria? Porque eu estou vendo aqui uma pasta executando... O senhor tem a mesma rubrica assinando o orçamento. Ou executo lá ou executo cá. Eu não entendi, Secretário, e queria que o senhor nos falasse a respeito dessas duas pastas, dessas duas rubricas que nós temos aqui inscritas. Nós temos urbanização de favelas na “vossa” secretaria e temos a mesma rubrica na Desenvolvimento Urbano. Eu entendo que seria apropriado que o senhor conduzisse essa... Até porque os valores são significativos para uma secretaria que nunca fez coisa nenhuma na área de urbanização de favela. Quem tem *know how* para fazer, Secretário, seria a “vossa” secretaria. O que houve nessa rubrica?

O SR. TIBIRIÇÁ – Vereador, eu vou esclarecer.

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

O SR. TIBIRIÇÁ – Na verdade é a diretriz da Secretaria de Finanças, desde o ano passado, desde este ano já. Quem está tomando conta do dinheiro das operações urbanas é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então nós solicitamos o recurso para ele, o recurso vem para a Secretaria transferido e nós executamos. Mas quem gerencia o recurso da operação urbana é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Nós temos esse orçamento... Por isso que eu expliquei inicialmente que o nosso orçamento está diluído em várias secretarias, quer dizer, não só em SMDU. O Fundurb também está sendo gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Nós temos que solicitar para eles. Antigamente era diferente, o recurso vinha direto para a Secretaria.

O SR. MILTON LEITE – Qual a razão?

O SR. TIBIRIÇÁ – Aí é uma pergunta que tem que ser feita para a Secretaria de Finanças que deu as diretrizes orçamentárias. Eu também não sei dizer. E não é bom para a Secretaria, Eu estou há muito tempo na Secretaria. É muito ruim...

O SR. MILTON LEITE – Causa estranheza, isso.

O SR. TIBIRIÇÁ – Isso é verdade.

O SR. MILTON LEITE – Se o senhor concorda com isso... Olha a situação que nós

temos, Secretário.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – A operação é nossa, mas a gente entra com o pedido das receitas (ininteligível) outras secretarias.

- Falas sobrepostas.

O SR. MILTON LEITE – Tudo bem, mas nós temos dinheiro sobrando para poder fazer administração e gestão. Está faltando dinheiro, economicidade, eu estou burocratizando aquilo que (ininteligível) demanda. Por que eu mando para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para depois mandar para o senhor, para o senhor executar, se é o senhor que vai executar?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Eu não sei se tem alguém da Secretaria de Finanças acompanhando aqui.

O SR. MILTON LEITE – Deveria ter.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Eles estavam aí, sim. Eles estavam aí participando, mas eles podiam dar uma explicação técnica...

O SR. MILTON LEITE – Foram almoçar. Nós não temos direito a almoço.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – A explicação técnica dessa separação eu também não estou sabendo responder.

O SR. MILTON LEITE – Não vejo...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Algum técnico meu sabe o motivo dessa separação?

O SR. MILTON LEITE – Não tem, Secretário. Sabe o que é, Secretário? A impressão que se...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Permite um breve aparte, só para a gente tentar transmitir para os outros a compreensão disso.

Imagina que qualquer pessoa que quer entender o orçamento do Município abre o orçamento do município e vê: Secretaria de Habitação, recurso fonte Tesouro, urbanização de

favela, zero reais; regularização fundiária, recursos Tesouro, Secretaria de Habitação, zero reais; execução do programa de mananciais, política habitacional, Secretaria de Habitação, zero reais.

Eu ainda não consegui entender se a decisão é fechar a Secretaria de Habitação, porque se você olha um orçamento que não tem nenhum real para o desenvolvimento da política habitacional, a melhor coisa que tem que fazer é fechar a Secretaria.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, eu explico as razões da minha fala, e não abriremos mão de discutir com o Secretário de Finanças e Secretário de Desenvolvimento Urbano. A menos que haja uma razão técnica muito sustentável, nós vamos encaminhar a supressão da Desenvolvimento Urbano e que esses recursos passem para cá, ainda que venham com fonte 08, ainda que venha com fonte 08.

O SR. - Como era antigamente.

O SR. MILTON LEITE – A relatoria encaminhará. Deixo muito claro para os senhores o seguinte: eu não vejo, a menos que haja uma razão extremamente sustentável, as rubricas afins deverão ser tratadas pela Secretaria afim; ou suprime, suprima-se Secretaria de Habitação. Não dá para nós termos a mesma rubrica, senhores, o mesmo dinheiro para a Secretaria de Habitação e de Desenvolvimento Urbano, que nunca tocou nada, nunca fez nada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Um aparte, nobre Vereador. A Secretaria de Habitação tem uma equipe técnica que vem desenvolvendo trabalhos há mais de 40 anos, então não é algo que começou três anos atrás. Além disso, ela tem o suporte de uma companhia de habitação que não tem pouco tempo.

Então eu reconheço que a nova organização do Município, tendo uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano, é algo absolutamente importante. Mas entender que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano atua numa frente de planejamento ativo. Eu não tinha ainda entendido que a Secretaria de Planejamento... Até porque, quando se fez a cisão da

Emurb entre SP Obras e SP Urbanismo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano ficou com a área de planejamento completa, inclusive a empresa de planejamento. E momento algum ficou anunciado que esta área de desenvolvimento da Cidade seria também executiva de projetos habitacionais, reurbanização de favelas.

O orçamento que chega aqui anuncia que aquela equipe da Secretaria, que não foi contratada para isso, passará a ser executiva de programas. E o que é estranho é que você tem as equipes executivas de programas em outra secretaria, então eu vou continuar pagando material humano, burocracia estável, testada, que não vão ser os dirigentes dos programas. Agora não dá mais para entender a lógica do processo. Eu tenho uma companhia que é um braço executivo que não vai ter o que fazer.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Police, eu entendo isso, que os programas, o desenvolvimento das obras, as estações, tudo, continuam sendo feitos pela Secretaria da Habitação. Porém, como a fonte do recurso da arrecadação dos Cepacs etc., de outras fontes vem através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, creio eu...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não vêm, vêm Tesouro. Quem é detentor do recurso público não é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano nem a Secretaria de Finanças. Quem é detentora é a Subsecretaria do Tesouro. Essa é que tem todo o dinheiro, a Subsecretaria do Tesouro. Aí...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Mas a competência, que nem o Tibiriçá (ininteligível), a competência é dele. Então, pelo Secretário, acho que entre o acordo entre Finanças, Secretaria de Gestão do Município, entenderam por bem que a hora deliberar o recurso na conta de cada Secretaria seja feito pela origem do recurso, pela secretaria originária do recurso. Eu acho que é esse o entendimento que está sendo dado. É questão de responsabilidades individualizadas por secretaria. Agora, que complica, que é sempre uma burocracia muito maior, concordo com vocês.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu prossigo. O senhor, orçamentariamente, o

senhor tinha... Vou falar da execução orçamentária, porque nós temos que encerrar aqui precisamente às 14h, e eu não vou ficar discutindo a rubrica com os senhores aqui, de tudo que o senhor tem, que eu acho que não será possível por essa política implementada na Secretaria do senhor. O senhor já alegou que o dinheiro do recurso do Governo Federal não veio, ou seja, não executou programas diversos, porque não vieram os recursos, efetivamente. Se nós olharmos o orçamento executado em 16, a urbanização de favela, R\$ 9 milhões, contra um orçado de R\$ 40 milhões, é porque não veio, senão o senhor teria feito. Não vou ficar massacrando o senhor por conta disso. Então, Secretário, olha o que aconteceu com a sua Secretaria, e vamos cobrar do Secretário de Finanças e Desenvolvimento Urbano: O senhor tinha R\$ 1,172 bilhão, e o senhor teve - 38 da fonte 00. Então, não dá para discutir, o senhor executou R\$ 35 milhões porque não tinha dinheiro. Ou sobrou dinheiro em caixa? O que houve aqui.

O SR. – Não, não. O senhor pode repetir a origem da pergunta?

O SR. MILTON LEITE – O senhor tinha um orçamento de R\$ 1,172 bilhão e executou R\$ 155 milhões. Da fonte 00, o senhor só executou R\$ 35 milhões. Então não liberaram dinheiro para o senhor?

O SR. – Não, da fonte 00 não. Fonte 00 veio praticamente só para pagamento de aluguel social e custeio.

P – Sr. Secretário, olha o que houve com a Secretaria no plano seguinte, a peça de 2016: O senhor tem R\$ 728 milhões contra R\$ R\$ 1,172 bilhão; tiraram 38%, foi a redução exata da Secretaria. Então, não dá para discutir com o senhor sobre uma redução que foi imposta.

R – Nós sobrevivemos só através dos fundos.

P – Secretário, não digo que estou satisfeito, mas vamos tentar reparar o que fizeram com a Secretaria, dando o perfil de habitação à Habitação. A Cohab fez o papel dela, se o senhor olhar o orçamento de Cohab que temos. Então, em respeito aos contribuintes que

aqui estiveram, a Relatoria, se necessário, manterá o diálogo com a Cohab e com a sua Assessoria. Não tenho problema de debater o que interessa em particular, mas cuidaremos desse orçamento por telefone e o que está feito aqui não dá para discutir. Não houve execução orçamentária, não vieram recursos federais para mananciais, para urbanização, para regularização. Na verdade, o senhor não recebeu dinheiro. Assim, Sr. Presidente, não vou ficar discutindo com essa perspectiva e com esse desenho que não é desenho de Secretaria. Vou respeitar os contribuintes que desejam formular questões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Temos três questionamentos: Fábio Siqueira, Maria Cecília Goes e Laerte Brasil. Mas, antes deles, vou pedir ao nobre Vereador Aurélio Nomura para também fazer suas considerações e questionamentos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado. Quero cumprimentar o Sr. Secretário e todos os presentes. O que o Vereador Milton Leite acabou de afirmar com relação à peça orçamentária de 2015 mostra exatamente como foi essa peça. A Secretaria tinha um orçamento inicial de R\$ 1,2 bilhão que, atualizado, dá R\$ 817 milhões; e foram liquidados apenas R\$ 155 milhões. A mesma coisa está acontecendo na proposta orçamentária de 2016, que é de R\$ 728 milhões. O que me parece é que a Secretaria de Habitação, tão importante para a nossa Cidade, está em liquidação. Nós olhamos a proposta orçamentária de 2016 e vemos valores extremamente altos alocados em outras Secretarias, e espero que o Relator possa fazer alguma alteração. Mas não sei se isso foi feito também para confundir, e até gostaria de voltar a fazer alguns questionamentos ao Sr. Secretário, como por exemplo a promessa de 55 mil unidades, da meta 35. Nós sabemos que foram entregues, até agora, 8.348 mil unidades. O senhor havia falado que existem 23 mil unidades em andamento. Mas, se nós colocarmos mais essas 23 mil unidades ainda faltará metade dessas casas para serem executadas e entregues. Gostaria de saber se, nesses próximos 13 meses, temos condições – e a Prefeitura tem condições – de cumprir integralmente a Meta 33, ou seja, a promessa de 55 mil unidades?

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES - Caro Vereador, essa preocupação de viabilizar o programa é nossa, desde o início do primeiro dia de trabalho.

O que acontece? Falta uma boa parte, praticamente de todo o programa, em função dos recursos do Minha Casa Minha Vida, que são recursos do Governo Federal. Só para V.Exa. ter uma ideia, esse ano não se assinou nenhum contrato do programa Minha Casa Minha Vida com o Município de São Paulo.

Estamos, hoje, com uma prateleira de projetos aprovados, esperando recursos federais para 16 mil unidades. São 16 mil unidades. Projetos prontos, há meses, esperando recursos do Governo Federal do Minha Casa Minha Vida.

Fora isso, temos – como já disse no início de meu pronunciamento – setenta e poucas mil unidades em aprovação em CEU. Se somássemos as 23 mil unidades mais as 8 mil que nós já entregamos, e mais as 16 mil, que estão esperando por recursos – 16 mil unidades já aprovadas – chegaríamos num número de 47 ou 48 mil unidades, faltando 7 mil só para viabilizar andamento de obras.

Então, com certeza, nós estamos buscando muito que se assinem esses contratos de maneira urgente. A gestão junto ao Ministério das Cidades é, praticamente, diária. Mas não conseguimos retorno do Ministério como contrapartida dos compromissos assinados e acertados com o Prefeito Haddad de liberar os recursos para o Minha Casa Minha Vida.

Esse programa, hoje, realmente está com muitas dificuldades de ser executado. E o Sr. Prefeito, nós todos – com nossa equipe de trabalho – temos feito todos os esforços para que se viabilize da maneira mais rápida, pois, pra se construir uma unidade habitacional, demora-se, no mínimo, de doze a dezoito meses. Então, com certeza, entregar as chaves das 55 mil unidades isso não vai ocorrer, mas se deixássemos em execução, pelo menos, essas 55 mil, e os próximos gestores entregassem essas unidades, já seria um trabalho bem grande, além de ser o máximo que daria para nós fazermos em função da falta de recursos do Governo Federal.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ok. Sr. Secretário, voltando à Meta 36, que promete beneficiar 70 mil famílias do programa Urbanização de Favela, verificamos que a Prefeitura concluiu 12 projetos, mas não foi divulgado o número de famílias beneficiadas.

E temos observado que na rubrica, dentro da própria Secretaria, nesse ano, o valor é de 154 milhões, mas foi executado apenas 34,9 milhões. Pergunta: por que tão baixa realização em projetos tão prioritários na nossa cidade?

R - A parte da urbanização de favelas realmente é o programa que nós estamos dando continuidade, tentando acelerar o máximo dentro dos recursos orçamentários, mas é para estar no Habisp o número de famílias beneficiadas dentro dessas obras que já foram entregues. Não sei o porquê, vou procurar, Márcia, Terlize, há informações a respeito do porquê não foi atualizado, dentro do Habisp? Está atualizado o número de famílias beneficiadas? (Pausa)

V.Exa. sabe, dentro do Habisp tem toda a programação da Secretaria da Habitação com relação ao andamento de obras, todas as metas do programa, está tudo dentro do Habisp. Então, se não está lá alguma coisa, vou procurar saber e retorno essa informação.

Sobre os recursos empenhados, queria que o Tibiriçá fizesse a explicação.

O SR. TIBIRIÇÁ – Vereador, as obras de urbanização são diversas concluídas em 2013 – 2014. Até mesmo nesse ano estamos concluindo algumas, como o próprio Sapé, e o Prefeito vai estar lá semana que vem para entregar as últimas unidades.

Nas demais estamos dando continuidade. Paraisópolis, por exemplo, teve mais uma etapa concluída. O São Francisco também. Serão feitas novas licitações para concluir essas obras, mas grande parte, como a própria avenida Perimetral – avenida Hebe Camargo – o Prefeito foi entregar, foi uma obra de grande porte feita pela nossa Secretaria.

Então as obras estão sendo feitas e as famílias estão sendo beneficiadas, e hoje, devemos estar em torno de 45 mil famílias beneficiadas, com as obras já concluídas, fora as que estão em andamento, devemos estar com 60 mil famílias beneficiadas, justamente entre

obras concluídas e em andamento. Mais ou menos isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Uma dúvida: na realidade, volto a falar, dentro do Orçamento existia a previsão de 154 milhões. Foram executados apenas 34,9 e foram beneficiadas 45 de 70 mil. Então está muito fácil para alcançar essa meta.

O SR. TIBIRIÇÁ – O Orçamento, conforme tentei esclarecer a vocês, a divisão Urbanização de Favela temos recurso da Operação Urbana Faria Lima, da Operação Urbana Águas Espraiadas, do Fundurb e do Fundo de Saneamento. Esses recursos disponibilizados foram todos gastos.

P – Então, mas dentro do Orçamento da Secretaria, foi colocado em valores atualizados 154 milhões. Não foi disponibilizado, então, não havia necessidade de se colocar 154 milhões no Orçamento. Isso que eu gostaria de entender, pois não se gastou 30%. Essa que é a dúvida.

R – Dentro do Tesouro, não foi disponibilizado realmente,

P – É isso que eu gostaria de saber. A outra questão diz respeito à Meta 37, que prometia 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária. Mas, pelo que eu estava vendo, foram atendidas apenas 31 mil famílias.

Gostaria de perguntar, no Orçamento de 2015, como eu acho que o Vereador Milton Leite falou, e também o Vereador José Police Neto, estava previsto 57 milhões mais nenhum centavo foi liquidado.

E, para a proposta 2016, está previsto apenas 2,5 milhões, ou seja, menos 96%. Por que essa diferença de números.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES – Vereador, a questão da regularização fundiária, como eu expliquei, na prática nós vamos até o final deste ano com as entregas de título, já previstas para o final do ano, nós vamos chegar, praticamente, em quase 50 mil unidades que receberão título na Cidade toda. Amanhã mesmo vamos entregar 3,3 mil na Nova Jaguaré, que é um loteamento que há mais de 20 anos espera por esse evento.

Nós temos ainda mais 11 bairros até meados de dezembro, até 15 de dezembro. Temos outras áreas na zona Sul que vamos entregar. Somando tudo que temos programado, chegaremos até o final do ano com 50 mil títulos entregues.

Para conseguir os outros 150 mil títulos, a evolução dos trabalhos técnicos necessários para que isso aconteça vem sendo feito de uma forma bastante agressiva a partir, agora, de maio e junho deste ano. Na verdade, nós recompusemos uma equipe, os trabalhos foram redimensionados e estamos com esse objetivo de atingir a meta com uma certa segurança até o final do ano que vem.

Todos os recursos necessários para regularização fundiária, previstos no Orçamento, na Peça Orçamentária, terão outras fontes de recursos, não só da fonte do Tesouro, pois realmente é muito baixa, conforme está no Orçamento. Por isso que tenho explicado – e falei aqui – que a Secretaria da Habitação sobrevive, praticamente, orçamentariamente, com os recursos do Fundurb e do FM-SAI. Com isso, estamos conseguindo atingir os objetivos, não financeiros, mas materiais, para conseguir atingir a meta.

Então, volto a frisar, que regularização fundiária é uma meta importantíssima na Secretaria da Habitação e vamos ter, com essa aprovação do Orçamento, do mesmo jeito que está, para 2016, nós vamos conseguir atingir o objetivo das 200 mil unidades.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Entendi. Vou colocar outra questão, a última, Sr. Presidente, até para deixar que os demais Vereadores e participantes façam suas perguntas.

Essa questão diz respeito ao Bolsa Aluguel. Segundo a *Folha de S.Paulo*, seus gastos subiram em 44% na gestão Haddad. Gostaria de saber o porquê desse aumento.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES - Desde 2013, encontramos o Bolsa Aluguel sem um controle muito bem feito pelas gestões anteriores. Então, no começo de 2013, procuramos informatizar todo o departamento para conseguir acertar esse número do Bolsa Aluguel. Por isso o aumento indicado pela *Folha* não foi correto.

Houve um aumento, hoje estamos com aproximadamente 30 mil famílias no Bolsa

Aluguel e com uma gestão operacional informatizada em que praticamente é impossível agora ter alguma vulnerabilidade nesse sistema. Além do mais, tomamos algumas outras medidas a partir da semana passada: todo mundo está recebendo o Bolsa Aluguel através de cartão magnético do Banco do Brasil. Essa medida dará mais condições ainda para evitarmos qualquer fuga de despesas para fins não próprios do Bolsa Aluguel. Mas isso existia? Sim, porque fizemos uma grande triagem dentro do sistema, agora informatizado, que contem CPF de todo o mundo, com as descrições familiares e as origens declaradas para o devido merecimento do Bolsa Aluguel.

Acredito que esta gestão hoje está bem amparada para dar 100% de segurança no pagamento do Bolsa Aluguel. Por isso informo que hoje estamos com quase 30 mil famílias recebendo o benefício e a grande luta é entregarmos unidades habitacionais para diminuir esse número cada vez mais. É isso que buscamos e procuraremos fazer para o ano que vem.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ainda há uma última questão. Observando o *Jornal da Gente*, saiu publicado que as obras do conjunto habitacional serão retomadas em janeiro do próximo ano. Gostaria de saber se o contrato já foi assinado, quantas unidades...

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES - Qual é o conjunto habitacional?

O SR. AURÉLIO NOMURA – O Humaitá.

O SR. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES - A Ponte dos Remédios tinha contrato com a Construtora Schahin que acabou quebrando no meio do ano e desistiu do contrato. A partir desse fato, necessariamente, há um processo jurídico em que se busca a segunda colocada na concorrência para atender aos mesmos preços que foram o motivo da licitação. A segunda colocada demorou alguns meses para dizer “não”, que não aceitava. Passamos então à terceira colocada, que é a Construtora Simetrica. Depois desse prazo necessário do Departamento Jurídico, assinei o contrato ontem e a ordem de serviço para reinício dos trabalhos será dada para a próxima segunda-feira. Então essas obras serão

retomadas a partir de segunda-feira.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Com a palavra os Srs. Fábio Siqueira, Maria Cecília Góes e a seguir Laerte Brasil.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos e todas. Saúdo mais uma vez os Vereadores Aurélio Nomura, José Police Neto e Milton Leite, bem como, o Secretário José Floriano que, diga-se de passagem, fazendo jus, veio às três audiências: em 2013, 2014 e 2015. Isso é importante, diferentemente de alguns Secretários que fugiram, V. Exa. está vindo para ouvir as críticas necessárias a serem colocadas nesse momento. Também saúdo a Cohab, saúdo o fundo e lamento a ausência do Conselho Municipal da Habitação. Acho que esse conselho está sendo, simplesmente fechado, de novo falar no conselho nem verba orçamentária, nenhum real é posto para o conselho Municipal da Habitação. Isso é ruim, porque controle social, acho que não existe habitação, controle social, simplesmente não tem um real aí para o posto. Isso acarreta coisas muito graves, por exemplo, o Tribunal de Contas, nos revela o seguinte: que projetos de ação habitacional: Dotação 1276, 2013, 8.300, famílias atendidas. Em 2014 cai para 5.148. Queria saber qual o número de 2015, está caindo o atendimento às famílias de apoio habitacional. Questão das favelas é dado irrisório. 2013, 1319 famílias, 2014, 1717. É muito pouco e está anos luz abaixo e atrás da meta do Sr. Prefeito Haddad. Regularização fundiária, 2013, 15 mil famílias e 2014, quinze e pouquinho. Quer dizer, 31 mil, quanto está previsto para 2015? Parece-me que a meta é mais de 200 mil famílias. Está muito abaixo. Está extremamente abaixo. Eu duvido que em 2016, o restante será entregue, acho que nem tem capital orçamentário isso. Construção de unidades habitacionais: em 2013, 200; 2014, 2004. Quer dizer, muito abaixo dos 55 mil aqui já relatados. Parece-me que não está havendo quaisquer prioridades para habitação.

A Dona Socorro foi embora, pediu para perguntar a questão de Itaquera. Para 2016, não há um centavo previsto para as obras de Itaquera. E a SMDU tem 7 milhões. Aí fica

parte SMDU, parte habitação, fica estranho isso daí. Também o fundo municipal de Saneamento. Regularização Fundiária, organização. Nada para Itaquera. Fundurb, nada para Itaquera. Itaquera está sendo penalizada pelo Governo Haddad, também na área de habitação. Itaquera, José Bonifácio, Cidade Líder e Parque do Carmo. E favela Caititu, foi falado ano passado, e até agora parece que nem saiu do papel e dificilmente sairá.

Também quero relatar aqui a dotação do programa de mananciais. Um por cento executado. Realmente é uma tragédia grega. Entrando no Orçamento quero relatar a questão do rombo, identifiquei aqui a questão da verba federal, 1.3 bilhão nesses 10 meses de 2015. Janeiro, a outubro, no que se refere á habitação, 1.3 bilhão, a verba federal da Sra. Presidente Dilma Rousseff, do Ministro Gilberto Kassab, que foi Prefeito da Cidade de São Paulo até 2012, que estão retendo para a Cidade de São Paulo, e a população continua ficando sem casa para morar, sem reurbanização de favelas. Tem de chamar aqui o Sr. Ministro Gilberto Kassab, para explicar o que está acontecendo, porque está no cofre esse 1.3 bilhão de 2015, como também os 200 milhões do ano passado.

Pergunto, para encerrar, o orçamento da Secretaria de Habitação, em 2013, foi executado do gabinete 2011 milhões. Em 2014, caiu para 232 milhões. Em 2015, desabou na projeção 137 milhões. Está caindo a cada ano a dotação do gabinete da Secretaria de Habitação, do liquidado. Como os senhores falaram, acredito que irá fechar a Secretaria. Realmente é um descalabro. É uma calamidade publica na questão das dotações.

Questão da regularização fundiária, nada executado. Programa de mananciais um por cento executado. População de Capela do Socorro, Parelheiros, Cidade Ademar e M'Boi Mirim, temos quatro paginas, lote um, dois, oito, sete... Tudo parado, é um escândalo completo. Queria a população do São Luiz, Jardim Ângela, Parelheiros, Vargem Grande para debater com o senhor. Esse prejuízo para a população mais pobre da Cidade de São Paulo. É um descalabro total. A assistência técnica entidades, zero executado, mananciais 2 centésimo executado, dotação fundiárias zero executado. Dotação Regularização fundiária, zero

executado. Regularização fundiária são três anos e zero foi executado na Cohab. Por que a verba da regularização da Cohab não é executada? Por que nada foi empenhado? Da verba da Cohab também, vai ser executado menos do que em 2014.

Quero falar um pouco do Fundo Municipal da Habitação.

Não tem nada executado da verba para o Mutirão, assim como a verba para o Morar no Centro. Existem cortiços. Na região da Mooca, sumiu do orçamento. Cadê o programa para os cortiços? Ou acabaram os cortiços em São Paulo? A Marta Suplicy implantou o Morar no Centro.

Regularização fundiária e assentamentos: três anos do Fundo Municipal de Habitação, e nada foi executado. Construções habitacionais: 7%. É absurdo o Fundo Municipal nada contribuir.

Para terminar, Fundurb: só executou 30%. Por que nada da execução (Ininteligível) de favelas do Fundurb foi executado? Regularização fundiária em Fundurb: nada executado. A verba é de 130 milhões, e não executou um centavo. Empenhou, até dia 31 de outubro, 11,5 milhões.

Eu lamento profundamente a sua gestão na Secretaria de Habitação. Eu fico envergonhado com os seus três anos de administração em São Paulo no que se refere à habitação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Maria Cecília Goes.

O SR. ERNEIDES ANTONIO CURSINO DO NASCIMENTO – Eu sou conselheiro da Associação Cultural, e aqui falo em seu nome.

Eu sou da Associação Cultural da comunidade do Morro do Querosene.

Queremos que seja construído o Parque da Fonte, que é uma luta de muitos da comunidade, aqui no Butantã, na zona Oeste. E eu vou falar sobre a área e do que se trata.

É uma área de 35 mil e 400 m² situada no Butantã com remanescentes de Mata

Atlântica e três nascentes de água cristalina, com vazão de aproximadamente 84 mil litros ao dia, que escorre para o bueiro sem que seja feito nenhum aproveitamento.

Em uma das nascentes, existe uma fonte milenar, em uma gruta na rocha, cercada de muros de pedra, sem uso de argamassa, que se supõe integrar o Caminho do Peabiru, que historicamente é muito forte e interessante para a cidade de São Paulo. É formatado pela civilização inca no ano 1000.

Essa área está tombada pelo Conpresp, Zepec e Zepam do Plano Diretor e possui DUP, publicado no dia 19/08/2011, e cujo vencimento é o ano que vem.

O processo de desapropriação é o PA2011-0592741-7, com levantamento fundiário e planta expropriatória finalizada pela CVMA. A área recebeu da Secretaria de Negócios Jurídicos a avaliação de 14 milhões.

A comunidade quer preservar esse patrimônio histórico, ambiental e cultural e abri-lo para a população. Inclusive, já temos alguma dificuldade na área, porque, com essa onda da dengue, e também com um certo esgoto que desce a céu aberto, a gente está tentando pressionar mais para que essa área seja desapropriada para esse parque. Isso significa contribuir com o clima, com a diversidade de flora e fauna, a qualificação da água e da vida, e o reconhecimento e fomento à nossa cultura, já que a comunidade do Morro do Querosene, no Butantã, é detentora e protagonista de inúmeras manifestações artísticas brasileiras.

Então reivindicamos a desapropriação e a criação do Parque da Fonte, no valor de 14 milhões de reais.

P – Vou agradecer. O Secretário de Verde e Meio Ambiente já está aqui nos acompanhando, e vai, daqui a pouco, assumir aqui do nosso lado. Ele já anotou. Ele percebeu que você fazia uma pergunta que não era para o Secretário de Habitação, e, sim, para o Secretário do Verde e Meio Ambiente...

R – É que hoje teve uma mudança de programação.

P – Quando ele tomar a palavra para tratar o tema do Verde, ele já vai tratar o

importante Morro do Querosene, na região Oeste de São Paulo, que é também um berço de manifestações culturais.

R – Isso mesmo. Inclusive eu sou um dos que fazem a articulação cultural e que desenvolve essa manifestação lá.

Mas que bom que o Secretário chegou.

P – O Secretário já está aguardando a palavra. Muito obrigado pela sua pergunta. Assim que ele assumir, ele vai poder lhe responder.

R – Muito obrigado à Mesa.

P – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, por três minutos.

R – Eu sou o presidente mundial da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras da Cidades e presidente da Confer São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo, um órgão oficial dessa central cosmopolita.

Tivemos uma participação marcante na cidade de São Paulo. Foi em 50 audiências públicas do PDE. E apresentamos uma tese, que está escrita no novo PDE, as cotas de solidariedade. E nas 41 da Lei de Zoneamento, nós apresentamos outra tese, a das cotas ambientais.

Participando da I Conferência da Cidade, nós apresentamos o projeto *Minha Casa, Minha Vida*, que propunha 21 mil habitações até o ano 2021.

A cidade de São Paulo é uma metrópole que tem um PIB de 436 bilhões. Contribui com 13% para o PIB nacional, com 40% para o PIB paulista, mas é uma metrópole insustentável. São um milhão e 250 mil famílias morando em favelas, cortiços, mananciais, áreas contaminadas e áreas irregulares. Essa desordenação na ocupação ocorre desde a fundação da cidade de São Paulo. Isso significa que 1/3 da sociedade paulista mora nessas áreas desumanas, o que corresponde à população de Brasília, Belo Horizonte e Salvador.

Participando da construção das metas do Governo Haddad, nós apresentamos um método para a regulamentação, que foi para 300 mil famílias, estando inscrita 200 mil.

Eu sei que V.Exa. tem uma missão impossível na Secretaria de Habitação, com esse orçamento que a Secretaria tem, de 1 bilhão de reais. Pelo menos, para executar as metas habitacionais e as 55 mil casas do *Minha Casa, Minha Vida*, o orçamento deveria ser de pelo menos 5 bilhões de reais. Por isso que é uma missão impossível.

Temos um instituto de previdência aqui nesta Casa, dos funcionários públicos. Isso é uma verdadeira aberração. Consome quase 4 bilhões de reais anualmente. Os servidores já têm a previdência nacional, o dinheiro é público, é dinheiro dos municípios. Não pudemos privilegiar os trabalhadores.

E tem outra aberração tramitando nesta Casa: o do Tribunal de Contas. Eles estão pedindo dois mil reais para cada servidor do Tribunal para investimento na saúde privada. Isso é um verdadeiro trem da alegria.

Bom, o Tribunal, sem dúvida, está precisando de um Papai Noel, e a Câmara, aprovando, vai ser o Papai Noel. Agora é um Papai Noel perverso, que vai tirar de quem não tem para beneficiar uma categoria de servidores públicos municipais que ganha muito bem.

Era o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

P – Agradeço ao Sr. Laerte.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, queria falar que o Sr. Secretário tem feito um esforço com a equipe e é muito importante a presença dele porque finaliza realizações que a Secretaria vai promover neste ano, como entrega de regularização fundiária.

Tomo a liberdade de fazer um apelo ao Secretário com algumas emendas que ainda constam do orçamento e que ainda temos um pequeno espaço de tempo para realização. As emendas parlamentares traduzem talvez a única possibilidade de alguns Vereadores da oposição têm de construir objetivamente um diálogo com a sociedade que os demandam.

Fiz questão de apresentar duas emendas e uma sugestão ao relator, que contemplou uma de 150 mil reais e uma de 50 mil reais, para a qualificação da quadra

poliesportiva no Conjunto Habitacional Comandante Taylor e também a implantação do playground junto com o equipamento de ginástica lá em Heliópolis. Faço um apelo para um esforço concentrado neste final de período.

Sei que sua equipe tem ajudado bastante. Quero reconhecer os esforços publicamente. Toda a oportunidade que temos, demandamos da Secretaria para aquilo que é o bem comum. Não estamos pedindo nada para a gente, mas para a população que está lá.

Convenci o relator e sei que o Sr. Secretário está muito empenhado em um trabalho em uma área da Petrobras. O orçamento reservou cinco milhões de reais para início do pagamento da área. Sei que a Caixa Econômica e a Petrobras vêm dialogando para finalizar o valor.

Porém, aquela população tem dificuldade de entender todos os procedimentos administrativos que temos de fazer. É lógico que qualquer intervenção que for feita necessariamente precisará de um Decreto de Utilidade Pública com finalidade habitacional.

Então, se for possível ainda até o final do ano, já que aquele terreno foi objeto de uma intervenção como essa, portanto já tivemos declarado esse interesse da Administração, realizar o mesmo processo, mostrando àquela população que tanto luta por aquela área que não só a Operação Urbana que vai chegar a esta Casa, mas também uma decisão da Secretaria de levar o Sr. Prefeito um decreto elaborado para que aquela área só possa ser utilizada para essa finalidade, isso é coroar o final do ano.

E, quem sabe, a utilização desse recurso orçamentário como o primeiro anúncio à Petrobras de que o Município tem recursos já reservados para isso, o que também é uma inovação. Você tem recursos no orçamento reservados com exclusividade para esse terreno que é da Petrobras e que todos nós sabemos a importância que tem para o desadensamento da comunidade de Heliópolis e para uma política habitacional naquele território, que em menos de 15 minutos se chega ao Centro. Portanto, tem um valor agregado para o trabalhador da Cidade muito grande.

Então, fazer esse esforço para, quem sabe, ainda este ano e na sua condução na secretaria, a finalização do processo. Faço um apelo a V.Exa. para que V.Exa. ainda possa ser nosso orientador nesse processo.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado.

Vou começar respondendo de trás para frente. Aproveitando o que falou o nobre Vereador Police, toda e qualquer emenda parlamentar é muita bem-vinda para o Município, principalmente na situação em que nos encontramos. V.Exas. tem nos ajudado bastante. Realmente, há processos mais demorados na parte burocrática para a viabilização dos empenhos dessas verbas, mas a nossa equipe está trabalhando o máximo possível para acertar essas situações anteriores.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, meu filho enviou recursos federais. Acho que foi o único Deputado Federal que mandou recursos para a Secretaria.

O SR. SECRETÁRIO – Sim, foi. Foi o Alexandre.

O SR. MILTON LEITE – Foi o único Deputado Federal que mandou recursos para a Secretaria. E nós investimos na cidade de São Paulo.

R – E foi muito bem vindo também.

Com relação ao terreno da Petrobrás, é meta fundamental do Prefeito viabilizar esse assunto. Sabem que estamos correndo desde 2013 para acertar essa situação. Realmente, agora está no finzinho mesmo. A avaliação da Caixa Federal foi em torno de 25 milhões; o Departamento de Patrimônio da Petrobrás achou que era pouco. Então, juntamos as duas partes. Eles estão se reunindo. Se não fosse a greve da Caixa Econômica Federal, nós já teríamos o número final, que ficou acertado que os dois, entre eles, definiriam o valor final. A gente deu o prazo máximo dia 30 de novembro para que esse laudo final chegasse às mãos do Município.

Já está acertado, também, com a Diretoria da Petrobrás que nós vamos fazer uma desapropriação amigável. Isso já está bem acertado. Chegando o valor até dia 30 de

novembro, prazo previsto para nos entregarem o laudo final, com certeza, em dezembro, fazendo um esforço hercúleo, a Prefeitura consegue fazer essa desapropriação amigável, ir nos autos e anunciar lá dentro da comunidade a compra dessa área.

Esse esforço a gente tem feito bastante.

Com relação às outras perguntas dos colegas, principalmente, a do Dr. Fábio, realmente, existe uma falta de conhecimento técnico por parte de V.Sa. na leitura do orçamento. O senhor está lendo apenas a coluna Sehab e não, as outras fontes de recursos que compõem o orçamento total da Secretaria.

Se pegar só a coluna Sehab, fonte Tesouro, os números são esses mesmos. De 2013 para cá, vêm caindo. Estão sendo compensados, de certa forma, com os outros recursos dos Fundos, do Fundurb, FMSai e dos recursos da Operação Urbana, que são outras fontes de recursos que compõem o total do orçamento da Secretaria.

Independente disso, faltaram recursos federais – a gente passou o ano todo sem recebe-los, e isso deu a grande diferença orçamentária da peça anterior de 2015, para a situação que nós conseguimos executar deste ano.

Eu queria agradecer a toda a equipe da Secretaria, da Cohab, que participou dando apoio e sempre que são chamados pela Casa, temos participado de todas as atividades.

A transparência do Governo Haddad é um dos ícones da sua Administração. Todos os Secretários procuram ser transparentes com relação a questões de metas, questões orçamentárias e a tudo que envolve o perfil de cada Secretaria.

Dentro da habitação, a gente tem o site que é muito acessado. Há dias em que fecham a ter mais de três ou quatro mil acessos, procurando saber informações sobre a Secretaria de Habitação. Isso tem nos deixado bastante contentes, porque a sociedade está trabalhando como um todo e tendo as respostas através do Portal da Transparência da Secretaria da Habitação.

Quero agradecer a oportunidade, agradeço aos Srs. Vereadores e me coloco à

disposição, assim como a Secretaria a qualquer momento ou qualquer situação para dar as devidas respostas, assim que forem perguntadas.

Muito obrigado a todos vocês.

Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer muito ao Sr. Secretário e a toda a sua equipe. Talvez, S.Exa. tenha sido o único Secretário que esteve presente todas as vezes em que foi chamado nesta Casa. Isso temos que reconhecer, mas não só isso: também a forma sempre fraterna, amiga, às vezes, temos dificuldades e problemas, mas nunca deixamos de observar que a solução é estarmos juntos. Quanto mais próximos estamos, a possibilidade de encontrarmos solução também fica mais próxima.

Quero, também, agradecer porque o Sr. Secretário, como sempre faz, traz sua equipe inteira. Então, quero agradecer às coordenadorias que estão aqui. Sabemos da importância da Secretaria Adjunta, a equipe que o acompanha. Isso nos mostra que a Secretaria vem unida para buscar soluções e é isso que faz a Administração funcionar. Se a gente não tem uma equipe do nosso lado, dificilmente, o resultado será aquele a ser alcançado.

Suspenderei os trabalhos, para nos despedirmos deste Secretário e chamar o Sr. Secretário do Verde e Meio Ambiente que vai nos dar respostas.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Reabertos os trabalhos, quero agradecer ao Sr. Secretário Campelo, Secretário do Verde e Meio Ambiente; ao Secretário Adjunto; saudá-lo, bem como toda a equipe que traz nesta oportunidade.

O nosso ritmo do trabalho é bastante simples. Nós daremos ao senhor até 10 minutos para que faça a sua apresentação. Depois da apresentação, o Relator conduz a

primeira oitiva, tentando desvendar os investimentos capazes de suportar aquilo que a sociedade nos demanda. Diferente dos outros Secretários, antes de assumir aqui, V.Exa. já foi questionada pelo Plenário, trazendo apresentação de mais um parque na Cidade, na zona Oeste, no Morro do Querosene, mas nos parece fundamental que tenhamos a oportunidade de ouvi-lo. Então, começo lhe passando a palavra e agradecendo a sua presença, assim como de sua equipe que o acompanha.

O SR. ROMILDO CAMPELLO – Boa tarde, Vereadores José Police Neto, Milton Leite, Jair Tatto e Aurélio Nomura, em nome de quem cumprimento toda a Casa e todos os presentes neste momento. Quero saudar, também, meus colegas, minha equipe da Secretaria do Verde que me acompanha, do mesmo modo que a Secretaria da Habitação. Justifico a ausência, por motivos de força maior, do Sr. Secretário Tadeu, que pediu que eu estivesse e representasse a Secretaria.

Eu gostaria de iniciar, antes de falar do orçamento, fazer um breve panorama da Secretaria, das nossas metas, também, um pouco do foi o orçamento deste ano e nossas metas para o ano que vem.

Primeiro, destaco que nós temos, no Município de São Paulo, 108 parques, entre parques naturais e urbanos, e a grande missão da Secretaria do Verde é cuidar dessas áreas e permitir, cada vez mais, a proteção e, ao mesmo tempo, o acesso às áreas verdes, clamor esse que é muito forte, muito presente em todos os momentos e por todos os pontos em que tenho andado na Cidade, o clamor de novos parques, não só o Parque do Querosene, do qual falarei, detalhadamente, em seguida, mas de diversos outros parques e áreas verdes.

Nós temos feito o trabalho de cuidar essas áreas e repensar a forma de trabalhar esses parques; o manejo, pensar a vigilância dessas áreas, assim como o desafio que se coloca, também, com a criação de quatro novos planos que trabalhamos, hoje, para a cidade de São Paulo e um deles é, exatamente, o Plano de Unidades de Conservação de Áreas Verdes e de Espaços Livres da Cidade, onde se pensa novas categorias de áreas verdes.

Há um exercício prático que já acontece que é o Parque Por do Sol, antiga Praça Por do sol, hoje é o Parque Por do Sol, no exercício de se criar novas áreas de convívio na Cidade, criando uma nova categoria não apenas parques e praças, mas novas áreas de convivência e de vivência na Cidade.

Outros desafios que se colocam é a própria arborização da Cidade, de ampliar as áreas verdes, de se trabalhar a questão da mudança climática e das ilhas de calor. Nesse sentido, os três viveiros municipais são peça fundamental nisso. Inclusive, temos mudado e trabalhado agora para mudar a forma de gestão desses viveiros, mudando a forma de contrato, buscando uma otimização de recursos e resultados práticos ao cuidar desses espaços para que nós tenhamos, não apenas um espaço para receber árvores de compensação ambiental, mas ampliando de um para que os três viveiros passem a ser áreas de produção de árvores para a cidade de São Paulo. Isso, preocupados em ações concretas e objetivas, com relação a própria missão da Secretaria do Verde, seus princípios e sua própria razão de existir.

Temos ainda muito fortemente a preocupação e a previsão orçamentária da realização do terceiro inventário de emissões de gases de efeito estufa da cidade de São Paulo. No Brasil, apenas as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo têm nos seus inventários de emissão. Nós já vamos para o terceiro inventário, alinhado com a metodologia para Cidades. O primeiro inventário foi feito e ainda não existia tecnologia para medir, especificamente, emissão de gases de cidades. Era uma metodologia genérica e muito voltada para indústrias, empresas. Hoje, há uma metodologia própria, a qual a cidade de São Paulo utiliza para que possamos objetivar e ter clareza de onde estão nossas ações, para aonde precisamos ir e otimizarmos as ações.

Indo para o encerramento desse primeiro panorama, o reforço que temos planejado, o diagnóstico de que nós precisamos fortalecer a nossa estrutura de fiscalização, na ponta da Secretaria que precisa ter um reforço no nosso Departamento de Gestão Descentralizada, precisar ter mais gente na ponta para que tenhamos condições de fiscalizar e

acompanhar o que acontece na Cidade.

Tudo isso tendo como costura, como um fio que entrelaça essas ações, a questão da educação ambiental.

A participação, o reforço da nossa Universidade de Cultura de Paz e Meio Ambiente, a UMAPAZ, o reforço do seu papel estratégico na Secretaria, porque nós entendemos que educação ambiental precede, acompanha e tem que estar sempre, continuamente, ao lado de todas as ações do meio ambiente, para que as pessoas tenham informação, tenham formação e mudança da sua forma de entender e conviver com o meio ambiente e com as pessoas entre si.

Com relação ao orçamento de 2015, nós temos uma execução orçamentária do recurso direto da Secretaria do Verde através do Tesouro, de 85,82%, de execução do nosso orçamento; e do nosso Fundo de Meio Ambiente, uma execução de 94,22%.

Falta dinheiro, sim.

É um esforço de toda a equipe de buscar utilizar – a gente sabe que, em orçamento público, é preciso ter recursos e, talvez, haja duas grandes dificuldades: ter o recurso e efetivar esse recurso dentro de toda a correção.

No nosso orçamento de 2016, se nós somarmos o recurso direto mais o Fundo de Meio Ambiente e o fundo de parques, que foi agora instituído e começará a ser um novo fundo da Secretaria do Verde, teremos, para 2016, 274.426.246 reais, somando essas três fontes diretas. Mas é preciso destacar ainda que, de certo modo, há recursos indiretos para a Secretaria do Verde em vista que o tema é transversal – e nós temos, por exemplo, o próprio IPTU verde que tramita nesta Casa –, projeto de lei do Executivo que tramita aqui e que prevê renúncia fiscal entre 8 e 10 milhões de reais por ano, exatamente para que os proprietários façam adequações nos imóveis em vista da sustentabilidade, economia de água, eficiência energética, melhoria da permeabilidade do solo, arborização, enfim, há uma série de itens no projeto do IPTU verde que poderia de certo modo se dizer que é uma terceira fonte

orçamentária indireta não sob controle direto da Secretaria de Verde, mas uma maneira de nós termos investimentos, de termos ações e recursos para a Secretaria.

Indo um pouco agora na questão dos parques para responder a questão do Parque do Querosene, além dos 108 parques que temos no Município há outros parques em projeto e há parques em implantação nesse momento. Temos dois parques em construção: um é o Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, na região de Parelheiros, e que será o primeiro parque urbano de Parelheiros. Temos APA, parques naturais, até parques estaduais na região sul, mas não temos um parque com o perfil urbano, antiga Metal Leve, antiga Sabesp: há três nomes: Metal Leve, Mali, dependendo do momento ele tem um nome... compramos esse ano, foi dação, dívida de IPTU, foi um ajuste, mas este ano se efetivou como patrimônio municipal e já há o início das obras desse parque. O mesmo acontece hoje e o decreto foi publicado hoje em relação ao Parque dos Búfalos, que hoje já é uma área municipal, foi publicado o decreto e iniciaremos a fase de projeto deste parque, de uma maneira particular, diferenciada, até porque há uma obrigação da contrapartida do empreendedor que licenciou o empreendimento na Cetesb, visto que ali é uma área de mananciais, então, a legislação de licenciamento não atribui ao Município licenciamento ambiental nas áreas de mananciais, então, foi licenciado pela Cetesb. Nas contrapartidas do empreendimento há a previsão de obra e do projeto de um parque e nós faremos esse projeto com a participação popular, com os moradores da região. A Secretaria do Verde fará a interface entre a própria população e a empresa que for fazer o projeto para ouvir os anseios da população e traduzi-los para os princípios de projetos e de adequação dos projetos dos parques do município de São Paulo.

Temos um novo parque sendo construído que é o Parque Chácara do Jóquei e esse parque fica exatamente na região do Butantã, que é uma região de extrema participação popular, extremamente organizada, extremamente participativa. Temos a Cecília, nossa Conselheira no Cades, que reflete exatamente essa participação na região. O parque do Querosene é reconhecidamente uma área de importância ambiental, histórica. V.Exa. citou os

piabirus que são os caminhos dos índios que daqui de São Paulo saíam para todo o continente e por isso que Anchieta e Manoel da Nóbrega se instalaram aqui na cidade de São Paulo: para terem acesso a esses caminhos e entrar no interior.

O Parque do Querosene, hoje existe um decreto, está como uma área de utilidade pública. Houve o início das obras do Parque Chácara do Jóquei por conta da questão do custo da terra. A prioridade foi dada pelo Parque Chácara do Jóquei, porque há a questão do custo da terra. Quanto à área do Parque do Jóquei, não é só por ela ser maior, mas porque veio para o patrimônio municipal pela dívida do IPTU e as dívidas que têm ou tinham o Jóquei Clube. Em função disso, a Prefeitura recebeu a área como ação(?) de pagamento dessa dívida. É uma área de aproximadamente 140 metros quadrados. O Parque do Querosene tem, mais ou menos, 35 mil metros quadrados. Neste momento, a Prefeitura investe em torno de 19 milhões de reais para a construção desse parque, Chácara do Jóquei, com a previsão de entrega para o primeiro trimestre do ano que vem. O Parque do Querosene é prioritário e será o próximo parque construído na sequência. Ele está dentro do planejamento, dentro das prioridades da secretaria, dentro das áreas que nós entendemos que deverão sim ser construídas e ser atendidas.

Então, queria encerrar esse primeiro panorama da secretaria neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite, relator.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, já que V.Exa. falou dos parques, eu vou aos parques. Quantas DUPs de parque V.Exa. tem lá hoje? Nas minhas contas, deve oscilar por volta de 150 DUPs, Declarações de Utilidade Pública para parques, em vigência, hoje? Isso é importante.

O SR. SECRETÁRIO – Em torno de 70.

P – As outras baixaram? Há dois anos, havia 150. Abaixaram 70? Para o contribuinte que nos assiste saiba, chama-se Declaração de Utilidade Pública sobre uma área

que a Prefeitura faz para desapropriar, com fins de parques. Quantas áreas nós temos?

O SR. THIAGO(?) – Setenta e dois (ininteligível) em vigência. Aqui vão diminuindo porque vão caducando. Não estão em vigência. (Ininteligível) implantada.

P – Quanto nós precisaríamos de recursos para levarmos a ter essas 72 DUPs? A Prefeitura, em algum momento, escolheu 72 áreas, anunciou um parque e agora nós queremos saber quanto custa. Nós estamos no orçamento da Cidade finda. Eu quero saber quanto custa, para nós averiguarmos. O que a gente vai fazer? Haverá dinheiro ou vamos ficar sem os parques? Quanto custa essas 72 DUPs? Qual é o valor estimado disso?

R – Quanto ao valor, eu tenho o laudo administrativo, que é feito por SNJ Desap. Há áreas que ainda não foram avaliadas, mas nós temos um método que faz uma avaliação prévia dessas áreas. Dessas áreas que estão em vigência, nós fizemos um levantamento e daria em torno de 238 milhões para desapropriar, porém esse valor pode modificar, porque o valor da terra modifica, e a gente utiliza o valor venal.

P – Setenta e duas áreas a 200 milhões diverge-se. V.Exa. vai conseguir um milagre na cidade de São Paulo. Pelos nossos cálculos aqui, nós temos a referência dada até pela própria secretaria. O ex-secretário veio aqui depor nesta comissão dizendo, na época que havia 152: “Custam 2,15 bilhões”. Se eu fizer uma conta simples, eu estou estimando esses 72 parques com um valor menor, inferior a um bilhão de reais. V.Exa. me corrige se eu estiver errado.

R – Não, sim. É que...

P – Outro secretário, ex-secretário aqui esteve. Eu me lembro de que foi no 8º andar, e S.Exa. disse, na época: “Nós temos 152, com dois bilhões”. V.Exa. cortou pela metade. Que sejam 900 milhões...

R – Sim, é que há a questão da prioridade. Aqueles primeiros que têm planejamento para implantação, a gente está orçou para o nosso fundo especial do meio ambiente, seriam esses primeiros 232 milhões. Teríamos que verificar os outros, porque a

gente não fez o estudo...

P – Tudo bem. Aí a pergunta é a seguinte: “No orçamento nosso do ano que vem, nesse período, nesse interstício, ou seja, daqui até o final do ano que vem, quantas DUPs vencerão, caducar-se-ão?”

R – Não tenho esse levantamento em mãos, mas acredito que haja alguns que caducarão.

P – Aproximadamente?

R – Quatro ou cinco que devem caducar no ano que vem. Há a Vila Ema e o próprio Parque da Fonte.

P – Então, nós vamos perder esse parque. Não há dinheiro previsto para isso.

R – Nós prevemos para o fundo especial do meio ambiente e vamos verificar a questão de disponibilidade desse recurso.

P – Só para nós fazermos um cálculo aqui, dos 72 parques que nós temos, quantos novos parques e que dinheiro há para se ofertar para a cidade de São Paulo para esses parques? Quando a gente faz a declaração de utilidade pública, imagina-se que haja um tempo. Não precisa ser imediato. “Mas se eu não tenho em 16, em 17”. Não é um planejamento de curto prazo. Estão dizendo: “Em dois ou três anos, nós vamos embora”.

R – Cinco anos.

P – Não foram (ininteligível). Cinco é na nascente, na origem. V.Exas. não declararam, de utilidade pública, praticamente nada agora. Nós não tivemos nada. Essas 150 remontam há mais de três anos. Estão todas caducando nos próximos anos vindouros. Então, no máximo em dois anos, não haverá 72 áreas prometidas para a cidade de São Paulo. É uma quantidade relativamente pequena e não teremos os parques. Em 72, em dois anos, quantas serão feitas, se nós aqui, no orçamento, hoje... Nós teríamos que estar fazendo miseravelmente, em dois anos, 35. Estão falando em 72. Numa conta redonda, teriam que ser feito 35 ou 36 para esse ano vindouro, de parques novos, para fazer frente, em 2017, outros

35, para fazer frente a 72. Há uma pergunta: “Por que é feita declaração de utilidade pública para parques se não haverá parques?” Porque se faz essa pergunta? Não é contra os atuais técnicos. Há os funcionários da secretaria. É porque se torce uma política na Cidade de se fazer o seguinte: Pegam a área de qualquer cidadão e é declarado de utilidade pública. Cobram o IPTU dele durante cinco anos. Ele não pode investir. A área é engessada e não se converte em parque. Melhor seria dizer para a Cidade: “Não mintam para a Cidade, governantes, que declaram aos senhores contribuintes que estão nos assistindo”. O que os ex-prefeitos fizeram e os atuais prefeitos fizeram? Declararam, de utilidade pública, aquilo que nunca será parque. Nós não temos esse dinheiro previsto e nem a menor possibilidade de serem feitos 72 parques. Então, mentiram. Passam num lugar e fazem um discurso: “Estou fazendo declaração de utilidade pública”, e nunca haverá dinheiro para pagar. Nós temos 72. Em menos de dois anos, caducaram mais de 70. Fizeram uma declaração pública, de um custo de dois bilhões. Eu até acredito nisso, nos valores do Sr. Secretário.

Agora peguem a área de contribuinte e cobram o IPTU, durante cinco anos, do munícipe. Ele não pode fazer nada e não há desapropriação. Depois se caduca e não avisam nada. Ficam quietinhos e saem de fininho. Então, não sou contra V.Exas. que estão lá na vez, ocupando a pasta neste momento.

Num plano de metas da Prefeitura, nós deveremos, daqui para frente, a Câmara tem participação disso, dizer o seguinte, Srs. Vereadores: “Não se pode pegar a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e ficar prometendo parque que nunca vai haver”. Estarão mentindo para os contribuintes. A Prefeitura mente. A Câmara permitiu que isso ocorresse, porque deveria fazer um projeto de decreto legislativo e dizer: “Essas áreas aqui não fazem”. Não têm coragem de dizer: “Nós não temos dinheiro para fazermos esses parques”.

- Manifestações fora do microfone.

P – Tem que haver prioridade de comprar, quando houver, mas não travam o contribuinte, não obriguem o contribuinte a ficar com 72 áreas engessadas, pois o coitado não

faz nada e fala: “Meu terreno será um parque. Não eu não posso provar e não posso fazer nada”. Passados cinco anos, caduca-se, como aconteceu com esse que V.Exa. mencionou aqui agora. Não é ser contra V.Exas. que estão lá agora no momento. Essa é uma política de governos que vêm equivocadamente errado, punindo, mentindo e iludindo a Cidade. Fazem parque da seguinte forma: “Eu fiz parque durante cinco anos. Eu usei a DUP, a Declaração de Utilidade Pública. Declarei que será parque. Não pago. Eu já fui embora. Não preciso colocar durante cinco anos. Ficou uma área parada. Ninguém faz nada lá dentro”. Esse é um jeito de fazer parque sem gastar nenhum centavo, e ainda obriga o sujeito a pagar IPTU. Ele tem aquela atividade pública e ninguém mexe em nada, fica a área verde lá, o mato crescendo. “Está vendo?, isso vai ser um parque”. Imaginem, onde vão arrumar 72 parques? Por que isso, Secretário? É para que os senhores entendam que no Orçamento não há dinheiro para fazer frente à metade dos parques. Em dois anos, irão vencer; de 35, ficarão 6.

Só para registrar para que os Vereadores que militam na área do meio ambiente saibam que a política de fazer permuta por dívida é maravilhosa. Isso é lindo, porque, quando o sujeito deve IPTU em uma área e deve em outra, faz a compensação. Pelo menos, a Cidade recebe um parque, como ocorreu no caso do Jóquei. Isso é maravilhoso, louvável.

O senhor deseja falar, Secretário? Eu preciso de entrar no Orçamento em si.

O SR. ROMILDO CAMPELLO - Rapidamente. Primeiro, concordo com o ponto de vista de V.Exa. e com que instrumentos sejam criados. Primeiro, temos que entender que essas áreas foram grafadas – se não todas, quase sua maioria - pela sua importância ambiental, seja pela presença de matas, de nascentes, de qualquer outro elemento, seja pela raridade de áreas livres nos seus bairros. Temos, de fato, outros instrumentos, como bem lembrado, como o direito de preempção e a própria Lei de Zoneamento, de se gravar como Zepam – Área de Preservação Ambiental, que é um instrumento ambiental. Há outro instrumento que estamos trabalhando para implementar, que é o Fundo de Parques, para que nós fuçamos da possibilidade de não conseguir andar, de não conseguir implementar.

Então, concordo com sua indignação, e os instrumentos que se trabalham neste momento são exatamente para que consigamos caminhar, sair da inércia e dar os passos necessários para implementar esses parques, que são fundamentais para a Cidade.

O SR. MILTON LEITE – O problema se resume ao seguinte, Secretário: a população, nesses 72 que aí estão, não pode fazer uso da área. Esse é o problema. Temos parque, mas não se pode fazer uma trilha, uma caminhada, nada. A verdade é que tínhamos 150, número que baixou para 72. Daqui a pouco, se o senhor volta aqui, haverá 30. Aí, escolhem-se outras áreas e baixa-se uma DUP novamente.

Vamos ao Orçamento propriamente dito, Secretário, ao dinheiro do orçamento para o ano que vem. Fique registrado aos Srs. Vereadores que nos acompanhando que nós estamos monitorando o trabalho. Na rubrica 2171, “manutenção do sistema”, volta de novo em tela a Prodam.

Chamo a atenção, Secretário, que o senhor pretende gastar 9 milhões com a Prodam, contra um aumento de 350%, contra 3,5 mil liquidados até outubro e um orçado de 2 milhões em 2015. O senhor gastou 6,7 mil; imagino que tenha subestimado o valor do seu orçamento. Nós temos dito a todos os Secretários que a Prodam cobra caro e presta um péssimo serviço, além de não entregar. Senão, vejamos o certame do conselho tutelar, que houve neste final de semana: não serviu para nada, um monte de dinheiro público jogado fora, levando as pessoas a se mobilizar. Todos esses erros causam um custo indireto, o que é terrível.

Agora, eu gostaria de, rapidamente, saber: por que 9 milhões, Secretário, para o Prodam no ano que vem?

A SRA. SANDRA GLÓRIA TEIXEIRA – Um dos acréscimos que estão teoricamente se justificando é relativo ao desenvolvimento de um dos sistemas, que é a devolução da cota parte de IPVA e carros híbridos, do decreto do Prefeito.

O SR. MILTON LEITE – Claro.

R – E tudo o que é relativo à Prodam, não é que foi subestimado. Na realidade, fizemos 3 contratos e migramos para um contrato só, que é também a manutenção do resíduo da inspeção veicular.

P – Sandra, eu pergunto à senhora, porque a senhora é que fez isso, não?

R – É.

P – Eu pergunto: a senhora fez um comparativo de preços dos itens que a senhora contratou com a Prodam com os preços ofertados pelo mercado aberto?

R – Sim.

P – A formação de preço base...

R – Fiz pesquisa em todos os contratos na realidade, não só Prodam.

P – E como estava o preço do mercado em relação à Prodam?

R – O preço de mercado é equiparado e é maior algumas vezes.

P – Porque nós temos notícia do contrário. É mais barato em todos os outros, só o da senhora que não conseguiu mais.

R – Não. Equiparado e está na média, mas a Prodam... A gente sempre acaba contratando a Prodam.

P – Acaba por conta do decreto,...

R – Exatamente.

P - ... mas não é isso. O mercado privado...

R – Sim.

P -... contrata mais e é mais eficiente, cobrando mais barato. É isso o que eu estou dizendo à senhora.

R – Com certeza. Mais eficiente, eu também concordo. Mas na área...

P – É mais eficiente sim. Eu sei que a senhora tem preocupação com o ente público. Nós não temos essa preocupação aqui. Por isso esta é a Casa do Povo. Não são eficientes, não. Cobram caro, é um cabidão de empregos, é uma porcaria, e os senhores são

obrigados a contratar aquilo. Não tem que ter essa dificuldade de falar isso da Prodam, tem que falar a verdade, fora o que nós falamos do parque. Não temos problemas com relação a isso. A senhora não pode ficar constrangida de dizer. Eu não tenho nenhum problema em dizer que aquilo é uma vaca profana. Eu diria para a senhora: faça as cotações, negocie esses valores. A minha vontade era de cortar, mas a justificativa que a senhora deu é de há outros programas, de se jogar para outros programas...

Vamos seguir, Sandra. Na 2100, a senhora está diminuindo 7%. Por quê?

R – A administração da unidade?

P – É. O que houve aqui?

R – Não é diminuição. Alguns contratos foram negociados entre nós e as empresas.

Eles vão liberar – na realidade, SF – como se fosse para o ano que vem como um espelho deste ano.

P – A senhora está dizendo o seguinte: SF impôs: “Vocês têm que economizar no contrato, têm que buscar redução”. É isso?

R – Isso.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Posso fazer só um aparte, nobre Vereador? A negociação do contrato se deu só em valores, mas também em serviços prestados?

R – Não, não, valores. Serviço não. O que nós pretendemos também, outras reduções que nós fizemos não foram só na 2100, não; nós fizemos também com relação aos parques. (Pausa) Agora, quanto à prestação, não houve solução de continuidade.

P – Então, a gente está começando a encontrar empresários generosos no mercado de concorrência pública. Eles começaram a reduzir os preços voluntariamente...

R – Não, não é reduzir, é abrir mão de prováveis reajustes, porque, na realidade, o mercado assim comporta.

P – Mas se a gente está tendo redução... Não é que abriu mão de reajuste...

R – Não, há situações em que eles até abrem porque a gente pede.

O SR. MILTON LEITE – Eu vou abrir... Tem rubrica que eu não posso deixar de perguntar. Precisamos entender, Sandra. Estamos falando de uma inflação, em números redondos, de 10%.

R – De 9%.

P – Se a senhora está reduzindo 7, serão 17 no ano que vem. A senhora concorda comigo?

R – Sim. Teoricamente, sim.

P – Eu teria que atualizá-lo em 10 se o preço justo fosse. Eu teria que pegar o contrato anterior, do período da contratação, e acresce-lo de um reajuste que é aplicado anualmente...

R – Sim.

P - Nos contratos que serão celebrados, deveriam ser reajustados em mais 10%. A senhora, então, se está reduzindo em 7, eu estou entendendo que tem 17, arredondando a conta. Ou vou reajustar e cortar 7? Eu quero entender. A senhora cortou do orçamento 7%. Salário não foi, porque tem um aumento imposto pela Secretaria, que vem acompanhando.

R – Houve uma redução também em termos de salários, teve uma redução sim.

P – Cortou salário?

R – Não é que cortou, diminuiu o corpo.

P – A mão de obra.

R – Mão de obra. Também.

P – Por quê?

R – As pessoas saíram, aposentaram. Muitos, infelizmente. Só no departamento que eu tenho, há 14 pessoas para sair em janeiro. Infelizmente é isso, é a falta de concurso público, a falta de reposição em várias áreas.

P – Está-se sucateando na verdade a Secretaria...

R – Não é a Secretaria. Na realidade é a Prefeitura.

P – Mas a Secretaria vai ficando sem os instrumentos que se fazem necessários.

R – Exatamente. Sem pessoal técnico. Por exemplo, nós até conseguimos autorização para um concurso de AMAs, que é a parte de fiscalização da Secretaria. Nós conseguimos a inclusão para o ano que vem. Nós pedimos 80 vagas dos cargos que estão livres, e a SF-JOF autorizou a chamada de 40 a partir de junho.

P – A senhora entendeu a gravidade do que a senhora está falando?

R – O quê? Que nós pedimos...

P – Que não tem pessoal técnico, que estão ficando sem. Pessoal técnico não se produz do dia para a noite. Uma Secretaria importante para a cidade de São Paulo, que está sem concurso, ficando sem gente... Serão 14 a menos no começo do ano. Via de regra, são concursados que vão embora, e a senhora não tem reposição. Eu estou tendo redução de orçamento por supressão de vagas e de profissionais essenciais ao Meio Ambiente. Trocando em miúdos, isso é grave para uma questão da cidade de São Paulo. A senhora há de convir comigo. Os 17% que eu estou falando no macro, entre mão de obra e contratos, a senhora está me assustando. Quando eu deveria estar contratando com concurso para repor, eu estou reduzindo custos com corte de mãos de obra essenciais. Isso é grave.

- Falas fora do microfone.

O SR. - Só para um destaque aqui: a aposentadoria natural...

Mas há um concurso agora que será aberto para 40 novos profissionais, então é uma reposição... Eu não estou dizendo do... É só para destacar...

O SR. MILTON LEITE – Secretário, mas eu estou tendo redução. Então tem alguma incoerência, senão vejamos: eu estou reduzindo o dinheiro em que está contida a verba de mão de obra. O senhor diz que fará concurso. E como é que eu vou contratar se eu estou reduzindo? E tem uma diferença de 17% no orçamento. Eu tenho a preocupação, senhora, talvez até para nós discutirmos com o Secretário de Finanças como é que eu vou compensar isso. A Secretaria do Verde na verdade aqui está sendo mutilada. Sete por cento

são 17, ano que vem. Ou a senhora vai reajustar os contratos todos? A lei prevê reajustes.

A SRA. - (Ininteligível) sim.

O SR. MILTON LEITE - A senhora terá que reajustá-lo.

A SRA. - Sim.

O SR. MILTON LEITE – Então 7% não dá. É isso que eu estou entendendo. Veja, se a inflação é dez, qualquer índice previsto nos contratos da senhora, que a senhora tem na Secretaria, terão que ser reajustados na forma da lei, na forma das cláusulas editalícias que constam do objeto do edital e do contrato; a senhora vai aumentar por volta de 10%.

A SRA. - Nove, 10%.

O SR. MILTON LEITE – Passado um ano, 10% vai (ininteligível) valores. Se a senhora está tirando sete e está tirando gente, a conta não fecha. A senhora concorda comigo? Os nove não dá... Eu tenho aumento de previsto em mão de obra aí, para vocês funcionarem.

A SRA. - Exatamente.

O SR. MILTON LEITE – Se eu tenho a redução de 14 funcionários não dá impacto numa receita de 74 milhões, por mais que 14 sejam o que a senhora vai aposentar, então nós estamos com problema nessa rubrica. Vamos querer discutir ela com o secretário, porque o senhor tem problema lá. Sandra, a senhora está com problema.

A SRA. - Desculpe. A Secretaria realmente... Nós temos necessidade de... Não, mas não é só a secretaria, é a prefeitura como um todo, a GPP...

O SR. MILTON LEITE – Eu sei, mas é o único caso que nós temos aqui de redução de 7% que a senhora está falando que está cortando sem cortar objeto de contrato, então tem problema sim aqui. Nós vamos ter que discutir com os Srs. Vereadores como é que vai fazer para...

A SRA. - E nós temos pedido...

O SR. MILTON LEITE – Vou largar o Meio Ambiente da cidade de São Paulo a pé. Isso sem contar, senhores do Verde e Meio Ambiente, isso tudo se o orçamento se cumprir,

porque o prefeito vai congelar 20%, não vai executar 100%, haverá uma redução de 8%, 10% além disso que nós estamos prevendo no final do ano.

A SRA. - Exato.

O SR. MILTON LEITE – Com essa crise que tem aí, então o negócio lá é um pouco maior, é mais grave. Setembro e outubro do ano que vem a senhora não terá dinheiro, não.

A SRA. - (Ininteligível) mais ninguém.

- Fala fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Olha, eu vou falar com a senhora depois, pedir para minha assessoria pegar o telefone. A senhora tem redução na operação e manutenção de centros e manejo da fauna silvestre, 25%; fiscalização e monitoramento ambiental a senhora aumentou 9%, o que é bom; aumentou 8% na outra, mas reduziu a manutenção de árvores consolidadas, reduziu 13%; em educação ambiental reduziu 53%; inspeção veicular, acabaram com o programa, não tem; apoio a ações ambientais, aí houve um aumento significativo.

Pelo que a senhora está me dizendo, resumidamente, Srs. Vereadores, na Secretaria... é preocupante. Total geral, na Secretaria a senhora está com 175 para 2016, contra um orçado de 179.

A SRA. - Exatamente.

O SR. MILTON LEITE – No macro a senhora está perdendo 8%. Se considerada a inflação e a redução ora prevista, a Secretaria - Srs. Vereadores, senhores que compõem a Secretaria do Verde e Meio Ambiente - terá um déficit – marquem o número que eu estou falando – para mais de 20% no final do ano que vem. Aqui tem um buraco de 20%. Está reduzindo oito, não tem atualização, oito no macro, no todo da Secretaria. Ou a senhora corta objeto, valores de contrato, ou a senhora aumenta a aposentadoria e afasta gente, ou nós não vamos fechar o ano que vem, não.

Srs. Vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento, não haverá, mantidos os objetos que ela está dizendo que mantém, e mesmo atualizando os contratos, com 14

aposentadorias, Verde e Meio Ambiente tem algum problema.

Os senhores com a palavra.

A SRA. _____ - Na realidade é assim, o orçamento foi feito este ano também com limites que a Secretaria de Finanças também autorizou que nós colocássemos. E dentro do limite que nos foi liberado tentamos adequar a atender os contratos vigentes, para que haja solução de continuidade. E com esse orçamento que foi dado não temos nenhuma possibilidade de previsão e de acréscimo de novos serviços.

P – A senhora está dizendo assim: quando muito vou tentar manter os contratos que têm.

R – Vai ser um espelho. Exatamente.

P – Quando muito tentará manter os contratos que têm.

R – Estaremos mantendo o que já existe.

P – É isso?

R – Exatamente.

P – Obrigado. Sr. Presidente, dado ao quadro sem mais perguntas. Falar o quê.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou fazer um único questionamento muito simples, mas que acredito traduz um pouco os esforços que o Legislativo realiza e o quanto isso tem de se materializar nos orçamentos.

No ano passado a Casa votou o novo plano diretor e nele regras para pagamento de serviços ambientais. Então no ano passado a Câmara votou o projeto de lei do Prefeito, traduzido em lei no final do mês de julho – lei 16.050 -, que traz a regulamentação, portanto, a forma de implantação para pagamento de serviços ambientais. O orçamento deste ano não traz nem dispositivo para que o pagamento de serviços ambientais seja realizado no ano que vem.

Então minha preocupação é: não podemos aprovar um orçamento para o próximo

ano que não tenha nem o dispositivo para o pagamento de serviços ambientais.

R – Tem na 94, no FEMA.

P – Mas você vai pagar só a via FEMA.

R - Só a via FEMA. A previsão é pelo FEMA.

P – Então está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos quatro inscrições. Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mais uma vez boa tarde a todos e todas, população sofrida da cidade de São Paulo, vítima do Sr. Fernando Haddad, porque infelizmente no Meio Ambiente está acontecendo o mesmo que na Habitação. A Secretaria está sendo sucateada a olhos vistos, sem falar do plano de metas que ainda nem foi falado aqui sobre a questão das metas e etc.

Peço a atenção dos Vereadores Milton Leite, Jair Tatto e Police Neto sobre a situação caótica do Meio Ambiente e que era prioridade do Prefeito na campanha de 2012. Secretário e assessoria, realmente vemos com total temor a situação.

Aliás, o Tribunal de Contas já nos traz algumas notícias deste ano e do ano passado. A dotação 6669, Educação Ambiental, em número de atividades e de horas desse projeto, em 2013, eram 9.700. Em 2014, já caiu para 4.087. Queria saber o dado de 2015, se continua caindo, porque Educação Ambiental não demanda tanto dinheiro e é um projeto importante para o próprio fulcro da Secretaria do Meio Ambiente.

Com toda a sinceridade, vejo uma deturpação das funções originárias dessa sua Secretaria, porque começaram a usar dinheiro do Meio Ambiente – desculpe a expressão – para a maldita inspeção veicular, não no fundamento ambiental porque tem de ter inspeção sim, mas da forma da Controlar, daquele horror todo feito recentemente. Claro que o ar tem de ficar melhor, mas não usando Controlar e congêneres absurdas e abjetas.

Como também começaram a pagar ciclovias que não tem nada a ver com a

questão ambiental. Ciclovia é uma questão de mobilidade, de transporte. Então estão usando o dinheiro do Meio Ambiente fora do Meio Ambiente. E os parques numa situação trágica.

Quero também entender a dotação 7127, porque consta aqui que foi utilizada, em 2014, uma verba vultosa de 79 milhões e 300 mil reais, dotação de implantação de parques e áreas de conservação. Só que o Tribunal de Contas nos traz que nenhum parque foi entregue em 2014. Então como se utilizaram 79 milhões, se nenhum parque foi inaugurado. Afinal, essa verba foi utilizada para qual parque? Foi entregue em 2015, vai ser entregue, está em projeto, qual é esse parque da 7136?

Também quero tecer comentários sobre a questão geral. A Secretaria perdeu dinheiro, o gabinete, já foi falado aqui – 8 milhões –, como também está perdendo o próprio Fundo, que começou em 2014, 311 milhões. Em 2015, foi atualizado para 221 milhões e a proposta para 2016 é de 109 milhões. Quer dizer, 200 milhões também desapareceram como num passe de mágica.

Para terminar, quero também tecer comentários importantes sobre a execução orçamentária. A Secretaria vai terminar 2015 com aproximadamente 100 milhões liquidados. Isso é menos do que em 2013 e 2014. Quero saber sobre a verba para o Cades, Conselho Municipal do Meio Ambiente, que nem consta da peça. O Cades vai desaparecer?

A verba para o Cecco, Parque Ibirapuera, sumiu. Vai desaparecer? Por que foi executado zero real da fiscalização e monitoramento ambiental? Por que não foi executado nada em relação à manutenção de árvores consolidadas, que são 5,8 milhões, até outubro nada executado.

E Fundo de Parques, nada executado, reforma e adequação de parques e unidades. Nada executado. E paro por aqui em homenagem à economicidade, porque tinha outras coisas para perguntar. Esse orçamento me gera indignação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria Cecília Goes, da Associação Cultural Morro do Querosene.

A SRA. MARIA CECÍLIA GOES – Boa tarde. O Secretário Adjunto falou que deram preferência para o Parque do Jockey, porque o proprietário tinha dívidas com a Prefeitura. Nós falamos que o proprietário da Chácara da Fonte também tem dívidas. Pedimos que a Secretaria do Verde levantasse essas dívidas. A Secretaria do Verde nos deve essa informação. Sabemos que há dívidas do proprietário da Chácara da Fonte. Essa informação precisa ser trazida.

Segundo, o Secretário Adjunto disse que a implantação do Parque do Jockey está orçada em 17 milhões. A compra do Parque da Fonte está orçada em 14 milhões, bem menos do que os 17 milhões, sendo que a Comunidade do Morro do Querosene já tem projeto estabelecido para boa parte do Parque e está se dispondo a participar do remanejamento arbóreo, etc.

Terceiro, já existe Zepam para o Parque da Fonte que já é Zepam, é Zepec, é tombado. E é por esse motivo que ele custa hoje 14 milhões, a mil metros da Estação do Metrô, uma área nobre. Custaria muito mais do que isso se não fosse Zepam. Então ele já é Zepam.

Finalmente, fui Conselheira do FEMA e antes o fundo do FEMA realmente era utilizado para a Educação Ambiental, para ônibus elétrico que diminui a poluição. O companheiro tem razão, as ciclovias não diminuem o número de ônibus, por enquanto. A poluição atmosférica não diminui. A ciclovia, por enquanto, é um projeto de mobilidade. Não é um projeto e custou pelo menos 30 milhões e isso na segunda retirada do FEMA.

Por fim, pena que o Relator, Vereador Milton Leite, não está aqui presente, mas quero acrescentar que, além de tudo, ele afirma que foi executado 85% do orçamento da Secretaria contra 94 executado de saída do FEMA, que tinha que estar sendo usado para compra de PACs, para educação ambiental, para outras finalidades que não a manutenção e contratos. Os vigilantes de parques hoje são pagos com dinheiro do FEMA, por exemplo.

Eu só queria que o Parque da Fonte entrasse nesse orçamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Mauro Alves, da Associação Moradores do Jabaquara.

O SR. MAURO ALVES – A Amojab é a Associação dos Moradores, Proprietários e Comerciantes do Jabaquara. Eu queria chamar a atenção para a Operação Urbana Água Espreada. É muito difícil nós cobrarmos de uma Secretaria, porque há cinco, seis envolvidas e sempre que nós cobramos de uma, a responsabilidade é sempre da outra. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente prometeu que, com a Operação Urbana, iria construir um parque linear de quase 400 mil metros quadrados.

Como bem falou o Vereador Milton Leite, a lei é de 2001 e por isso fica todo mundo paralisado, sem poder fazer nada. Não saiu o parque e também não se permite fazer qualquer construção para fim de atividade econômica ou de moradia. Eu queria chamar a atenção dos Vereadores desta Casa que não depende de verba orçamentária, já que existe mais de 1 bilhão do Cepacs, uma verba casada que está rendendo juros e não é executada. Então, não tem nada a ver com orçamento, que é uma ficção que todo ano é publicada, mas não é cumprida.

Outra questão. Na Rua dos Marapés, na Vila Campestre, no Jabaquara, a Prefeitura pediu a desapropriação de quase 40 imóveis e, para o juiz, ela informou que é para construção e moradia popular. Só que, segundo o mapa e a lei que foi aprovada nesta Casa, a área é um parque linear. Então, para a população, a Prefeitura diz que está desapropriando para moradia, mas a lei diz que é parque linear.

Nós temos lá 44 regiões desapropriadas para construir moradia popular, mas há apenas seis obras. Inclusive a Subprefeitura do Jabaquara – que omitiu sua participação nesta reunião, assim como não representa os moradores do Jabaquara no Conselho Gestor da Operação Urbana –, com dinheiro em caixa, está fazendo uma nova licitação com as entidades para ocupar esses terrenos que foram desapropriados, porque estão sendo novamente

invadidos.

Chamo a atenção dos Vereadores que não se trata de questão orçamentária, mas de incompetência administrativa. Não estou falando desta gestão especificamente, pois a lei é de 2001.

Embora com 1 bilhão em caixa, para moradia não há dinheiro, mas a ponte, orçada em 70 milhões em 2001, foi entregue pelo valor de 600 milhões, e o túnel de 400 metros, orçado inicialmente em 400 milhões, já está com um orçamento de 3 bilhões e ainda não foi executado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador José Police Neto para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou ser muito objetivo. Na verdade, como não temos fonte Tesouro para os pagamentos dos serviços ambientais, não seria adequado pelo menos abrir os mil reais para posteriormente poder recepcionar recursos? O que consta na peça são só recursos de Operações Urbanas, mas, na realidade, pode ser que tenhamos que remunerar serviços ambientais fora do perímetro das Operações Urbanas.

Então, era só para abrir a rubrica orçamentária como fonte Tesouro.

Obrigado.

O SR. ROMILDO CAMPELLO – Vou tentar dar uma resposta que abranja todas as três intervenções.

Fábio, eu penso que é preciso ter uma compreensão mais ampla do que é meio ambiente. Nos anos 80, se achava que meio ambiente era só plantar árvore ou amarrá-las para que não fossem cortadas. Na compreensão contemporânea, dos dias de hoje, meio ambiente é muito mais; também são árvores, mas nós estamos falando de diversos outros elementos, como as ciclovias, que fazem, sim, parte de uma estratégia ambiental e, portanto, devem ser pensadas dentro de um panorama da abrangência da questão

ambiental. Então, as ciclovias são, sim, importantes e uma ferramenta que faz parte de um pensamento ambiental e, evidentemente, da questão da mobilidade, mas também da questão da emissão e redução de gases dos carros.

Sobre a inspeção veicular, por sua existência que o FEMA cresceu tanto. Também a queda de arrecadação do FEMA se deu pelo encerramento da inspeção. Então, causa e efeito da queda dos valores desse fundo se deram exatamente pelo fato de a inspeção veicular ter cessado.

Dona Cecília, eu não tenho essa informação da dívida do IPTU em relação ao Parque do Querosene, mas hoje mesmo nós vamos pesquisar. O que eu tentei explicar é que há um claro reconhecimento da Secretaria do Verde da importância desse parque. O que houve foi a priorização, porque havia uma dívida para uma área três ou quatro vezes maior do que a área do Querosene e, com os recursos disponíveis é possível colocar à disposição da população um parque com uma área cinco vezes maior. Isso não quer dizer que o Parque do Querosene não seja importante. Ele é importante, mas é uma questão de prioridade ou de tentar otimizar o uso do recurso público.

Sobre a sua informação da dívida do IPTU, que pela primeira vez a mim chega, nós vamos pesquisar hoje mesmo e vamos tentar aprofundar.

Para encerrar, sobre a questão pontual da Rua dos Marapés, nós também vamos pesquisar, porque eu não tenho detalhes dessa informação. Já está registrada, e nós vamos tentar pesquisar o que é exatamente. Para tanto, vou pegar mais algumas informações com o senhor para que a questão não se perca nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Alguém quer fazer mais alguma observação?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradeço muito ao Secretário e à sua equipe e a todos aqueles que nos acompanharam no dia de hoje.

Lembro o Sr. Secretário que já há em Perus uma área desapropriada para um parque linear. Nós contaremos muito com o esforço da Secretaria do Verde para nos ajudar

na implantação do Parque Linear Ribeirão Perus tão logo os três lagos sejam montados a partir do investimento que vai ser feito pela Siurb.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Declaro encerrada esta sessão.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
